Período: Outubro/2023			TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO		
Recurso Repetitivo/ Repercussão Geral	TEMA	Data da última consulta aos sites do STF, STJ e SIAPRO (andamento)	RE ou RESP (ordem crescente pelo nº do paradigma ou representativo).	Matérias	
		Colunas1	Colunas2	RE SOBRESTADOS2	Colunas3
			PREVIDENCIÁRIO		
		IRDR	5022820-39.2019.4.03.0000 (NUT: IRDR: nº 4.03.1.000003)	Nº3/TRF - Readequação dos benefícios concedidos antes da promulgação da CF/88 aos tetos instituídos pelas EC 20/1998 e 43/2003.	67
STF	116	GR	5013417-58.2018.4.03.6183 RE 1.294.656/SP 5012139-22.2018.4.03.6183 RE 1.294.651/SP 5006201-12.2019.4.03.6183 RE 1.294.655/SP	Definir, sob o regime da repercussão geral, se o entendimento do Supremo Tribunal Federal afirmado no RE nº 564.354/SE aplica-se a benefícios previdenciários concedidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.	1295
	130	GR	5003383-24.2018.4.03.6183 RE 1.428.489/SP 5467890-87.2019.4.03.9999 RE 1.428.577/SP	Reconhecimento de tempo especial. "definir se o reconhecimento de tempo especial de atividade exercida na qualidade de contribuinte individual viola a regra constitucional que condiciona a criação, majoração ou extensão de benefício previdenciário à prévia existência de fonte de custeio (CF/88, arts. 195, § 5º e 201, § 1º)".	180
STF	76	R	RE 564.354/SE-RG	76 - Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	0
STF	27	R	RE 567.985/MT-RG TEM ASSOCIAÇÃO	27 - Meios de comprovação do estado miserabilidade do idoso para fins de percepção de benefício de assistência continuada.	0

STF	312	R	RE 580.963/PR-RG TEM ASSOCIAÇÃO	312 - Interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003 para fins do cálculo da renda familiar de que trata o art. 20, §3º, da Lei nº 8.742/93. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal).	0
STF	100	T	RE 586.068/PR-RG	100 - a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	534
STF	173	R	RE 587.970/SP-RG	173 - Concessão de benefício assistencial a estrangeiros residentes no Brasil.	0
		R	RE 594.037/SP	Previdenciário - Majoração Do Valor Do Benefício De Prestação Continuada - Auto- Aplicabilidade Dos Arts. 201 E 202 Da CF	0
STF	342	R	RE 608.872/MG-RG	342 - Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	0
STF	313	R	RE 626.489/SE-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 579.431/RS, RE 661.256/SC, RESP 1.334.488/SC, RESP 1.143.677/RS, PROC. 2009.61.83.007068-4 E 2009.03.99.009394-4, PROC 1999.61.17.004309-2, RESP 1.205.946/SP, PROC. 2006.03.99.023555-5 (STJ/STF)	313 - Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	0
STF	334	R	RE 630.501/RS-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 626.489/SE, PROC 1999.61.17.004309-2, 2009.61.04.006831-0 E 2001.03.99.033531-0 (PARADIGMAS DO STJ) E RESP 1.309.529/PR	334 - Direito a cálculo de benefício de aposentadoria de acordo com legislação vigente à época do preenchimento dos requisitos exigidos para sua concessão.	0
STF	350	R	RE 631.240/MG-RG	350 - Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	0
STF	616	T	RE 639.856/RS-RG	616 - Incidência do fator previdenciário (Lei 9.876/99) ou das regras de transição trazidas pela EC 20/98 nos benefícios previdenciários concedidos a segurados filiados ao Regime Geral até 16/12/1998.	340

STF	457	R	RE 659.424/RS-RG	457 - Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	0
STF	503	R	RE 661.256/SC-RG	503 - Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	0
STF	555	R	ARE 664.335/SC-RG	555- Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI como fator de descaracterização do tempo de serviço especial.	0
STF	589	R	ARE 685.029/RS-RG	589 - Revisão de renda mensal de benefício previdenciário mediante aplicação dos mesmos índices utilizados para reajuste do teto do salário-de-contribuição, relativamente aos meses de junho de 1999 e maio de 2004.	0
STF	599	T	RE 687.813/RS-RG	599 - Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	85
STF	709	R	RE 788.092/SC-RG SUBSTITUÍDO PELO RE 791.961/PR-RG	709 - Possibilidade de percepção do benefício da aposentadoria especial na hipótese em que o segurado permanece no exercício de atividades laborais nocivas à saúde.	0
STF	526	R	RE 883.168/SC-RG	526 - Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários	0
STF	930	R	RE 937.595/SP-RG	930 - Os benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 não estão, em tese, excluídos da possibilidade de readequação aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003. Eventual direito a diferenças deve ser aferido no caso concreto, conforme os parâmetros já definidos no julgamento do RE n. 564.354.	0
STF	820	R	STF 2012.03.00.026907-4 RE 860.508/SP-RG (Paradigma)	820 - a) Competência para processar e julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada; b) Pressuposto fático para a incidência do art. 109, § 3º, da Lei Maior: a inexistência de juízo federal no município ou a inexistência de juízo federal na comarca onde reside o segurado ou beneficiário do INSS.	0

	996	R	RE 968.914/RS-RG	996 - Possibilidade de revisão de benefício previdenciário pelo valor nominal do reajuste do salário mínimo, sempre que mais vantajoso que o reajuste nominal dos demais benefícios	0
		R	STF 2003.61.04.009955-8 RE 716.853/SP STF 2008.61.03.004250-1 RE 743.014/SP STF 2009.61.83.007157-3 RE 737.175 /SP STF 2009.61.83.007583-9 RE 736.595/SP STF 2009.61.83.016751-5 RE 716.879/SP	Fator Previdenciário.	0
STF	812	R	STF 2002.03.99.006998-4 RE 751.526/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC. 2002.03.99.006998-4 (PARADIGMA DO STF) E PROC 2003.61.26.002354-3E 2002.03.99.006998-4 (PARADIGMAS DO STJ)	812 - Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença.	0
STF		R	STF 2006.03.99.023555-5 RE STF 2009.03.99.042608-8 RESP e RE 807.352	Restituição dos valores pagos indevidamente .	0
STF	GR88	R	STF 2009.61.83.008963-2 RE 902.601/SP STF 2009.61.21.003124-8 RE 720.538/SP STF 2010.03.99.022436-6 RE 720.539/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 626.489/SE, 661.256/SC, RESP 1.309.529/PR, 1.316.269/SP E PROC 2009.61.83.007368-4 E 2009.03.99.009394-4 (STJ)	Gratificação Natalina (13º Salário) na base de cálculo do benefício.	0
		R	STF 2003.61.83.000392-9 RE STF 2004.61.83.001043-4 RE 729.019/SP	Cálculo da indenização devida.	0
STF	GR90	R	STF 2001.03.99.058865-0 RE 858.625/MS STF 2003.03.99.004814-6 RE 854.277/SP STF 2003.03.99.011537-8 RE 995.719/SP STF 2004.03.99.033589-9 RE 1.000.637/SP STF 2008.03.99.058440-6 RE 995.670/SP STF 2009.03.99.005764-2 RE 995.638/SP	Definir se o art.55, §2º, da Lei 8.213/91, que dispensa o pagamento de contribuições previdenciárias para fins de comprovação do tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei 8.213/91, estende-se, ou não, ao caso em que o beneficiário pretende utilizar o tempo de serviço para contagem recíproca no regime estatutário, ou se está restrito ao regime geral de previdência.	0

		R	STF 2008.61.25.000944-4 RE 770.112/SP STF 2008.03.99.062606-1 RE 784.009/SP STF 2004.03.99.033591-7 RE 773.605/SP TEM ASSOCIAÇÃO C PENSÃO POR MORTE (RESP)	Pensão por Morte - Filho Maior Universitário	0
		R	STF 2001.03.99.048655-4 RE 848.773/SP STF 2004.03.99.015793-6 RE 826.799/SP STF 2004.03.99.023749-0 RE 841.511/SP	Previdenciário. Reconhecimento de tempo de serviço prestado antes dos 12 ou 14 anos de idade.	0
STF	942	R	RE 1.014.286/SP-RG	942 - Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	0
STF	1023	R	ARE 1.172.622/RJ TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 870.947/SE - TEMA 810	1023 - Situações abrangidas pelo prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91, tendo em vista a interpretação do termo revisão contido no referido dispositivo legal.	0
STF	1017	R	ARE 1.163.485/SP	1017 - Critérios legais de aferição da renda do segurado, para fins de percepção do benefício do auxílio-reclusão.	0
STF	1025	R	ARE 1.172.577/SP	1025 - Possibilidade de execução de parcelas vencidas de benefício previdenciário reconhecido judicialmente anteriores à implantação de benefício concedido na esfera administrativa.	0
STF	943	R	Inexistência de repercussão geral por se tratar de matéria infraconstitucional:21/04/17. RE 1.029.723/PR-RG	943 - Possibilidade de conversão do tempo de serviço comum para especial, mediante a aplicação do fator 0,71 de conversão, nas hipóteses em que o trabalho fora prestado em período anterior à Lei n. 9.032/1995, para fins de concessão de aposentadoria especial com data de início posterior à essa legislação.	0
STF	1037	R	RE 1.169.289/SC-RG	1037 - Incidência de juros da mora no período compreendido entre a data da expedição do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento.	0

STF	1095	R	RE 1.221.446/RJ-RG	1095 - Constitucionalidade da extensão do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no artigo 45 da Lei 8.213/1991, aos segurados do Regime Geral de Previdência Social que comprovarem a invalidez e a necessidade de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria.	0
STF	1102	T	RE 1.276.977/DF-RG	1102 - Possibilidade de revisão de benefício previdenciário mediante a aplicação da regra definitiva do artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/91, quando mais favorável do que a regra de transição contida no artigo 3º da Lei nº 9.876/99, aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social antes da publicação da referida Lei nº 9.876/99, ocorrida em 26/11/99.	38
STF	1104	R	RE 1.281.909/SP	1104 - Requisitos legais necessários para a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria híbrida por idade.	0
STF	1125	R	RE 1.298.832/RS-RG	1125 - Possibilidade de contagem, para fins de carência, do período no qual o segurado esteve em gozo de auxílio-doença, desde que intercalado com períodos de atividade laborativa.	0
	1196	T	RE 1.347.526/SE-RG	1196 - Constitucionalidade da Medida Provisória 739/2016, substituída pela Medida Provisória 767/2017 e convertida na Lei 13.457/2017, as quais alteraram a Lei 8.213/1991, inserindo preceito sobre prazo estimado para a duração do benefício.	139
	1209	T	RE 1.368.225/RS-RG	1209 - Reconhecimento da atividade de vigilante como especial, com fundamento na exposição ao perigo, seja em período anterior ou posterior à promulgação da Emenda Constitucional 103/2019.	1243
				RESP SUSPENSOS	

STJ	115	GR	<p>0011839-29.2010.4.03.6183 REsp 1.913.152/SP 5609585-29.2019.4.03.9999 REsp 1.905.830/SP 5002529-62.2017.4.03.6119 REsp 1.912.784/SP 5005032-37.2018.4.03.6114 REsp 1.912.792/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 286/STJ</p> <p>VINCULADO AO TEMA 1124/STJ</p>	<p>Efeitos da concessão judicial de benefício previdenciário quando a documentação é apresentada ou produzida somente em juízo.</p> <p>1) Existência ou não de interesse de agir para a ação judicial quando o segurado, a despeito de ter realizado requerimento administrativo, não apresenta ao INSS na seara administrativa documentação idônea para viabilizar a concessão do benefício pleiteado, prova essa que é apresentada ou produzida somente em Juízo. 2) Efeitos financeiros da concessão judicial de benefício previdenciário quando a documentação é apresentada ou produzida somente em Juízo: se retroativos à data do requerimento administrativo (DER) ou se devem ser fixados a partir da citação.</p>	3948
	117	R	<p>0003076-56.2013.4.03.6111 REsp 1.920.074/SP 0029797-21.2013.4.03.9999 REsp 1.920.071/SP 0010668-81.2015.4.03.6144 REsp 1.920.120/SP 0001958-09.2012.4.03.6102 REsp 1.920.098/SP</p> <p>OS PROCESSOS FORAM SOBRESTADOS NO TEMA 1083/STJ</p>	<p>Possível violação dos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.2013/91 quando considerada especial a atividade desenvolvida por segurado da Previdência Social a partir unicamente dos "picos de ruído" quando a exposição a esse agente nocivo se dá em intensidade variável.</p>	0
	128	GR	<p>5006124-71.2017.4.03.6183 RESP 1.966.660/SP 5149541-75.2020.4.03.9999 RESP 1.966.028/SP 6076581-41.2019.4.03.9999 RESP 1.961.438/SP 0006725-97.2016.4.03.9999 RESP 1.973.090/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 392/STJ</p> <p>CONTROVÉRSIA CANCELADA</p>	<p>Pensão por morte de filho inválido.</p> <p>"a) possibilidade de concessão de pensão por morte ao filho cuja invalidez seja posterior ao óbito do segurado; b) possibilidade de concessão de pensão por morte ao filho cuja invalidez, ainda que anterior ao óbito do segurado, seja posterior à maioridade ou à emancipação desse pretense dependente; c) possibilidade de concessão de pensão por morte ao filho inválido quando, ele próprio, seja percebedor, por direito próprio, de benefício previdenciário decorrente de sua invalidez".</p>	1
	129	GR	<p>5003383-24.2018.4.03.6183 RESP 1.964.401/SP 5467890-87.2019.4.03.9999 RESP 1.966.027/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 379/STJ</p> <p>CONTROVÉRSIA CANCELADA</p>	<p>Reconhecimento de tempo especial.</p> <p>"possibilidade de reconhecimento de tempo especial de atividade exercida na qualidade de contribuinte individual".</p>	86

STJ	51	CT	RESP 1.734.627/SP RESP 1.734.641/SP RESP 1.734.647/SP RESP 1.734.656/SP RESP 1.734.685/SP RESP 1.734.698/SP VINCULADA AO TEMA 692/STJ	Aplicação, revisão ou distinção do Tema n. 692/STJ.	0
	273	CT	5898259-96.2019.4.03.9999 RESP 1.926.711/SP 5162234-91.2020.4.03.9999 RESP 1.971.266/SP 5266293-33.2020.4.03.9999 RESP 1.968.111/SP 5035619- 22.2021.4.03.9999 RESP 1.969.109/SP 5002592-12.2020.4.03.6110 RESP 1.968.107/SP CONTROVÉRSIA CANCELADA	Em caso de aposentadoria por idade, o período de auxílio-doença deve ser computado para efeitos de carência, se intercalado com períodos contributivos.	0
STJ	626	R	STJ 1999.61.12.002431-4 RESP 1.369.165/SP-AFET (Paradigma) STJ 2003.03.99.034301-6 RESP 1.369.113/SP (O grupo acima Substituiu o RESP 1.104.826/SP)	626-Questão referente ao termo inicial do benefício aposentadoria por invalidez, deferido na via judicial e sem requerimento administrativo anterior, deve ser fixado na data do laudo médico-pericial.	0
STJ	21	R	RESP 1.110.565/SE-AFET	21-É devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data do seu óbito.	0
STJ	185	R	RESP 1.112.557/MG-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM O PROC 2011.03.99.037953-6 (PARADIGMA DO STJ)	185-A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.	0
STJ		R	RESP 1.124.279/SP	PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. VIOLAÇÃO AO ART. 535, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PENSÃO POR MORTE. DATA DO ÓBITO ANTERIOR À EDIÇÃO DAS LEIS N.os 8.213/91 E 9.032/95. APLICAÇÃO DO PREVISTO NESSES DIPLOMAS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES DA 3ª SEÇÃO DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.	0

STJ		R	RESP 1.252.412/RN-AFET	506-Hipótese de ocorrência da preclusão lógica a que se refere o legislador no art. 503 do CPC, segundo o qual 'A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer'. Isso porque, apesar da expressa postulação de arbitramento dos honorários na inicial da execução de sentença, não houve pronunciamento do magistrado por ocasião do despacho citatório, sobrevindo petição dos recorridos em momento posterior à citação apenas para postular a retenção do valor dos honorários contratuais, sem reiteração da verba de sucumbência. (...) Ainda que não se trate propriamente de ação autônoma, por compreensão extensiva, incide o enunciado da Súmula 453/STJ quando a parte exequente reitera o pedido formulado na inicial da execução - a fim de arbitrar os honorários advocatícios sucumbenciais - após o pagamento da execução e o consequente arquivamento do feito.	0
STJ	524	R	RESP 1.267.995/PB-AFET	524-Após o oferecimento da contestação, não pode o autor desistir da ação, sem o consentimento do réu (art. 267, § 4º, do CPC), sendo que é legítima a oposição à desistência com fundamento no art. 3º da Lei 9.469/97, razão pela qual, nesse caso, a desistência é condicionada à renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação.	0
STJ	660	R	RESP 1.302.307/TO-AFET	660-"(...)a concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento administrativo", conforme decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 631.240/MG, sob o rito do artigo 543-B do CPC, observadas "as situações de ressalva e fórmula de transição a ser aplicada nas ações já ajuizadas até a conclusão do aludido julgamento (03/9/2014) "	0
STJ	532	R	RESP 1.304.479/SP-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM OS PROC 2002.03.99.006998-4, 2003.61.26.002354-3, 2010.03.99.022162-6 E 2011.03.99.021131- 5 (STJ)	532-O trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ). 533-Em exceção à regra geral (...), a extensão de prova material em nome de um integrante do núcleo familiar a outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho incompatível com o labor rural, como o de natureza urbana.	0

STJ	533	R	RESP 1.304.479/SP-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM OS PROC 2002.03.99.006998-4, 2003.61.26.002354-3, 2010.03.99.022162-6 E 2011.03.99.021131- 5 (STJ)	532-O trabalho urbano de um dos membros do grupo familiar não descaracteriza, por si só, os demais integrantes como segurados especiais, devendo ser averiguada a dispensabilidade do trabalho rural para a subsistência do grupo familiar, incumbência esta das instâncias ordinárias (Súmula 7/STJ). 533-Em exceção à regra geral (...), a extensão de prova material em nome de um integrante do núcleo familiar a outro não é possível quando aquele passa a exercer trabalho incompatível com o labor rural, como o de natureza urbana.	0
STJ	544	R	RESP 1.309.529/PR-AFET STF 2010.03.99.022436-6 RE 720.539/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 626.489/SE, 661.256/SC, PROC 2009.61.83.008963-2 E 2006.03.99.023555-5 (PARADIGMAS DO STF), RESP 1.334.488/SC, 1.205.946/SP E PROC 1999.61.17.004309-2, 2009.61.04.006831-0, 2001.03.99.033531-0 E 2006.03.99.023555-5 (PARADIGMAS DO STJ)	544 - Discute a aplicação da decadência prevista no art. 103 da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela MP 1.523/1997, sobre o direito do segurado de revisar benefício concedido antes da publicação deste último preceito legal.	0
STJ	546	R	RESP 1.310.034/PR-AFET	546 - A lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço.	0
STJ	554	R	RESP 1.321.493/PR-AFET	554-Aplica-se a Súmula 149/STJ ('A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rural, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário') aos trabalhadores rurais denominados 'boias-frias', sendo imprescindível a apresentação de início de prova material. Por outro lado, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador camponês, a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal.	0
STJ	544	R	RESP 1.326.114/SC-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	544 - Discute a aplicação da decadência prevista no art. 103 da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela MP 1.523/1997, sobre o direito do segurado de revisar benefício concedido antes da publicação deste último preceito legal.	0

STJ	587	R	RESP 1.349.029/RS	587-Discute-se a possibilidade ou não de cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com aquela arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, vedada a sua compensação.	0
STJ	661	R	RESP 1.354.939/CE TEM ASSOCIAÇÃO COM OS PROCS. 2010.03.99.036910-1, 2010.03.99.015497-2 E 2010.03.99.010336-8 (PARADIGMAS DO STJ).	661-Discussão: possibilidade de concessão de aposentadoria rural por idade a segurado que exerceu atividade urbana no período de carência.	0
STJ	692	R	RESP 1.401.560/MT-AFET	692 - A reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.	0
STJ	704	R	RESP 1.410.433/MG -AFET	704-"A aposentadoria por invalidez decorrente da conversão de auxílio-doença, sem retorno do segurado ao trabalho, será apurada na forma estabelecida no art. 36, § 7º, do Decreto 3.048/99, segundo o qual a renda mensal inicial - RMI da aposentadoria por invalidez oriunda de transformação de auxílio-doença será de cem por cento do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral."	0
STJ	732	R	RESP 1.411.258/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	732-Discussão: concessão do benefício de pensão por morte a menor sob guarda.	0
STJ	896	R	RESP 1.485.416/SP-DESAFET (ARESP 578.939/MS) RESP 1.485.417/MS-AFET (ARESP 574.044/SP)	896-Definir o critério de renda (se o último salário de contribuição ou a ausência de renda) do segurado que não exerce atividade remunerada abrangida pela Previdência Social no momento do recolhimento à prisão para a concessão do benefício auxílio-reclusão (art. 80 da Lei 8.213/1991).	0
STJ	896	R	RESP 1.842.974/PR-AFET RESP 1.842.985/PR-AFET	896 - Proposta de Revisão de Entendimento firmado em tese repetitiva firmada pela Primeira Seção relativa ao Tema 896/STJ, quanto ao critério de aferição da renda do segurado que não exerce atividade laboral remunerada no momento do recolhimento à prisão para concessão de auxílio-reclusão.	0
STJ	966	R	RESP 1.631.021/PR-AFET RESP 1.612.818/PR-AFET	966-Incidência ou não do prazo decadencial previsto no caput do artigo 103 da Lei 8.213/1991 para reconhecimento de direito adquirido ao benefício previdenciário mais vantajoso.	0

STJ	975	R	RESP 1.648.336/RS-AFET RESP 1.644.191/RS-AFET	975 - Questão atinente à incidência do prazo decadencial sobre o direito de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário do regime geral (art. 103 da Lei 8.213/1991) nas hipóteses em que o ato administrativo da autarquia previdenciária não apreciou o mérito do objeto da revisão.	0
STJ	998	R	RESP 1.759.098/RS-AFET RESP 1.723.181/RS-AFET	998 - Possibilidade de cômputo de tempo de serviço especial, para fins de inativação, do período em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença de natureza não acidentária.	0
STJ	999	T	RESP 1.554.596/SC-AFET RESP 1.596.203/PR-AFET	999 - Possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, I e II da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei 9.876/1999, aos Segurados que ingressaram no sistema antes de 26.11.1999 (data de edição da Lei 9.876/1999).	148
STJ	1005	R	RESP 1.761.874/SC-AFET RESP 1.766.553/SC-AFET RESP 1.751.667/RS-AFET	1005 - Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública.	0
STJ	1007	R	RESP 1.674.221/SP-AFET RESP 1.788.404/PR-AFET	1007 - Possibilidade de concessão de aposentadoria híbrida, prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, mediante o cômputo de período de trabalho rural remoto, exercido antes de 1991, sem necessidade de recolhimentos, ainda que não haja comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.	0
STJ	1011	R	RESP 1.799.305/PE-AFET RESP 1.808.156/SP-AFET	1011 - Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando a implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício se der após a edição da Lei 9.876/1999.	0
STJ	1013	R	RESP 1.786.590/SP-AFET RESP 1.788.700/SP-AFET	1013 - Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício.	0

STJ	1018	R	RESP 1.767.789/PR-AFET RESP 1.803.154/RS-AFET	1018 - Possibilidade de, em fase de Cumprimento de Sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do artigo 18, § 2º, da Lei 8.213/1991.	0
STJ	1031	T	RESP 1.830.508/RS-AFET RESP 1.831.371/SP-AFET RESP 1.831.377/PR-AFET	1031 - Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei 9.032/1995 e do Decreto 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo.	6
	1057	R	RESP 1.856.967/ES-AFET RESP 1.856.968/ES-AFET RESP 1.856.969/RJ-AFET	1057 - Possibilidade do reconhecimento da legitimidade ativa "ad causam" de pensionistas e sucessores para, em ordem de preferência, propor, em nome próprio, à falta de requerimento do segurado em vida, ação revisional da aposentadoria do "de cujus", com o objetivo de redefinir a renda mensal da pensão por morte - quando existente -, e, por conseguinte, receber, além das diferenças resultantes do recálculo do eventual pensionamento, os valores devidos e não pagos pela Administração ao instituidor quando vivo, referentes à readequação do benefício originário, a teor do disposto no art. 112 da Lei n. 8.213/1991.	0
	1070	R	RESP 1.870.793/RS-AFET RESP 1.870.815/PR-AFET RESP 1.870.891/PR-AFET	1070 - Possibilidade, ou não, de sempre se somar as contribuições previdenciárias para integrar o salário-de-contribuição, nos casos de atividades concomitantes (artigo 32 da Lei n. 8.213/91), após o advento da Lei 9.876/99, que extinguiu as escalas de salário-base.	0
	1083	R	RESP 1.886.795/RS-AFET RESP 1.890.010/RS-AFET	1083 - Possibilidade de reconhecimento do exercício de atividade sob condições especiais pela exposição ao agente ruído, quando constatados diferentes níveis de efeitos sonoros, considerando-se apenas o nível máximo aferido (critério "pico de ruído"), a média aritmética simples ou o Nível de Exposição Normalizado (NEN).	0

	1090	T	<p>RESP 1.828.606/RS-AFET</p> <p>TEMA CANCELADO</p>	<p>1090 - "1) se para provar a eficácia ou ineficácia do EPI (Equipamento de Proteção Individual) para a neutralização dos agentes nocivos à saúde e integridade física do trabalhador, para fins de reconhecimento de tempo especial, basta o que consta no PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) ou se a comprovação pode ser por outros meios probatórios e, nessa última circunstância, se a prova pericial é obrigatória; 2) se é possível impor rito judicial instrutório rígido e abstrato para apuração da ineficácia do EPI, como fixado pelo Tribunal de origem, ou se o rito deve ser orientado conforme os elementos de cada contexto e os mecanismos processuais disponíveis na legislação adjetiva; 3) se a Corte Regional ampliou o tema delimitado na admissão do IRDR e, se positivo, se é legalmente praticável a ampliação; 4) se é cabível fixar de forma vinculativa, em julgamento de casos repetitivos, rol taxativo de situações de ineficácia do EPI e, sendo factível, examinar a viabilidade jurídica de cada hipótese considerada pelo Tribunal de origem (enquadramento por categoria profissional, ruído, agentes biológicos, agentes cancerígenos e periculosidade); 5) se é admissível inverter, inclusive genericamente, o ônus da prova para que o INSS demonstre ausência de dúvida sobre a eficácia do EPI atestada no PPP".</p>	1
	1140	T	<p>RESP 1.957.733/RS-AFET</p> <p>RESP 1.958.465/RS-AFET</p>	<p>1140 - Definir, para efeito de adequação dos benefícios concedidos antes da Constituição Federal aos tetos das Emendas Constitucionais ns. 20/1998 e 41/2003, a forma de cálculo da renda mensal do benefício em face da aplicação, ou não, dos limitadores vigentes à época de sua concessão (menor e maior valor-teto).</p>	468
	1117	R	<p>RESP 1.947.419/RS-AFET</p> <p>RESP 1.947.534/RS-AFET</p>	<p>1117 - Definir se o prazo decadencial do direito à revisão da concessão de benefício previdenciário começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença trabalhista que reconhece a inclusão de verbas remuneratórias nos salários de contribuição do segurado.</p>	0
	1157	T	<p>RESP 1.985.189/SP-AFET</p> <p>RESP 1.985.190/SP-AFET</p>	<p>1157 - Definir a possibilidade - ou não - de cancelamento na via administrativa, após regular realização de perícia médica, dos benefícios previdenciários por incapacidade, concedidos judicialmente e após o trânsito em julgado, independentemente de propositura de ação revisional.</p>	12
STJ	1162	T	<p>5254821-35.2020.4 03.9999 RESP 1.958.361/SP-AFET</p> <p>5167721-42.2020.3.03.9999 RESP 1.971.856/SP-AFET</p> <p>5354022-34.2019.4.03.9999 RESP 1.971.857/SP-AFET</p>	<p>1162 - Definir se é possível flexibilizar o critério econômico para deferimento do benefício de auxílio-reclusão, ainda que o salário-de-contribuição do segurado supere o valor legalmente fixado como critério de baixa renda.</p>	29

	1188	T	RESP 1.938.265/MG-AFET RESP 2.056.866/SP-AFET	1188 - Definir se a sentença trabalhista, assim como a anotação na CTPS e demais documentos dela decorrentes, constitui início de prova material para fins de reconhecimento de tempo de serviço.	50
STJ		R	STJ 2011.03.99.021433-0 RESP 1.381.417/SP STJ 2006.03.99.034061-2 RESP 1.376.652/SP STJ 2002.03.99.019705-6 RESP 1.380.816/SP	Fixação do termo inicial do benefício de pensão por morte.	0
STJ	660	R	STJ 2011.03.99.012270-7 RESP 1.369.834/SP-AFET (Paradigma) STJ 2002.03.99.011875-2 RESP 1.370.045/SP	660-O feito em que se busca a concessão de benefício previdenciário deve ser extinto sem julgamento do mérito, por falta de interesse processual, sempre que não houver prévio requerimento ou comunicação desse pedido ao INSS na via administrativa.	0
STJ	609	R	STJ 2000.03.99.074543-9 RESP 1.682.682/SP-AFET STJ 2008.03.99.056405-5 RESP 1682.672/SP-AFET STJ 2000.03.99.014810-3 RESP 1.682.678/SP-AFET STJ 2011.03.99.037148-3 RESP 1.682.671/SP-AFET RESP 1.676.865/RS-AFET STJ 2001.03.99.058865-0 RESP 1.395.827/MS STJ 2003.03.99.004814-6 RESP 1.348.380/SP-DESAFET STJ 2006.03.99.004199-2 RESP 1.348.379/SP AGUARDA RESOLUÇÃO DO RE 858.625/MS. RESP 1.348.380/SP: SUBSTITUÍDO PELO RESP STJ 2005.61.02.013168-8 RESP 1.568.301/SP STJ 2003.03.99.011537-8 RESP 1.608.711/SP STJ 2004.03.99.033589-9 RESP 1.618.158/SP STJ 2008.03.99.058440-6 RESP 1.608.830/SP STJ 2009.03.99.005764-2 RESP 1.608.697/SP	609-Questiona se o art. 55, § 2º, da Lei 8.213/91, que dispensa o pagamento de contribuições previdenciárias para fins de comprovação do tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei 8.213/91, estende-se, ou não, ao caso em que o beneficiário pretende utilizar o tempo de serviço para contagem recíproca no regime estatutário, ou se está restrito ao regime geral de previdência.	0
STJ	GR 112	R	STJ 2003.61.26.002354-3 RESP 1.348.861/SP atuado como ERESP 1.348.861/SP STJ 2002.03.99.006998-4 RESP 1.348.641/SP	Juros de Mora e Honorários.	0

STJ	640	R	STJ 2011.03.99.037953-6 RESP 1.355.052/SP-AFET (Paradigma) STJ 2008.03.99.057435-8 RESP 1.330.359/SP STJ 2001.61.25.000681-3 RESP 1.330.561/SP STJ 2007.61.09.006206-8 RESP 1.353.003/SP STJ 2009.03.99.030253-3 RESP 1.373.894/SP STJ 2008.03.99.014055-3 RESP 1.235.503/SP STJ 2011.03.99.047298-6 RESP 1.375.212/SP	640-Aplica-se o parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), por analogia, a pedido de benefício assistencial feito por pessoa com deficiência a fim de que benefício previdenciário recebido por idoso, no valor de um salário mínimo, não seja computado no cálculo da renda per capita prevista no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93.	0
STJ	629	R	STJ 2010.03.99.022162-6 RESP 1.352.721/SP (Paradigma) STJ 2011.03.99.021131-5 RESP 1.352.875/SP	629-Argumento de que a parte autora deixou de instruir seu pedido inicial com documentos que comprovassem o exercício de atividade rural em momento imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, consoante exigência legal prevista no art. 143 da Lei 8.213/91, motivo pelo qual o feito deveria ter sido extinto nos termos do art. 269, I do CPC, com a decretação de improcedência do pedido.	0
		R	STJ 2008.61.26.000669-5 RESP 1.247.510/SP* STJ 2008.61.26.000816-3 RESP 1.498.240/SP	RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Reajustes e Revisões Específicas - Desconto do DL 1.910/81	0
STJ	563	R	RESP 1.334.488/SC (Paradigma - Substituiu os grupos de representativos abaixo) RESP 1.241.553/SP RESP 1.243.894/SP RESP 1.248.153/SP RESP 1.241.382/SP RESP 1.241.379/SP STJ 2011.61.83.001933-8 = RESP 1.348.637/SP STJ 2008.61.17.001469-1 = RESP 1.348.635/SP STJ 2009.61.19.009258-4 = RESP 1.348.290/SP STJ 1999.03.99.023915-3 = RESP 1.348.292/SP STJ 2011.03.99.029715-5 = RESP 1.348.291/SP	563-A pretensão do segurado consiste em renunciar à aposentadoria concedida para computar período contributivo utilizado, conjuntamente com os salários de contribuição da atividade em que permaneceu trabalhando, para a concessão de posterior e nova aposentação. Os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis de desistência pelos seus titulares, prescindindo-se da devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja preterir para a concessão de novo e posterior jubramento. A nova aposentadoria, a ser concedida a contar do ajuizamento da ação, há de computar os salários de contribuição subsequentes à aposentadoria a que se renunciou.	0
		R	STJ 1999.61.09.005853-4 - RESP 1.330.367/SP STJ 2006.03.99.008875-3 ARESP 699246 TEM ASSOCIAÇÃO COM OS PROCS. 20016125000681-3;20080399057435-4;20060399008875-3;20076109006206-8;20090399030253-3; 20110399037953-6; 20110399047298-6	Benefício Assistencial - Definição de Família.	0

STJ	822	R	STJ 2006.61.19.023728-5 RESP 1.330.513/SP (Paradigma) STJ 2006.03.99.045092-2 RESP 1.330.513/SP	822-Discute-se a habilitação de sucessores nos autos do processo em que o autor postulou benefício assistencial previsto no artigo 20 da Lei n. 8.742/93, mas veio a falecer no curso da demanda.	0
		R	STJ 1999.61.02.002417-1 RESP 1.404.709/SP STJ 2007.61.06.002760-1 RESP 1.404.708/SP	Necessidade de se produzir outras provas na Justiça Federal, quando se utilizar sentença proferida em Reclamação Trabalhista como início de prova material para fins de reconhecimento de tempo de serviço.	0
STJ	638	R	STJ 2003.03.99.013070-7 RESP 1.348.633/SP-AFET (Paradigma) STJ 2003.03.99.005029-3 RESP 1.348.130/SP STJ 2003.03.99.031766-2 RESP 1.348.382/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC 2003.61.26.002354-3, 2011.03.99.021131-5, 2010.03.99.022162-6 (PARADIGMAS DO STJ)	638-Controvérsia acerca da possibilidade de reconhecimento do período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo juntado como início de prova material.	0
STJ		R	STJ 2002.03.99.010937-4 RESP 1.353.059/SP STJ 2004.03.99.013829-2 RESP 1.348.639/SP STJ 2004.03.99.015223-9 RESP 1.348.289/SP STJ 2007.03.99.028203-3 RESP 1.353.190/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC 2010.03.99.036910-1, 2011.03.99.021131-5, 2010.03.99.022162-6, 2010.03.99.015497-2 E 2010.03.99.010336-8 (PARADIGMAS DO STJ)	Documento do Genitor	0
		R	STJ 2008.61.03.004250-1 RESP 1.348.920/SP STJ 2009.61.83.007157-3 RESP 1.348.854/SP STJ 2009.61.83.007583-9 RESP 1.348.921/SP	Fator Previdenciário.	0
		R	STJ 2008.03.99.028403-4 RESP 1.352.001/SP STJ 2011.03.99.031406-2 RESP 1.348.293/SP STJ 2009.03.99.008495-5 RESP 1.348.957/SP	Aposentadoria por Invalidez ou Auxílio-Doença. Incapacidade parcial.	0

STJ	644	R	STJ 2000.03.99.005885-0 RESP 1.352.791/SP-AFET (Paradigma) STJ 2005.03.99.017562-1 RESP 1.352.874/SP	644-Discussão acerca da possibilidade ou não de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição a trabalhador urbano mediante o cômputo de atividade rural com registro em carteira profissional em período anterior ao advento da Lei 8.213/1991 para efeito da carência exigida no art. 142 da Lei de Benefícios.	0
STJ	904	R	RESP 1.546.680/RS-AFET (Paradigma - Substituiu o grupo abaixo) STJ 2009.61.83.008963-2 - RESP 1.353.063/SP STJ 2010.03.99.037820-5 - RESP 1.352.723/SP STJ 2009.61.83.007068-4 - RESP 1.557.473/SP STJ 2009.03.99.009394-4 - RESP 1.555.261/SP STJ 2008.61.20.005772-8 - RESP 1.352.794/SP	904-Cinge-se a controvérsia à possibilidade de inclusão do décimo-terceiro salário na base de cálculo do valor do benefício previdenciário até a vigência da Lei n. 8.870/94.	0
STJ	951	T	STJ 1999.61.17.004309-2 RESP 1.348.636/SP-DESAFET STJ 2009.61.04.006831-0 RESP 1.348.638/SP-DESAFET STJ 2001.03.99.033531-0 RESP 1.348.856/SP STJ 2006.61.19.002104-7 RESP 1.589.069/SP-DESAFET STJ 2006.03.99.033356-5 RESP 1.595.745/SP-DESAFET SEM PROCESSO ATIVO VINCULADO TEMA CANCELADO	951-(a) Análise da sistemática de cálculo da renda mensal inicial no período de vigência da Consolidação das Leis da Previdência Social de 1984; e (b) A incidência dos critérios elencados no art. 144 da Lei 8.213/91 e, conseqüentemente, a possibilidade de se mesclar as regras de cálculos ínsitas na legislação revogada com a nova aos benefícios concedidos no denominado período Buraco Negro.	0
		R	STJ 2000.61.83.001913-4 RESP 1.354.899/SP STJ 2003.61.83.000392-9 RESP 1.352.945/SP STJ 2004.61.83.001043-4 RESP 1.352.888/SP	Cálculo da indenização devida.	0
		R	STJ 2006.61.22.002247-4 RESP 1.354.781/SP STJ 2008.03.99.033504-2 RESP 1.354.721/MS STJ 2010.03.99.024282-4 RESP 1.354.905/SP STJ 2007.03.99.031295-5 RESP 1.354.730/SP STJ 2010.03.99.032789-1 RESP 1.354.912/MS	Aposentadoria por idade rural	0

STJ	642	R	STJ 2010.03.99.033591-7 RESP 1.354.500/SP-AFET (Paradigma) STJ 2001.03.99.037472-7 RESP 1.354.780/SP STJ 2010.03.99.016494-1 RESP 1.354.900/SP STJ 2010.03.99.018884-2 RESP 1.354.903/SP STJ 2010.03.99.027642-1 RESP 1.354.904/SP STJ 2010.03.99.015497-2 RESP 1.354.901/SP STJ 2011.03.99.029440-3 RESP 1.354.907/SP STJ 2010.03.99.010336-8 RESP 1.354.909/SP STJ 2010.03.99.042322-3 RESP 1.354.906/SP CONCLUSÃO A PEDIDO:16/06/2016 TEM ASSOCIAÇÃO: RESP 2003.61.26.002354-3,2006.03.99.0023555-5, 2011.03.99.21131-5, 2010.03.99.0221626	642 -Questão referente à atividade rural deve ser comprovada no período imediatamente anterior ao requerimento	0
STJ		R	STJ 2010.03.99.015377-3 RESP 1.352.877/SP STJ 2011.03.99.033185-0 RESP 1.353.021/SP	Aposentadoria por idade de trabalhador rural: prova documental recente.	0
STJ		R	STJ 2011.03.99.008304-0-RESP 1.368.977/SP STJ 1999.61.15.004277-0 RESP 1.372.513/SP	Meios de comprovação do desemprego involuntário, além do registro no Ministério do Trabalho, para manutenção da qualidade de segurado.	0
STJ		R	STJ 2006.03.99.023555-5 RESP 1.369.105/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA) STJ 2009.03.99.042608-8 RESP 1.369.108/SP	Restituição dos valores pagos indevidamente	0
STJ	643	R	STJ 2004.03.99.033591-7 RESP 1.369.832/SP-AFET (Paradigma) STJ 2008.03.99.062606-1 RESP 1.368.887/SP STJ 2004.61.17.004009-0 RESP 1.368.975/SP STJ 2008.61.25.000944-4 RESP 1.369.104/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC 2009.03.99.042608-8, 2006.03.99.023555-5 (STF)	643-Discussão acerca da possibilidade de manutenção de pensão por morte a filho maior de 21 anos e não inválido.	0
STJ		R	STJ 2001.61.02.008601-0 RESP 1.377.003/SP STJ 2002.03.99.014792-2 RESP 1.376.806/SP	Comprovação de atividade especial: BANCÁRIO.	0

STJ	694	R	<p>RESP 1.398.260/PR-AFET (Paradigma - Substituiu o RESP 1.401.619/RS e o grupo abaixo)</p> <p>STJ 2009.61.02.003994-7 RESP 1.381.409/SP STJ 2003.03.99.008488-6 RESP 1.379.585/SP STJ 2011.61.04.000378-3 RESP 1.381.406/SP A AJUV SUSPENDERÁ NOS RESP 1.398.260/PR-AFET E 1.401.619/RS TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 579.431/RS, RESP 1.205.946/SP E RESP 1.1143.677/RS.</p>	694-O limite de tolerância para configuração da especialidade do tempo de serviço para o agente ruído deve ser de 90 dB no período de 6.3.1997 a 18.11.2003, conforme Anexo IV do Decreto 2.172/1997 e Anexo IV do Decreto 3.048/1999, sendo impossível aplicação retroativa do Decreto 4.882/2003, que reduziu o patamar para 85 dB, sob pena de ofensa ao art. 6º da LINDB (ex-LICC).	0
STJ		R	<p>STJ 2008.03.99.034466-3 RESP 1.486.987/SP STJ 2012.03.99.039242-9 RESP 1.486.988/MS STJ 2008.03.99.032887-6 RESP 1.486.989/SP</p>	Reconhecimento da profissão de tratorista, para comprovação de labor rural, por equiparar-se a atividade de tratorista à atividade urbana de motorista.	0
STJ		R	<p>STJ 2013.03.99.026427-4 RESP 1.505.140/SP</p>	Aplicação do art. 48, §3º, da Lei 8.213/91 a trabalhador que não mais ostentava a condição de rurícola ao tempo do implemento do requisito etário e/ou por ocasião do requerimento administrativo do benefício.	0
STJ	982	R	<p>RESP 1.720.805/RJ-AFET RESP 1.648.305/RS-AFET (PET 8.002 STF)</p>	982 - Aferir a possibilidade da concessão do acréscimo de 25%, previsto no art. 45 da Lei 8.213/91, sobre o valor do benefício, em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria.	0
STJ	995	R	<p>STJ 2014.03.99.032692-2 RESP 1.727.063/SP-AFET STJ 2015.03.99.038760-5 RESP 1.727.062/SP STJ 2013.61.12.007372-5 RESP 1.727.069/SP-AFET STJ 2014.03.99.040046-0 RESP 1.727.064/SP-AFET</p>	Possibilidade de se considerar o tempo de contribuição posterior ao ajuizamento da DER, reafirmando-se a DER para o momento de implementação dos requisitos necessários à concessão de benefício previdenciário: I-aplicação do art. 493 do CPC/15 (art. 462 do CPC/73); II-delimitação do momento processual oportuno para se requerer a reafirmação da DER, bem assim para apresentar provas ou requerer a sua produção.	0

STJ	979	R	<p>STJ 2013.03.00.021548-3 STJ 2006.03.00.113135-7 RESP 1.522.593/SP) STJ 2006.03.00.113135-7 SUBSTITUÍDO PELOS: STJ 2014.03.99.015079-0 RESP 1.578.539/SP, STJ 2012.61.03.001818-6 RESP 1.578.894/SP STJ 2013.03.99.038521-1 RESP 1.575.575/SP SUBSTITUÍDO PELOS: STJ 2008.61.08.005416-0 RESP 1.643.902/SP STJ 2010.61.10.012759-4 RESP 1.641.579/SP STJ 2011.03.99.029959-0 RESP 1.641.580/SP STJ 2012.61.19.004399-7 RESP 1.643.145/SP SUBSTITUÍDO PELOS: STJ 1998.61.83.054099-8 STJ 2001.61.18.000835-8 STJ 2001.03.99.046742-0 STJ 2004.61.14.005376-7 STJ 2004.61.26.001594-0 SUBSTITUÍDO PELO: RESP 1.381.734/RN-AFET</p>	Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social.	0
			TRIBUTÁRIO		
		ADI	4395/DF	Existência ou inexistência de relação jurídico-tributária que implique na obrigação de reter/recolher a contribuição ao FUNRURAL por sub-rogação, em decorrência da aquisição de produtos agropecuários de empregadores rurais pessoas físicas, nos moldes do art. 30, IV da Lei n.º 8.212/1991	5
		ADI	6040/DF	Art. 22 da Lei 13043/2014, bem como excertos do art.2º, §§7º e 8º do Decreto 8415/2015, que disciplinam a devolução de resíduos tributários remanescentes na cadeia de produção de manufaturados que vierem a ser exportados para o exterior no âmbito do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras – REINTEGRA	1
		ADI	7047/DF	Novo regime de pagamentos de precatórios, modificação de normas relativas ao Novo Regime Fiscal e parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios.	1

TRF		IRDR	2016.03.00.017610-7 (NUT: IRDR: nº 4.03.1.000001)	Nº 1/TRF - O redirecionamento de execução de crédito tributário da pessoa jurídica para os sócios dar-se-ia nos próprios autos da execução fiscal ou em sede de incidente de descon sideração da personalidade jurídica.	53
TRF		IRDR	5008835-44.2017.404.0000 (NUT: IRDR: nº 4.04.1.000007)	Nº 9/TRF - Interpretação do art. 158, inciso I, da Constituição Federal, no âmbito da distribuição das receitas arrecadadas a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre valores pagos pelos Municípios, a qualquer título, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços.	0
		IRDR	0000453-43.2018.4.03.0000 (NUT: IRDR: nº 4.03.1.000004)	Nº 4/TRF - Condenação da Fazenda Pública em honorários nas hipóteses de acolhimento de exceção de pré-executividade para extinção da execução fiscal por prescrição intercorrente	0
	132	GR	5000481-97.2017.4.03.6130 RE 1.397.469/SP 5008926-17.2019.4.03.6104 RE 1.382.511/SP 5009111-55.2019.4.03.6104 RE 1.420.691/SP-RG VINCULADO AO TEMA 1262/STF	Mandado de Segurança relativo a indébito de natureza tributária. " Definir se, no mandado de segurança relativo a indébito de natureza tributária, aplica-se o entendimento fixado no Tema 831/STF, submetendo-se o contribuinte-impetrante ao regime de precatórios para fins de restituição; ou, ao contrário, se há em tal ação mandamental, em razão da natureza do crédito, distinção relevante (distinguishing) quanto ao tema supracitado, estando o contribuinte-impetrante autorizado a optar pela repetição pela via do precatório ou pela compensação do indébito na esfera administrativa".	163
STF		R	RE 201.512/MG	IRPJ - Crédito Tributário - Correção Monetária - Juros	0
STF	311	R	RE 221.142/RS-RG Substituto do RE 242.689/PR TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 545.796/RJ	311 - Índice para correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas no ano-base de 1990.	0
STF	593	R	RE 330.817/RJ-RG	593- Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.	0

STF	71	R	RE 377.457/PR Substitui o RE 575.093/SP-RG	71 - a) Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicação do art. 56 da Lei nº 9.430/96, que revogou a isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços. b) Necessidade de lei complementar para a revogação da isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços.	0
STF	844	R	RE 398.365/RS-RG DEVOLVIDO NO RE 590.809/RS	844 - Possibilidade de creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	226
		R	RE 400.479/RJ	Crédito Tributário-Base de Cálculo - COFINS	0
STF	171	R	RE 439.796/PR-RG Substituto do RE 594.996/RS-RG	171 - Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	0
STF	298	R	RE 545.796/RJ-RG	298 - Diferimento da compensação tributária advinda da correção monetária das demonstrações financeiras no período-base de 1990.	167
STF	1	R	RE 559.937/RS-RG Substituto do RE 559.607/RS TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 565.886/PR	1 - Base de cálculo do PIS e da COFINS sobre a importação.	0
STF	3	R	RE 559.943/RS-RG	3 - Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	0
STF	63	R	RE 561.485/RS- RG	063-Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69.	0
STF	49	R	RE 562.980/SC-RG	49 - Creditamento de IPI sobre aquisição de insumos ou produtos intermediários aplicados na fabricação de produtos finais sujeitos à alíquota zero ou isentos, em período anterior à Lei nº 9.779/99.	0
STF	8	R	RE 564.413/SC-RG	8 - Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	0
STF	31	R	RE 565.048/RS-RG	31 - Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	0

STF	20	R	RE 565.160/SC-RG	20 - Alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações.	0
STF	79	T	RE 565.886/PR-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 559.607;RESP 200561190046775;200461040141348;200461000172681;123095 7;RE 576967.	79 - a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação. b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.	31
STF	32	R	RE 566.622/RS-RG	32 - Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	0
STF	277	R	RE 566.007/RS-RG	277 - Desvinculação do produto de arrecadação de contribuições sociais da União por Emenda Constitucional.	0
STF	13	R	RE 562.276/PR-RG Substituto do RE 567.932/RS	13 - Responsabilidade solidária dos sócios das empresas por quotas de responsabilidade limitada por dívidas junto à Seguridade Social.	0
STF	84	R	RE 567.935/SC-RG	084- Exclusão do valor dos descontos incondicionais da base de cálculo do IPI.	0
STF	278	R	RE 568.503/RS-RG	278 - a) Sujeição da contribuição ao PIS ao princípio da anterioridade nonagesimal; b) Contagem do prazo nonagesimal para fins de majoração de alíquota estabelecida por ocasião da conversão de medida provisória em lei.	0
STF	344	R	RE 569.441/RS - RG	344 - Incidência de contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros da empresa.	0
STF	34	R	RE 570.122/RS-RG	34 - Ampliação da base de cálculo e majoração da alíquota da COFINS pela Lei nº 10.833/2003, resultante da conversão da Medida Provisória nº 135/2003.	197
STF	69	R	RE 574.706/PR-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM O TEMA 118 STF	69 - Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	36
STF	72	R	RE 576.967/PR-RG	72 - Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da Contribuição Previdenciária incidente sobre a remuneração.	120
STF	64	R	RE 577.494/PR-RG	064- Diferença de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista, que exploram atividade econômica, e empresas privadas, no que tange às contribuições para o PIS/PASEP.	0

STF	108	R	RE 578.635/RS	108-Exigibilidade de contribuição social, destinada ao INCRA, das empresas urbanas	0
STF	665	R	RE 578.846/SP-RG	665 - Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	0
STF	115	R	RE 580.264/RS	115 - Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	0
STF	75	R	RE 582.525/SP-RG	75 - Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	0
STF	102	R	RE 583.712/SP-RG	102 - Incidência do IOF sobre transmissão de ações de companhias abertas.	0
STF	87	R	RE 586.482/RS-RG	87-Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre os valores das vendas a prazo inadimplidas.	0
STF	179	R	RE 587.108/RS-RG	179 - Compensação de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS. Lei 10.637/2002, Art. 11, § 1º, E Lei 10.833/2003, Art. 12, § 1º.	27
STF	104	R	RE 590.186/RS-RG	104 - Incidência de IOF em contratos de mútuo em que não participam instituições financeiras.	13
STF	136	R	RE 590.809/RS-RG	136 - a) Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte; b) Creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	0
STF	117	R	RE 591.340/SP-RG	117 - Limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL	1
STF	80	R	RE 592.145/SP-RG	80 - Majoração da alíquota do IPI para o açúcar. substituiu o RE 567.948/RS	0

STF	168	R	RE 592.396/SP-RG	168 - Aplicação de lei que majorou alíquota do imposto de renda sobre fatos ocorridos no mesmo ano em que publicada, para pagamento do tributo com relação ao exercício seguinte.	0
STF	118	T	592.616/RS-RG Aguardando julgamento da ADC/18	118 - Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	4.224
STF	322	R	RE 592.891/SP-RG	322 - Creditamento de IPI na entrada de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus.	0
STF	163	R	RE 593.068/SC-RG	163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade. Leis 9.783/1999 E 10.887/2004.	0
STF	504	T	RE 593.544/RS-RG	504 - Crédito presumido do IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS.	21
STF	176	R	RE 593.824/SC-RG	176 - Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	0
STF	201	R	RE 593.849/MG-RG	201 - Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	0
STF	385	R	RE 594.015/SP-RG	385 - Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	0
STF	167	T	RE 595.107/PR-RG	167 - Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real. Constitucionalidade do artigo 38 da Lei Nº 8.880/94. Matéria objeto da ADPF Nº 77.	101
		R	RE 595.490/SP 94.03.026692-9	Contribuição Sobre A Folha De Salários - Categoria Profissional Especial - Rural - Nulidade	0
STF	259	R	RE 595.676/RJ-RG	259 - Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	0
STF	166	R	RE 595.838/SP-RG 2002.61.00.012013-1 TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 593.068/SC E RESP 1.230.957/RS.	166 - Contribuição, a cargo da empresa, incidente sobre 15% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços desenvolvidos por cooperativas.	0

STF	202	R	RE 596.177/RS-RG	202 - Cobrança de contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	0
STF	185	R	RE 596.286/RJ-RG SUBSTITUÍDO POR RE 1.224.696/SP	185 - Incidência do imposto de renda sobre os resultados financeiros verificados na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.	0
STF	160	R	RE 596.701/MG-RG	160 - Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	0
STF	228	R	RE 596.832/RJ-RG	228 - Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	19
STF	516	T	RE 597.315/RJ-RG	516 - Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.	15
STF	177	R	RE 598.085/RJ-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM RESP 1.141.667/RS	177 - Revogação, por medida provisória, da isenção da contribuição para o PIS e para a COFINS concedida às sociedades cooperativas.	0
STF	204	R	RE 598.572/SP-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 565.160/SC, RE 576.967/PR, RE 599.309/SP e REsp 1.230.957/RS	204 - Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras instituída pela Lei nº 8.212/91.	0
STF		R	RE 598.842/SP	Contribuições Sociais - Crédito Tributário - Base De Cálculo	0
STF	207	R	RE 598.468/SC-RG	207 - Reconhecimento a contribuinte optante pelo SIMPLES das imunidades tributárias previstas nos artigos 149, § 2º, I e 153, § 3º, III, da Constituição Federal.	0
STF	224	R	RE 599.176/PR-RG	224 - Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	0
STF	470	R	RE 599.309/SP-RG	470 - Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras estabelecida antes da EC 20/98.	0
STF	244	R	RE 599.316/SC-RG	244 - Limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS E COFINS.	0

STF	323	R	RE 599.362/RJ-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 570.122/RS, RE 598.085/RJ, REsp 1.141.667/RS, RE 672.215/CE e REsp 1.164.716/MG	323 - Incidência do PIS sobre os atos cooperativos próprios.	0
STF	630	T	RE 599.658/SP-RG	630 - Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal. Possibilidade de extensão do entendimento a ser firmado também para a Cofins.	44
STF	254	T	RE 600.010/SP-RG	254 - Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	1
STF	508	R	RE 600.867/SP-RG	508 - Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	0
STF	235	R	RE 601.392/PR-RG	235 - Imunidade tributária das atividades exercidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	0
		R	RE 601.983/SP 1999.03.99.090142-1	PIS validade da MP 1212/95	0
STF	324	R	RE 602.917/RS-RG	324 - Reserva de lei complementar para estabelecimento de valores pré-fixados para o cálculo do IPI.	0
		R	RE 603.203/SP 2003.61.00.002347-6	Exigibilidade da contribuição ao PIS, Lei 10.637/2002, que trouxe o regime da não-cumulatividade à referida contribuição.	0
STF	325	R	RE 603.624/SC-RG	325 - Subsistência da contribuição destinada ao SEBRAE, após o advento da Emenda Constitucional nº 33/2001.	332
STF	303	R	RE 605.506/RS-RG	303 - Cobrança de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS exigida e recolhida pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.	13

STF	872	R	RE 606.010/PR-RG	872 - Constitucionalidade da exigência de multa por ausência ou atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, prevista no art. 7º, II, da Lei 10.426/2002, apurada mediante percentual a incidir, mês a mês, sobre os valores dos tributos a serem informados.	0
STF	501	R	RE 606.314/PE-RG ELETRÔNICO	501 - Alíquota do IPI sobre o processo de industrialização de embalagens para acondicionamento de água mineral.	1
STF	304	T	RE 607.109/PR-RG	304-Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas.	10
STF	337	R	RE 607.642/RJ-RG	337 - Majoração da alíquota de contribuição para o PIS mediante medida provisória.	162
STF	364	R	RE 607.886/RJ-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM O RESP 989.419/RS	364 - Titularidade do produto de arrecadação do imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria paga por autarquia estadual.	0
STF	342	R	RE 608.872/MG-RG	342 - Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	0
STF	372	T	RE 609.096/RS-RG RE 880.143/MG	372 - a) Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras; b) Exigência de reserva de plenário para as situações em que se afasta a incidência do disposto no art. 3º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 9.718/1998.	230
STF	482	R	RE 611.505/SC	482 - Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença.	0
STF	328	R	RE 611.510/SP-RG	328 - Incidência do IOF sobre aplicações financeiras de curto prazo de partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos beneficiários de imunidade tributária.	45
STF	537	R	RE 611.586/PR-RG	537 - Momento de disponibilização de renda de pessoas jurídicas sediadas no Brasil com participação nos lucros de suas empresas coligadas ou controladas no estrangeiro para fins de IR.	0
STF	281	R	RE 611.601/RS-RG	281 - Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	12

STF	293	T	RE 612.358/ES-RG AGUARDA SUBSTITUIÇÃO DE PARADIGMA	293 - Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	5
STF	699	R	RE 612.686/SC-RG	699 - Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as receitas decorrentes das aplicações financeiras dos fundos fechados de previdência complementar e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os resultados apurados pelos referidos fundos.	3
STF	368	R	RE 614.406/RS-RG	368 - Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	0
STF	691	R	RE 626.837/GO-RG	691 - Submissão dos entes federativos ao pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a remuneração dos agentes políticos não vinculados a regime próprio de previdência social, após o advento da Lei 10.887/2004.	0
STF	502	R	RE 627.280/RJ-RG	502 - Incidência de IPI sobre bacalhau seco e salgado	0
STF	329	R	RE 627.815/PR-RG TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 607.642/RJ E PROCS. 2003.61.00.002401-8, 2005.61.04.004982-5, 1999.61.00.029286-0, 2005.61.26.002452-0, 2003.61.00.027471-0 E 2004.61.05.014131-0 (STJ).	329 - Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita decorrente da variação cambial positiva.	0
STF	209	R	RE 628.122/SP-RG substituiu o AI 749.128/SP	209 - Imunidade tributária de livros, jornais e periódicos do FINSOCIAL.	0
STF	317	R	RE 630.137/RS-RG	317 - Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	0
STF	336	R	RE 630.790/SP-RG 2004.61.04.013730-8	336 - Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	40
STF	495	R	RE 630.898/RS-RG	495 - Referibilidade e natureza jurídica da contribuição para o INCRA, em face da Emenda Constitucional nº 33/2001.	228

STF	352	R	RE 632.250/SC-RG	352 - Aplicação de norma que dispõe sobre direitos antidumping relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.	0
STF	744	R	RE 633.345/ES-RG	744 - Constitucionalidade do art. 8º, § 9º, I e II, da Lei 10.865/2004, que estabeleceu alíquotas da Contribuição ao PIS-Importação e da COFINS-Importação mais elevadas para as importadoras de autopeças que não sejam fabricantes de máquinas e veículos.	0
STF	227	R	RE 635.682/RJ-RG substituiu o AI 762.202/RJ	227 - Reserva de lei complementar para instituir contribuição destinada ao SEBRAE.	0
STF	390	R	RE 636.562/SC-RG	390 - Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	11
STF	415	R	ARE 638.550/RS-RG Substituído pelo RE 1.053.574/RS	415 - Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	0
STF	487	T	RE 640.452/RO-RG	487 - Caráter confiscatório da "multa isolada" por escumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	21
STF	573	R	RE 640.905/SP-RG	573 - Ofensa aos princípios da isonomia e do livre acesso à Justiça pela Portaria 655/93, do Ministério da Fazenda.	0
STF	513	T	RE 645.181/SC-RG	513 - Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	1
STF	540	R	RE 704.292/PR Substituto do RE 641.243/PR	540 - Fixação de anuidade por conselhos de fiscalização profissional.	0
STF	16	R	RE 561.158/MG-RG Substituído pelo RE 643.247/SP-RG	16 - Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	0
STF		R	RE 654.551/SP VINCULADO AO RE 599.309/SP	Contribuição Social Sobre O Lucro Líquido substituiu o 596.295/SP	0
STF	515	R	RE 656.089/MG-RG	515 - Reserva de lei para a majoração da alíquota da COFINS de 3% para 4% pela Lei 10.684/2003.	0

STF	684	T	RE 659.412/RJ-RG	684 - Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita advinda da locação de bens móveis.	25
STF	527	T	RE 667.958/MG-RG	527 - Serviço de entrega de guias ou boletos de cobrança realizado diretamente pelo ente federativo interessado em face do monopólio da União.	38
STF	668	R	RE 669.196/DF-RG	668 - Declaração de inconstitucionalidade de norma prevista em resolução do Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal — que regulamentou a forma de notificação de contribuinte sobre sua exclusão do Refis — após julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela natureza infraconstitucional da controvérsia.	0
STF	536	T	RE 672.215/CE-RG	536 - Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo.	157
STF	554	R	RE 677.725/RS-RG Substituto do RE 684.261/PR-RG	554- Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social.	687
STF	677	R	RE 688.001/RS-RG	677 - Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos por servidor público a título de abono de permanência.	0
STF	651	T	RE 700.922/RS-RG	651 - Constitucionalidade das contribuições à seguridade social, a cargo do empregador produtor rural, pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, instituídas pelo artigo 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994.	96
STF	236	R	AI 705.941/SP	236 - Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	0
STF	669	R	RE 718.874/RS - RG TEM ASSOCIAÇÃO	669-Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001	0
STF	643	R	RE 723.651/PR-RG	643-Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI nas operações de importação de veículos automotores por pessoa natural para uso próprio.	0

STF	863	T	RE 736.090/SC-RG	863 - Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	61
STF	674	R	RE 759.244/SP-RG	674 - Aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras ("trading companies").	1
STF	723	R	RE 761.263/SC-RG	723 - Validade da contribuição a ser recolhida pelo produtor rural pessoa física que desempenha suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	0
STF	644	R	RE 773.992/BA - RG anteriormente autuado como ARE 643.686/BA	644- Imunidade tributária recíproca quanto ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU incidente sobre imóveis de propriedade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.	0
STF	296	R	RE 784.439/DF-RG	296-Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	0
STF	736	R	RE 796.939/RS - RG	736 - Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.	4
STF	801	R	RE 816.830/SC-RG	801 - Constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.	27
STF	843	T	RE 835.818/PR-RG	843 - Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	26
STF	756	R	RE 841.979/PE Substituto do ARE 790.928/PE	756 - Alcance do art. 195, § 12, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da não-cumulatividade à Contribuição ao PIS e à COFINS.	357
STF	808	R	RE 855.091/RS-RG	808 - Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	0

STF	842	R	RE 855.649/RS-RG	842 - Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996.	1
STF	846	R	RE 878.313/SC-RG	846 - Constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição.	476
STF	816	T	RE 882.461/MG-RG	816 - a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	14
STF	874	R	RE 917.285/SC-RG	874 - Constitucionalidade do parágrafo único do art. 73 da Lei 9.430/1996, com a redação dada pela Lei 12.844/2013, que prevê a possibilidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do ressarcimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, proceder à compensação, de ofício, com débitos não parcelados ou parcelados sem garantia.	1
STF	914	T	RE 928.943/SP-RG	914 - Constitucionalidade da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas ao exterior, instituída pela Lei 10.168/2000, posteriormente alterada pela Lei 10.332/2001.	62
STF	906	R	RE 946.648/SC-RG	906 - Violação ao princípio da isonomia (art. 150, II, da Constituição Federal) ante a incidência de IPI no momento do desembaraço aduaneiro de produto industrializado, assim como na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.	42
STF	881	T	RE 949.297/CE-RG	881 - Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	6
STF	885	T	RE 955.227/BA-RG	885 - Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.	4

STF	111	T	RE 970.343/PR-RG	111 - Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar	1
STF	939	R	RE 986.296/PR-RG Substituído pelo RE 1.043.313/RS-RG	939 - Possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei n. 10.865/2004.	144
STF	1035	T	ARE 990.094/SP-RG	1035 - Constitucionalidade da utilização do tipo de atividade exercida pelo estabelecimento como parâmetro para definição do valor de taxa instituída em razão do exercício do poder de polícia.	65
		R	ADC 18/DF	Ação declaratória de constitucionalidade proposta pelo Presidente da República "tendo por objeto o art. 3º, § 2º, I, da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998", que permite excluir da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS a importância relativa ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	0
STF	988	R	RE 1.018.911/RR-RG	988 - Possibilidade de desoneração do estrangeiro com residência permanente no Brasil em relação às taxas cobradas para o processo de regularização migratória.	0
STF	962	R	RE 1.063.187/SC-RG	962 - Incidência do Imposto de renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida pelo contribuinte na repetição do indébito.	31
STF	985	T	RE 1.072.485/PR-RG	985 - Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal.	1.418
STF	1024	R	RE 1.049.811/SE-RG	1024 - Inclusão dos valores retidos pelas administradoras de cartões na base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS devidas por empresa que recebe pagamentos por meio de cartões de crédito e débito.	22
STF	1042	R	RE 1.090.951/SC-RG	1042 - Condicionamento do despacho aduaneiro de bens importados ao pagamento de diferenças apuradas por arbitramento da autoridade fiscal.	4

STF	1047	R	RE 1.178.310/PR-RG	1047 - Constitucionalidade da majoração, em um ponto percentual, da alíquota da COFINS-Importação, introduzida pelo artigo 8º, § 21, da Lei nº 10.865/2004, com a redação dada pela Lei nº 12.715/2012, e da vedação ao aproveitamento integral dos créditos oriundos do pagamento da exação, constante do § 1º-A do artigo 15 da Lei nº 10.865/2004, incluído pela Lei nº 13.137/2015.	20
STF	1048	R	RE 1.187.264/SP-RG	1048 - Inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.	199
	1050	R	RE 1.199.021/SC-RG	1050 - Vedação imposta às pessoas jurídicas optantes do Simples Nacional de usufruir o benefício de alíquota zero incidente sobre o PIS e a COFINS no regime de tributação monofásica	0
	1067	T	RE 1.233.096/RS-RG ELETRÔNICO	1067 - Inclusão da COFINS e da contribuição ao PIS em suas próprias bases de cálculo.	3.319
	1085	R	RE 1.258.934/SC-RG	1085 - Majoração de taxa tributária realizada por ato infralegal a partir de delegação legislativa e viabilidade de o Poder Executivo atualizar os valores fixados em lei, de acordo com percentual não superior aos índices oficiais de correção monetária.	3
	1108	T	ARE 1.285.177/ES-RG ELETRÔNICO	1108 - Aplicabilidade do princípio da anterioridade geral (anual ou de exercício) em face das reduções de benefícios fiscais previstos no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).	166
	1109	R	RE 1.286.672/RS-RG	1109 - Possibilidade de manutenção do pagamento da contribuição previdenciária substitutiva prevista no art. 8º da Lei 12.546/2011 (CPRB), no ano-calendário de 2018, em face da irretratabilidade prevista no art. 9º, § 13, da Lei nº. 12.546/11 e a exclusão de determinadas atividades econômicas operadas pela Lei 13.670/2018.	3
	1122	T	ARE 1.289.782/SP-RG	1122 - Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda.	1

STF	1135	R	RE 1.285.845/RS-RG	1135 - Inclusão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).	18
STF	1139	R	RE 1.320.059/SP-RG	1139 - Legitimidade passiva do credor fiduciário para figurar em execução fiscal de cobrança do IPTU incidente sobre imóvel objeto de alienação fiduciária.	0
STF	1174	T	ARE 1.327.491/SC-RG	1174 - Incidência da alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) do imposto de renda exclusivamente na fonte, sobre as pensões e os proventos de fontes situadas no País, percebidos por pessoas físicas residentes no exterior.	4
	1186	T	RE 1.341.464/CE-RG	1186 - Exclusão dos valores relativos ao PIS e à COFINS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).	172
STF	1193	R	RE 1.317.786/PE-RG	1193 - Recepção da contribuição prevista no artigo 1º da Lei Complementar 110/2001 pela Emenda Constitucional 33/2001.	3
	1197	R	RE 1.356.271/PR-RG	1197 - Vedação à compensação de débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, em razão do artigo 74, § 3º, IX, da Lei 9.430/1996, acrescido pelo artigo 6º da Lei 13.670/2018.	4
STF	691	R	STF 2005.60.00.003414-6 RE 721.725/MS DEVOLVIDO NO RE 626.837/GO	691 - Submissão dos entes federativos ao pagamento de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a remuneração dos agentes políticos não vinculados a regime próprio de previdência social, após o advento da Lei 10.887/2004.	0
STF	742	R	RE 774.458/PR (Substituto do Grupo abaixo) STF 2010.61.20.011125-0 RE STF 2010.61.06.006079-2 RE STF 2010.61.82.033367-6 RE 816.584/SP STF 2010.61.08.006684-2 RE STF 2007.61.82.038156-8 RE	742 - Estipulação legal de valor mínimo para a propositura de execuções fiscais referentes a contribuições devidas aos conselhos profissionais.	0

STF	163	R	RE 593.068/SC-RG (Substituto do grupo abaixo) STF 2009.61.00.007165-5 RE 703.628/SP STF 2010.61.00.000968-0 RE 703.892/SP STF 2009.61.05.003866-0 RE 703.648/SP STF 2006.03.00.015399-0 RE 1.009.328/SP	163 - Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, a gratificação natalina, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	0
STF	GR 09	R	STF 98.03.101705-5 RE 819.158/SP STF 2001.03.99.031975-3 RE STF 2001.61.19.000108-7 RE 999.988/SP STF 2002.03.99.022957-4 RE 784.453/SP	IRPJ e CSL - balanço patrimonial - correção monetária referente a janeiro/89.	0
STF	554	R	RE 677.725/RS (Substituto do grupo abaixo) STF 2010.61.00.002400-0 RE.349.488/SP STF 2010.61.00.001647-6 RE 958.203/SP STF 2010.61.04.001397-8 RE 736.619/SP STF 2010.61.00.003129-5 RE 708.863/SP(DEVOLVIDO NO RE 684.261 QUE FOI SUBSTITUÍDO PELO RE 677.725/RS) STF 2010.61.00.004928-7 RE 971.885/SP(DEVOLVIDO NO RE 681.261 QUE FOI SUBSTITUÍDO PELO RE 677.725/RS)	554 - Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social.	687
STF	894	R	STF 1999.03.99.052807-2 RE 848.353/SP-RG - Paradigma STF 1999.03.99.083418-3 RE 703.915/SP STF 1999.03.99.082905-9 RE 1.009.192/SP STF 2000.03.99.040370-0 RE 720.536/SP STF 1999.03.99.081559-0 RE 720.519/SP (RE 578.846) STF 2001.03.99.060094-6 RE 717.664/SP STF 2000.03.99.070694-0 RE 865.748/SP (RE 578.846)	894 - Aplicabilidade do princípio da anterioridade nonagesimal à contribuição ao PIS instituída pelo art. 2º da EC 17/1997.	0
STF	665	R	STF 1999.03.99.052807-2 RE 848.353/SP-RG - Paradigma STF 1999.03.99.083418-3 RE 703.915/SP STF 1999.03.99.082905-9 RE 1.009.192/SP STF 2000.03.99.040370-0 RE 720.536/SP STF 1999.03.99.081559-0 RE 720.519/SP (RE 578.846) STF 2001.03.99.060094-6 RE 717.664/SP STF 2000.03.99.070694-0 RE 865.748/SP (RE 578.846)	665 - Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	0
STF		R	STF 2011.03.00.010534-6 RE 731.920/SP STF 2011.03.00.004321-3 RE 730.462/SP-RG - Paradigma STF 2011.03.00.005389-9 RE 730.464/SP	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma superveniente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	0
STF		R	STF 2005.61.00.010773-5 RE 734.573/SP STF 1999.03.99.066651-1 RE 703.655/SP STF 2004.61.05.014096-1 RE 715.796/SP STF 2005.61.00.011087-4 RE 720.491/SP STF 2003.61.00.022827-0 RE 720.487/SP	PIS - MP 1.212/95	0

		R	STF 2007.61.82.032250-3 RE 805.216/SP STF 2008.61.82.017262-5 RE 736.441/SP STF 2002.61.82.044128-2 RE 736.446/SP STF 2007.61.82.017173-2 RE 799.242/SP	Taxa Municipal de Fiscalização, Localização e Funcionamento - Base de cálculo que tem por critério o número de empregados.	0
STF	GR 13	R	STF 2005.61.19.003340-9 RE 998.795/SP (DEVOLVIDO NO ARE 748.371/MT(trânsito:6/8/13)) DEVOLVIDO NO RE 630.898/RS: STF 2003.61.00.022709-4 RE 720.525/SP STF 2004.61.00.032801-2 RE 717.676/SP STF 2005.61.00.017471-2 RE 845.380/SP STF 2005.61.00.004065-3 RE 717.677/SP		0
STF		R	STF 2000.03.99.069128-5 STF 98.03.090966-5 RE 703.485/SP STF 2008.03.99.044835-3 RE 764.052/SP STF 2001.03.99.039382-5 RE 703.662/SP STF 1999.03.99.004076-2 RE 687.692/SP	PIS - EC 10/96 - ofensa à anterioridade nonagesimal.	0
STF	GR 15	R	STF 2001.61.19.005008-6 RE STF 2002.03.99.022508-8 RE 1.034.366/SP STF 2003.61.00.007987-1 RE 889.053/SP	IRPJ e CSSL, correção monetária de balanço - artigo 4º Lei n.º 9.249/95.	0
STF	734	R	<u>STF 2013.03.00.004615-6</u> RE 844.760/SP	734-Controvérsia: "responsabilidade da Caixa Econômica Federal, na condição de credora fiduciária, pelos tributos incidentes sobre os imóveis que integram o fundo financeiro privado destinado ao Programa de Arrendamento Residencial."	0
STF	884	R	<u>STF 2013.03.00.006717-2</u> RE 928.902/SP(SUBSTITUIU 2013.03.00.006521-7 RE 847.792/SP) 2009.61.05.004780-6 RE 854.936/SP 2009.61.05.004200-6 RE 854.973/SP 2012.03.00.031465-1 RE 876.112/SP 2009.61.82.020629-9 RE 914.973/SP	884 - Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, criado e mantido pela União, nos termos da Lei 10.188/2001.	0
STF	GR 16	R	STF 2005.61.02.006658-1 RE 1.005.147/SP DEVOLVIDO NO RE 597.315/RJ E RE 672.215/CE STF 2004.61.00.000844-3 RE STF 2004.61.00.008094-4 RE	CSL, PIS e COFINS - Retenção art. 30, Lei 10.833/03 especificamente na hipótese de Cooperativas.	0

STF	909	R	<u>2013.61.43.001801-7 RE 959.489/SP</u>	909 - Preenchimento dos pressupostos necessários ao gozo da imunidade tributária recíproca pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA.	0
STF	GR 112	30/nov	STF 2003.61.26.002354-3 RE	Quantificação da condenação em honorários advocatícios nas ações previdenciárias: incidência ou não de verba honorária sobre as prestações vencidas após a prolação da sentença.	0
				RESP SUSPENSOS	
STJ	18	CT	RESP 1.682.623/SP RESP 1.780.737/SP RESP 1.780.680/SP RESP 1.780.736/SP RESP 1.835.864/SP RESP 1.835.865/SP RESP 1.666.542/SP VINCULADA AO TEMA 769/STJ	Discute-se se a ordem de preferência prevista no art. 11 da LEF é rígida, ou não, e se a penhora de faturamento é medida excepcional.	368
STJ	453	CT	RESP 2.005.029/SC RESP 2.005.087/PR RESP 2.005.289/SC RESP 2.005.567/RS RESP 2.023.016/RS RESP 2.027.413/PR RESP 2.027.411/PR VINCULADA AO TEMA 1174/STJ	Definir se é possível excluir os valores relativos à contribuição previdenciária do empregado e trabalhador avulso e ao imposto de renda de pessoa física, retidos na fonte pelo empregador, da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e das contribuições destinadas a terceiros e ao SAT/RAT.	512
	127	GR	5007717-32.2018.4.03.6109 RESP 1.959.456/SP 5017178-55.2018.4.03.6100 RESP 1.967.349/SP 5002367-06.2018.4.03.6128 RESP 1.958.824/SP RESP 1.902.610/RS-AFET VINCULADO A CONTROVÉRSIA 284/STJ CONTROVÉRSIA CANCELADA VINCULADA AO TEMA 1184/STJ	Aplicação das alterações promovidas pela Lei 13.670/2018. "Definir se as alterações promovidas pela Lei 13.670/2018 na Lei 12.546/2011 podem ser aplicadas no mesmo ano de sua publicação".	54

	133	GR	5015906-21.2021.4.03.6100 RESP 2.028.436/SP 5000251-67.2021.4.03.6113 RESP 2.027.588/SP 5001446-29.2021.4.03.6100 RESP 2.029.299/SP CADASTRAR NO TEMA 1174/STJ	Incidência ou não de contribuição previdenciária e contribuições sociais. "Incidência ou não de contribuição previdenciária e contribuições sociais devidas a terceiros sobre os valores relativos às retenções feitas pela empresa em nome dos seus empregados (cota do empregado da contribuição previdenciária e IRPF)".	512
	134	GR	5002039-95.2020.4.03.6002 RESP 2.033.930/MS 5003356-34.2021.4.03.6119 RESP 2.035.820/SP 5002724-78.2020.4.03.6107 RESP 2.035.845/SP	Incidência ou não de contribuição previdenciária e contribuições sociais. "Incidência ou não de contribuição previdenciária e contribuições sociais devidas a terceiros sobre os valores descontados dos empregados a título de coparticipação no custeio de benefícios (assistência médica, auxílio-alimentação e vale-transporte)".	136
	135	GR	5000441-40.2019.4.03.6100 RESP 2.070.059/SP 5026819-04.2017.4.03.6100 RESP 2.069.644/SP 5002396-42.2017.4.03.6144 RESP 2.074.564/SP VINCULADO A CONTROVÉRSIA 573/STJ	Natureza jurídica da opção de compra de ações. "definição da natureza jurídica da opção de compra de ações outorgada aos empregados/administradores de companhia para efeito de incidência de contribuição previdenciária e do imposto de renda, com a tributação da opção como remuneração do trabalho ou como contrato mercantil".	15
	136	GR	5001453-67.2017.4.03.6130 RESP 2.052.982/SP 5000470-26.2017.4.03.6144 RESP 2.050.498/SP 5001840-49.2020.4.03.6107 RESP 2.050.837/SP VINCULADO A CONTROVÉRSIA 549/STJ	Incidência de contribuição previdenciária. "Incidência ou não de contribuição previdenciária sobre os valores despendidos a título de adicional de insalubridade".	296
STJ	365	R	RESP 957.509/RS-AFET	365-A produção do efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário, advindo do parcelamento, condiciona-se à homologação expressa ou tácita do pedido formulado pelo contribuinte junto ao Fisco.	0
STJ	193	R	RESP 989.419/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C RE 607.886/RJ	193-Os Estados da Federação são partes legítimas para figurar no pólo passivo das ações propostas por servidores públicos estaduais, que visam o reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte.	0

STJ	64	R	RESP 1.003.955/RS-AFET	64-Quanto à pretensão da incidência de correção monetária sobre os juros remuneratórios de que trata o art. 2º do Decreto-lei 1.512/76 (item 3), a lesão ao direito do consumidor ocorreu, efetivamente, em julho de cada ano vencido, no momento em que a ELETROBRÁS realizou o pagamento da respectiva parcela, mediante compensação dos valores nas contas de energia elétrica.	0
STJ	169	R	RESP 1.096.288/RS-AFET	169-O auxílio condução consubstancia compensação pelo desgaste do patrimônio dos servidores, que utilizam-se de veículos próprios para o exercício da sua atividade profissional, inexistindo acréscimo patrimonial, mas uma mera recomposição ao estado anterior sem o incremento líquido necessário à qualificação de renda.	0
STJ	455	R	RESP 1.104.184/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C RESP 1.200.492/RS	455-Não incide PIS/COFINS sobre o JCP recebido durante a vigência da Lei 9.718/98 até a edição das Leis 10.637/02 (cujo art. 1º. entrou em vigor a partir de 01.12.2002) e 10.833/03, tal como no caso dos autos, que se refere apenas ao período compreendido entre 01.03.1999 e 30.09.2002.	0
STJ	135	R	RESP 1.105.442/RJ-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC 2000.61.19.024928-7 E 2001.03.99.0006918-9 (STJ)	135-É de cinco anos o prazo prescricional para o ajuizamento da execução fiscal de cobrança de multa de natureza administrativa, contado do momento em que se torna exigível o crédito, com o vencimento do prazo do seu pagamento.	0
STJ	202	R	RESP 1.107.543/SP-AFET	202-O cartório extrajudicial deve expedir certidão sobre os atos constitutivos da empresa devedora executada requerida pela Fazenda Pública, cabendo-lhe, se vencida, reembolsar o valor das custas ao final.	0
STJ	790	R	RESP 1.116.440/MG	790-Discussão: adicional de alíquota de 2,5% atinente à contribuição previdenciária patronal (sobre a folha de salários) exigido da entidades de previdência privada (entre outras), à luz do disposto no artigo 22, § 1º, da Lei 8.212/91.	0
STJ	397	R	RESP 1.116.460/SP-AFET	397-"A indenização decorrente de desapropriação não encerra ganho de capital, porquanto a propriedade é transferida ao poder público por valor justo e determinado pela justiça a título de indenização, não ensejando lucro, mas mera reposição do valor do bem expropriado. (...) Não-incidência da exação sobre as verbas auferidas a título de indenização advinda de desapropriação, seja por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, porquanto não representam acréscimo patrimonial."	0

STJ	314	R	RESP 1.120.097/SP-AFET	314-A inércia da Fazenda exequente, ante a intimação regular para promover o andamento do feito e a observância dos artigos 40 e 25 da Lei de Execução Fiscal, implica a extinção da execução fiscal não embargada ex officio, afastando-se o Enunciado Sumular 240 do STJ, segundo o qual 'A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu'. Matéria impassível de ser alegada pela exequente contumaz.	0
STJ	383	R	RESP 1.120.295/SP-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C REP 1.201.993/SP	383-O prazo prescricional quinquenal para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário conta-se da data estipulada como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada (mediante DCTF, GIA, entre outros), nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que, não obstante cumprido o dever instrumental de declaração da exação devida, não restou adimplida a obrigação principal (pagamento antecipado), nem sobreveio quaisquer das causas suspensivas da exigibilidade do crédito ou interruptivas do prazo prescricional.	0
STJ	371	R	RESP 1.122.387/DF-AFET	371-Há de se reconhecer o direito à restituição de contribuições pagas ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, fundo fechado de previdência, visto que os segurados, ex-contribuintes, após a extinção, nenhum benefício receberão em contrapartida, evitando-se, assim, o enriquecimento ilícito da União, sucessora nos direitos e obrigações do IPC.	0
STJ		R	STJ 2000.61.19.003811-2 <u>RESP 1.124.348/SP</u>	Repetição de Indébito. FINSOCIAL. Compensação. Art. 170-A do CTN. Inaplicabilidade. Correção Monetária e Expurgos. Manual de Cálculo da Justiça Federal. Juros Compensatórios Indevidos. Honorários Súmula 7/STJ. Direito Tributário - Contribuições - Contribuições Sociais - Cofins	0
STJ	386	R	RESP 1.136.940/RS	386 - Responsabilidade do contribuinte (sujeito passivo) pelo recolhimento do imposto de renda incidente sobre valores decorrentes de sentença trabalhista, na hipótese em que a fonte pagadora não procede à retenção e/ou recolhimento do tributo.	0

STJ	266	R	RESP 1.138.159/SP-AFET	<p>266-O prazo prescricional, no que tange às contribuições previdenciárias, foi sucessivamente modificado pela EC n. 8/77, pela Lei 6.830/80, pela CF/88 e pela Lei 8.212/91, à medida em que as mesmas adquiriam ou perdiam sua natureza de tributo. (...)</p> <p>O prazo decadencial, por seu turno, não foi alterado pelos referidos diplomas legais, mantendo-se obediente ao disposto na lei tributária.</p> <p>267-O valor do frete configura parcela estranha ao produto rural, por isso que não está inserido na base de cálculo da contribuição para o FUNRURAL, que consiste tão-somente no valor comercial do produto rural, correspondente ao preço pelo qual é vendido pelo produtor.</p>	0
STJ	504	T	ERESP 1.138.695/SC-AFET	<p>504-Discute-se a possibilidade de exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos valores referentes aos juros pela taxa SELIC incidentes quando da devolução dos depósitos judiciais, na forma da Lei n. 9.703/98.</p>	2
STJ	505	T	ERESP 1.138.695/SC-AFET	<p>505-Discussão sobre a exclusão dos juros SELIC incidentes quando da devolução de valores em depósito judicial feito na forma da lei n. 9.703/98 e quando da repetição de indébito tributário.</p>	2
STJ	776	R	RESP 1.138.936/SP-AFET	<p>776-Discussão: concessão do benefício da alíquota zero à importação da vitamina 'E' e seus derivados, consoante o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT.</p>	0
STJ	363	T	RESP 1.141.667/RS-AFET	<p>363-Não incide a contribuição destinada ao PIS/COFINS sobre os atos cooperativos típicos realizados pelas cooperativas.</p>	184
STJ	290	R	RESP 1.141.990/PR-AFET	<p>290-Se o ato translativo foi praticado a partir de 09.06.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude.</p>	0
STJ	400	R	RESP 1.143.320/RS-AFET	<p>400-A condenação, em honorários advocatícios, do contribuinte, que formula pedido de desistência dos embargos à execução fiscal de créditos tributários da Fazenda Nacional, para fins de adesão a programa de parcelamento fiscal, configura inadmissível bis in idem, tendo em vista o encargo estipulado no Decreto-lei 1.025/69.</p>	0
STJ	316	R	RESP 1.144.079/SP-AFET	<p>316-A incidência do duplo grau de jurisdição obrigatório é imperiosa quando a resolução do processo cognitivo for anterior à reforma engendrada pela Lei 10.352/2001..</p>	0

STJ	313	R	RESP 1.144.469/PR-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 574.706/PR E RE 841.979/PE	313-Discute-se: a) "possibilidade de exclusão, da base de cálculo do PIS e da COFINS, dos valores que, computados como receitas, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, nos termos do art. 3º, § 2º, inciso III, da Lei 9.718/98"; (Decisão publicada no DJe de 11/11/2009 - Rel. Min. Luiz Fux); b) "a própria legalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS" (Decisão publicada no DJe de 03/05/2016 - Rel. Min. Napoleão Nunes Maia - expansão da questão submetida a julgamento).	0
STJ	390	R	RESP 1.149.100/RJ-AFET	390-Tema 185/STF - Incidência do imposto de renda sobre os resultados financeiros verificados na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.	0
STJ	374	R	RESP 1.149.424/BA-AFET	374-"A dedução dos descontos incondicionais é vedada, no entanto, quando a incidência do tributo se dá sobre valor previamente fixado, nos moldes da Lei 7.798/89 (regime de preços fixos), salvo se o resultado dessa operação for idêntico ao que se chegaria com a incidência do imposto sobre o valor efetivo da operação, depois de realizadas as deduções pertinentes."	0
STJ	379	R	RESP 1.150.159/SP- DESAFETADO STJ 1999.61.00.039586-6 - RESP 1.632.508/SP-AFET STJ 2006.61.00.027754-2 - RESP 1.632.777/SP-AFET STJ 2007.61.00.002799-2 - RESP 1.632.497/SP-AFET	379-Definir o termo inicial para contagem do prazo recursal quando a intimação é feita por oficial de justiça ou por carta de ordem, precatória ou rogatória (se da data da juntada aos autos do mandado cumprido ou se da data da própria intimação).	0
STJ	378	R	RESP 1.156.668/DF-AFET	378-"A fiança bancária não é equiparável ao depósito integral do débito exequendo para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ante a taxatividade do art. 151 do CTN e o teor do Enunciado Sumular n. 112 desta Corte."	0
	444	R	AI 1.157.069/SP (Substituído pelo REsp 1.201.993/SP)	444-Execução Fiscal. Redirecionamento para o sócio-gerente. Redirecionamento da Execução para o sócio. Prescrição. Ocorrência.Art. 174 DO CTN	0
STJ	363	R	RESP 1.164.716/MG-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 598.085/RJ, RE 599.362/RJ, RE 672.215/CE, RESP 1.141.667/RS, PROC. 2005.61.02.006658-1 (STJ/STF), PROC. 2004.61.00.008094-4 (STF), PROC. 2004.61.00.000844-3 (STF), PROC. 2007.61.00.001686-6 (STJ) E PROC. 1999.61.00.029595-1 (STJ)	363-Não incide a contribuição destinada ao PIS/COFINS sobre os atos cooperativos típicos realizados pelas cooperativas.	184

STJ	394	R	RESP 1.168.038/SP - AFET	394-Os depósitos judiciais utilizados para suspender a exigibilidade do crédito tributário consistem em ingressos tributários, sujeitos à sorte da demanda judicial, e não em receitas tributárias, de modo que não são dedutíveis da base de cálculo do IRPJ até o trânsito em julgado da demanda.	0
STJ	428	R	RESP 1.185.070/RS-AFET	428-É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS incidente sobre o faturamento das empresas concessionárias.	0
STJ	454	R	RESP 1.200.492/RS-AFET	454-Não são dedutíveis da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS o valor destinado aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na vigência da Lei n. 10.637/2002 e da Lei n. 10.833/2003.	0
STJ	444	R	RESP 1.201.993/SP-AFET	444-Questiona a prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal, no prazo de cinco anos, contados da citação da pessoa jurídica.	0
STJ	779	R	RESP 1.221.170/PR-AFET	779 Discute-se o conceito de insumo tal como empregado nas Leis 10.637/02 e 10.833/03 para o fim de definir o direito (ou não) ao crédito de PIS e COFINS dos valores incorridos na aquisição.	6
STJ	780	R	RESP 1.221.170/PR-AFET	780-Discute-se o conceito de insumo tal como empregado nas Leis 10.637/02 e 10.833/03 para o fim de definir o direito (ou não) ao crédito de PIS e COFINS dos valores incorridos na aquisição.	6
STJ	478	T	RESP 1.230.957/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 595.038/P E 593.068/SP	478-Não incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado, por não se tratar de verba salarial.	309
STJ	479	T	RESP 1.230.957/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 595.038/P E 593.068/SP	479-A importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa).	309

STJ	737	T	RESP 1.230.957/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 595.038/P E 593.068/SP	737-No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal.	309
STJ	738	T	RESP 1.230.957/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 595.038/P E 593.068/SP	738-Sobre a importância paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença não incide a contribuição previdenciária, por não se enquadrar na hipótese de incidência da exação, que exige verba de natureza remuneratória.	309
STJ	739	T	RESP 1.230.957/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 595.038/P E 593.068/SP	739-O salário-maternidade possui natureza salarial e integra, consequentemente, a base de cálculo da contribuição previdenciária.	309
STJ	485	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	485-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado.	0
STJ	486	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	486-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado	0
STJ	487	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	487-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado.	0

STJ	488	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	488-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado.	0
STJ	489	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	489-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado.	0
STJ	490	R	RESP 1.251.513/PR-AFET	490-Discussão sobre a possibilidade de pagamento mediante a transformação em pagamento definitivo (conversão em renda) de depósitos judiciais vinculados a ações já transitadas em julgado. Discute-se ainda sobre a possibilidade de devolução da diferença de juros selic incidentes sobre o valor depositado.	0
STJ	506	R	RESP 1.252.412/RN-AFET	506-Hipótese de ocorrência da preclusão lógica a que se refere o legislador no art. 503 do CPC, segundo o qual 'A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer'. Isso porque, apesar da expressa postulação de arbitramento dos honorários na inicial da execução de sentença, não houve pronunciamento do magistrado por ocasião do despacho citatório, sobrevindo petição dos recorridos em momento posterior à citação apenas para postular a retenção do valor dos honorários contratuais, sem reiteração da verba de sucumbência. (...) Ainda que não se trate propriamente de ação autônoma, por compreensão extensiva, incide o enunciado da Súmula 453/STJ quando a parte exequente reitera o pedido formulado na inicial da execução - a fim de arbitrar os honorários advocatícios sucumbenciais - após o pagamento da execução e o consequente arquivamento do feito.	0
		R	STJ 2005.61.82.018033-5 RESP 1.262.206/SP substituiu o 2003.61.117.001559-4 RESP 1.259.994/SP	Insurgência contra o valor fixado a título de honorários advocatícios, tido por irrisório, em razão de corresponder a baixo percentual do valor da causa, nas ações em que vencida a União	0

STJ	137	R	RESP 1.269.570/MG-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 566.622/RS, RE 574.706/PR, RE 570.122/RS, RE 607.642/RJ, RE 592.616/RS, RE 609.096/RS E PROC. 2009.61.00.002714-9 (STJ).	137-Questão referente ao prazo prescricional para a repetição de Imposto de Renda incidente sobre verbas percebidas a título de "férias-prêmio" conta-se em 5 (cinco) anos.	0
STJ	138	R	RESP 1.269.570/MG-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 566.622/RS, RE 574.706/PR, RE 570.122/RS, RE 607.642/RJ, RE 592.616/RS, RE 609.096/RS E PROC. 2009.61.00.002714-9 (STJ).	138-Questão referente ao prazo prescricional para a repetição de Imposto de Renda incidente sobre verbas percebidas a título de "férias-prêmio" a contar da data da retenção da verba na fonte (pagamento).	0
STJ	526	R	RESP 1.272.827/PE-AFET	526-A atribuição de efeitos suspensivos aos embargos do devedor" fica condicionada "ao cumprimento de três requisitos: apresentação de garantia; verificação pelo juiz da relevância da fundamentação (fumus boni juris) e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora).	0
STJ	605	R	RESP 1.291.874/AL	605-Ausência de intimação pessoal do representante da União. Nulidade. Preclusão.	0
STJ	566	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	566-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, § 2º, da LEF.	220
STJ	567	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	567-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): Se o prazo de 1 (um) ano de suspensão somado aos outros 5 (cinco) anos de arquivamento pode ser contado em 6 (seis) anos por inteiro para fins de decretar a prescrição intercorrente.	220
STJ	568	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	568-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): quais são os obstáculos ao curso do prazo prescricional da prescrição prevista no art. 40, da LEF.	220

STJ	569	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	569-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina a suspensão da execução fiscal (art. 40, § 1º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	220
STJ	570	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	570-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina o arquivamento da execução (art. 40, § 2º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	220
STJ	571	R	RESP 1.340.553/RS-AFET	571-Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que determina sua manifestação antes da decisão que decreta a prescrição intercorrente (art. 40, § 4º) ilide a decretação da prescrição intercorrente.	220
STJ	821	R	RESP 1.345.021/CE-AFET	821-Discussão: violação dos dispositivos de lei que disciplinam os requisitos da CDA.	0
STJ	590	R	RESP 1.349.363/SP-AFET	590-As informações sigilosas das partes devem ser juntadas aos autos do processo que correrá em segredo de justiça, não sendo admitido o arquivamento em apartado.	0
STJ	649	R	STJ 2002.03.00.032632-5 RESP 1.347.627/SP (Paradigma)	649-A pessoa jurídica não tem legitimidade para interpor recurso no interesse do sócio.	0
STJ	624	R	RESP 1.353.111/RS-AFET	624 - Isenção da COFINS às atividades próprias das entidades sem fins lucrativos para fins de gozo da isenção prevista no art. 14, X, da MP n. 2.158-35/2001. Verificação da legalidade do art. 47, II e § 2º, da Instrução Normativa SRF n. 247/2002. Sociedade civil educacional ou de caráter cultural e científico.	0

STJ	602	R	RESP 1.357.699/RS-DESAFET TEM ASSOCIAÇÃO C RE 596.286/RJ	602-A incorporação da PAM aos vencimentos dos servidores continua a gerar efeitos financeiros de trato sucessivo, de forma que a revisão daquela parcela repercute continuamente na esfera jurídico-patrimonial do servidor. Incide no caso a regra geral da Súmula 85/STJ, segundo a qual 'nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.'	0
STJ	690	R	RESP 1.386.229/PE-AFET	690 - Se a declaração de inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/1998, pelo STF, afasta automaticamente a presunção de certeza e de liquidez da CDA constituída sobre essa base legal, de modo a autorizar a extinção de ofício da Execução Fiscal.	0
STJ	695	R	RESP 1.396.488/SC-AFET RESP 1.622.683/RS-AFET RESP 1.570.531/CE-AFET	695-Incidência ou não de IPI na importação de veículo por pessoa física, destinado a uso próprio.	0
STJ	728	R	RESP 1.400.287/RS-AFET	728-As 'sociedades corretoras de seguros' estão fora do rol de entidades constantes do art. 22, §1º, da Lei n. 8.212/91.	0
STJ	761	R	RESP 1.405.244/SP-AFET	761 - O ressarcimento dos custos de aquisição dos selos de controle do IPI, instituído pelo art. 3º. do Decreto 1.437/75, tem natureza tributária e não foi recepcionado pelo art. 25 do ADCT.	0
STJ	912	R	ERESP 1.403.532/SC-AFET	912-Os produtos importados estão sujeitos a uma nova incidência do IPI quando de sua saída do estabelecimento importador na operação de revenda, mesmo que não tenham sofrido industrialização no Brasil.	0
STJ	876	R	RESP 1.450.819/AM-AFET RESP 1.455.091/AM	876-Controvérsia: "obrigatoriedade, ou não, da indicação do RG ou CPF para o recebimento da petição inicial de execução fiscal endereçada contra pessoa física".	0
STJ	881	R	RESP 1.459.779/MA-AFET	881 - Imposto de renda sobre adicional de 1/3 de férias gozadas.	0
STJ	878	R	RESP 1.470.443/PR-AFET (aguarda julgamento do RE 855.091/RJ-TEMA 808)	878 - Regra geral de incidência do imposto de renda sobre juros de mora, com foco nos juros incidentes sobre benefícios previdenciários pagos em atraso.	0

STJ	963	R	RESP 1.583.323/PR-AFET RESP 1.576.254/RS-AFET	963 - Discute-se o cabimento da execução regressiva proposta pela ELETROBRÁS contra a UNIÃO em razão da condenação das mesmas ao pagamento das diferenças na devolução do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica ao PARTICULAR CONTRIBUINTE da exação.	0
STJ	994	R	RESP 1.638.772/SC-AFET RESP 1.624.297/RS-AFET RESP 1.629.001/SC-AFET	994 - Possibilidade de inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, instituída pela MP n. 540/2011, convertida na Lei n. 12.546/2011.	26
STJ	980	R	RESP 1.658.517/PA-AFET RESP 1.641.011/PA-AFET	980 - (i) Termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, bem como (ii) sobre a possibilidade de o parcelamento de ofício da dívida tributária ser considerado causa suspensiva da contagem da prescrição.	0
STJ	777	R	RESP 1.684.690/SP-DESAFET RESP 1.686.659/SP-AFET	777 - Legalidade do protesto da CDA, no regime da Lei 9.492/1997.	0
STJ	1003	R	RESP 1.767.945/RS-AFET RESP 1.768.060/RS-AFET RESP 1.768.415/SC-AFET	1003 - Definição do termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: a data do protocolo do requerimento administrativo do contribuinte ou o dia seguinte ao escoamento do prazo de 360 dias previsto no art. 24 da Lei n. 11.457/2007.	30
	1008	T	RESP 1.767.631/SC-AFET RESP 1.772.634/RS-DESAFET RESP 1.772.470/RS-AFET	1008 - Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido.	68
	1012	R	RESP 1.756.406/PA-AFET RESP 1.703.535/PA-AFET RESP 1.696.270/MG-AFET	1012 - Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN).	14
STJ	1014	T	RESP 1.799.306/RS-AFET RESP 1.799.309/PR-AFET RESP 1.799.308/SC-AFET	1014 - Inclusão de serviços de capatazia na composição do valor aduaneiro.	19
	1026	R	RESP 1.814.310/RS-AFET RESP 1.812.449/SC-AFET RESP 1.807.923/SC-AFET RESP 1.807.180/PR-AFET RESP 1.809.010/RJ-AFET	1026 - Possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal.	16

	1164	R	RESP 1.995.437/CE-AFET RESP 2.004.478/SP-AFET	1164 - Definir se incide contribuição previdenciária patronal sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia.	42
STJ	1170	T	RESP 1.974.197/AM-AFET RESP 2.000.020/MG-AFET RESP 2.003.967/AP-AFET RESP 2.006.644/MG-AFET	1170 - Definir se é cabível a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a empregado a título de décimo terceiro salário proporcional referente ao aviso prévio indenizado.	251
	1176	T	RESP 2.003.509/RN-AFET RESP 2.004.215/SP-AFET RESP 2.004.806/SP-AFET	1176 - Definir se são eficazes os pagamentos de FGTS, realizados na vigência da redação do art. 18 da Lei 8.036/1990 dada pela Lei 9.491/1997, diretamente ao empregado, em decorrência de acordo celebrado na Justiça do Trabalho, ao invés de efetivados por meio de depósitos nas contas vinculados do titular.	31
STJ	1182	T	RESP 1.945.110/RS-AFET RESP 1.987.158/SC-AFET	1182 - Definir se é possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, imunidade, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (extensão do entendimento firmado no ERESP 1.517.492/PR que excluiu o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL).	10
	1184	T	RESP 1.901.638/SC-AFET RESP 1.902.610/RS-AFET	1184 - "i) Definir se a regra prevista no § 13 do art. 9º da Lei n. 12.546/2011 é dirigida apenas aos contribuintes ou se também vincula a Administração Tributária" e "ii) Definir se a revogação da escolha de tributação da contribuição previdenciária pelo sistema da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) trazida pela Lei n. 13.670/2018 feriu direito do contribuinte ante o caráter irretroatável previsto no § 13 do art. 9º da Lei n. 12.546/2011."	17
	1187	T	RESP 2.006.663/RS-AFET RESP 2.019.320/RS-AFET RESP 2.021.313/RS-AFET	1187 - Definir o momento da aplicação da redução dos juros moratórios, nos casos de quitação antecipada, parcial ou total, dos débitos fiscais objeto de parcelamento, conforme previsão do art. 1º da Lei 11.941/2009.	1
	1209	T	RESP 2.039.132/SP-AFET RESP 2.013.920/RJ-AFET RESP 2.035.296/SP-AFET RESP 1.971.965/PE-AFET RESP 1.843.631/PE-AFET	1209 - Definição acerca da (in)compatibilidade do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, previsto no art. 133 e seguintes do Código de Processo Civil, com o rito próprio da Execução Fiscal, disciplinado pela Lei n. 6.830/1980 e, sendo compatível, identificação das hipóteses de imprescindibilidade de sua instauração, considerando o fundamento jurídico do pleito de redirecionamento do feito executório.	82

STJ	997	T	RESP 1.724.834/SC-AFET RESP 1.679.536/RN-AFET RESP 1.728.239/RS-AFET	997 - Legalidade do estabelecimento, por atos infrallegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002.	33
STJ	GR20	R	STJ 1999.61.00.030661-4 - RESP 1.430.744/SP STJ 1999.61.00.045053-1 - RESP 1.351.176/SP STJ 1999.03.99.109291-5 - RESP 1.383.793/SP STJ 2000.03.99.040045-0 - RESP 1.353.312/SP STJ 2001.03.99.002729-8 - RESP 1.353.191/SP	Correção monetária - artigo 38, Lei nº 8.880/94.	0
STJ	633	R	<u>STJ 1999.61.00.030850-7</u> RESP 1.353.826/SP (Paradigma) STJ <u>2009.61.00.022785-0</u> RESP 1.369.109/SP	633 -"O artigo 6º, § 1º, da Lei nº 11.941, de 2009, só dispensou dos honorários advocatícios o sujeito passivo que desistiu de ação judicial em que requeira 'o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos'. Nas demais hipóteses, à míngua de disposição legal em sentido contrário, aplica-se o artigo 26, caput, do Código de Processo Civil, que determina o pagamento dos honorários advocatícios pela parte que desistiu do feito."	0
STJ		R	STJ 2010.03.00.016950-2 RESP 1.465.336/SP STJ 2009.03.00.021545-5 RESP 1.367.700/SP STJ2011.03.00.027435-1 RESP 1.376.892/SP	Embargos a execução - possibilidade de recebimento quando ausente garantia do juízo.	0
STJ	696	R	<u>STJ 2010.61.82.033367-6</u> RESP 1.404.796/SP (Paradigma) STJ 2010.61.20.011125-0 RESP 1.404.797/SP STJ 2010.61.06.006079-2 RESP 1.404.800/SP STJ 2010.61.82.006684-2 RESP 1.404.798/SP STJ 2007.61.82.038156-8 RESP 1.404.799/SP	696-É inaplicável o art. 8º da Lei nº 12.514/11 ('Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente') às execuções propostas antes de sua entrada em vigor.	0
STJ	651	R	<u>STJ 2009.03.00.001476-0</u> RESP 1.383.500/SP (Paradigma) STJ 2009.03.00.010902-3 RESP 1.383.502/SP STJ 2003.03.00.055112-0 RESP 1.385.829/SP STJ 2008.03.00.049096-6 RESP 1.383.633/SP STJ 2008.03.00.049765-1 RESP 1.383.499/SP STJ 2008.03.00.040866-6 RESP 1.383.634/SP STJ 2008.03.00.041430-7 RESP 1.377.001/SP STJ 2009.03.00.000234-4 RESP 1.376.999/SP STJ 2008.03.00.040780-7 RESP 1.376.653/SP STJ 2008.03.00.050201-4 RESP 1.376.656/SP STJ 2009.03.00.011728-7 RESP 1.376.646/SP	651-Questão referente à possibilidade de se dispensar a juntada da certidão de intimação da decisão agravada para a formação do agravo de instrumento, nos casos em que há vista pessoal à Fazenda Nacional.	0

		R	STJ 2002.61.00.020749-2 RESP 1.330.354/SP	contrariedade ao disposto no art. 30 da Lei n. 9.250/95, imprescindível a comprovação da moléstia grave via laudo pericial oficial, para fins do reconhecimento da isenção tributária.	0
STJ		R	STJ 2000.61.05.020111-7 RESP 1.332.174/SP STJ 2002.61.00.025212-6 RESP 1.334.078/SP STJ 2006.03.99.046579-2 RESP 1.336.309/SP STJ 2000.61.10.002952-6 RESP 1.355.382/SP STJ 2001.61.00.009413-9 RESP 1.334.551/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)	PIS e CONFINS - legitimidade ativa do comerciante varejista para pleitear a repetição do indébito recolhido no regime de substituição tributária da Lei 9718/98, art. 4º	0
STJ	118	R	STJ 2004.61.05.014131-0 RESP 1.563.709/SP STJ 2003.61.00.027471-0 RESP 1.337.279/SP STJ 1999.61.00.029286-0 RESP 1.366.740/SP STJ 2005.61.04.004982-5 RESP 1.380.867/SP (DEIXARAM DE SER REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA) STJ 2005.61.26.002452-0 RESP 1.365.095/SP-AFET STJ 2009.61.00.027032-9 RESP 1.715.256/SP-AFET STJ 2001.03.99.059873-3 RESP 1.715.294/SP-AFET	PIS e COFINS - incidência sobre o resultado da variação patrimonial - Lei 9.718/98.	0
STJ	GR 25	R	STJ 2010.03.00.032464-7 RESP 1.478.016/SP STJ 2012.03.00.004254-7 RESP 1.419.096/SP STJ 2012.03.00.001670-6 RESP 1.419.099/SP	Penhora de bens - possibilidade na hipótese de empresa sob Recuperação Judicial.	0
STJ	594	R	STJ 2000.61.00.019833-0 RESP 1.339.767/SP (Paradigma) STJ 1999.61.05.006042-6 RESP 1.346.930/SP STJ 1999.61.09.002224-2 RESP 1.353.656/SP STJ 2001.61.00.019561-8 RESP 1.339.435/SP STJ 2000.61.00.026922-1 RESP 1.407.608/SP	594-Discute-se a possibilidade de recolhimento do PIS e da COFINS, utilizando como base de cálculo somente a diferença entre o valor de alienação dos veículos novos que transaciona e o respectivo custo repassado para a montadora que os fornece ("margem de lucro"), e não sobre o preço de venda fixado pela pessoa jurídica fabricante (montadora).	0
STJ	GR 26	R	STJ 2005.61.82.025656-0 RESP 1.351.250/SP	Execução Fiscal - redirecionamento aos sócios na hipótese de liquidação ou falência da sociedade.	186
STJ		R	STJ 2007.03.00.064697-4 RESP 1.330.448/SP STJ 2007.03.00.083969-7 RESP 1.330.376/SP	Penhora sobre faturamento - controvérsia acerca da possibilidade de sua imediata determinação, independentemente do esgotamento de buscas por outros bens.	0

		R	STJ 2008.03.00.022040-9 RESP 1.359.464/SP	Suscitada violação ao artigo 20 do CPC - Dupla condenação do sucumbente em honorários advocatícios	0
		R	RESP 1.330.454/SP	Conexão entre prévia anulatória e posterior executivo fiscal.	0
STJ		R	STJ 2007.03.00.095496-6 RESP 1.330.470/SP STJ 2010.03.00.018946-0 RESP 1.349.650/SP STJ 2008.03.00.044245-5 RESP 1.397.956/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA) STJ 2012.03.00.005711-3 RESP 1.376.650/SP STJ 2009.03.00.018819-1 RESP 1.376.654/SP	Execução Fiscal - possibilidade de penhora sobre debênture da Companhia Vale do Rio Doce	0
STJ		R	STJ 2011.03.00.025430-3 RESP 1.365.201/SP STJ 2011.03.00.025445-5 RESP 1.354.723/SP STJ 2011.03.00.025172-7 RESP 1.354.655/SP STJ 2011.03.00.030203-6 RESP 1.354.732/SP	Execução Fiscal - Valor Ínfimo - possibilidade de arquivamento independente de requerimento do procurador autárquico - art. 20, Lei 10522/01. Obs.: exequente é Conselho Profissional.	0
STJ	961	R	STJ 2011.03.00.003267-7 RESP 1.358.832/SP STJ 2007.03.00.002758-7 RESP 1.683.849/SP STJ 2011.03.00.003772-9 RESP 1.351.870/SP STJ 2010.03.00.018163-0 RESP 1.358.837/SP-AFET RESP 1.764.349/SP-AFET RESP 1.764.405/SP-AFET STJ 2010.03.00.002190-0 RESP 1.362.338/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)	Discute-se a possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta.	4
STJ	718	R	STJ 2010.03.00.029084-4 RESP 1.419.104/SP (Paradigma) STJ 2004.61.27.002142-0 RESP 1.344.571/SP STJ 2010.03.00.016668-9 RESP 1.336.441/SP STJ 2006.61.82.026545-0 RESP 1.418.615/SP STJ 2011.03.00.025584-8 RESP 1.433.143/SP STJ 2011.03.00.014367-0 RESP 1.433.851/SP STJ 2010.03.00.002756-2 RESP 1.347.615/SP	TEMA CANCELADO 718- Controvérsia: responsabilidade solidária dos sócios, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei 1.736/79.	0
STJ	962	R	STJ 2010.03.00.038184-9 RESP 1.377.019/SP-AFET RESP 1.776.138/RJ-AFET RESP 1.787.156/RS-AFET STJ 2011.03.00.004460-6 RESP 1.351.872/SP STJ 2011.03.00.010958-3 RESP 1.363.272/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)	Discute-se a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.	15

STJ	981	R	STJ 2015.03.00.027759-0 RESP 1.645.333/SP-AFET STJ 2015.03.00.023609-4 RESP 1.643.944/SP-AFET STJ 2015.03.00.026570-7 RESP 1.645.281/SP-AFET	981-À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (i) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (ii) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.	333
STJ	601	R	STJ 2008.03.99.025963-5 RESP - 1.352.882/SP (Paradigma) STJ 2008.03.99.003274-4 RESP - 1.353.193/SP STJ 2009.03.00.031379-9 RESP - 1.349.057/SP STJ 2000.03.99.060549-6 RESP - 1.354.222/SP STJ 2008.03.99.007090-3 RESP - 1.358.303/SP	601-Questão referente à validade da intimação da Fazenda Nacional, feita por meio de carta, em razão de sua sede possuir localização em cidade distinta da Comarca em que tramita a Execução Fiscal (inteligência do art. 25 da Lei 6.830/1980, do art. 38 da LC 73/1993 e do art. 20 da Lei 11.033/2004).	0
		R	STJ 2009.61.14.002042-5 RESP 1.347.486/SP	Imunidade Recíproca de impostos quanto a bens pertencentes à RFSA e incorporados plea UF.	0
STJ		R	STJ 2008.03.00.041730-8 - RESP 1.446.890/SP STJ 2005.03.00.019728-9 - RESP 1.353.008/SP STJ 2001.03.00.015599-0 - RESP 1.353.006/SP TEM ASSOCIAÇÃO C PROC 2008.03.00.041430-7 (STJ) E 2009.03.00.011728-7 (STJ)	Penhora sobre faturamento - controvérsia acerca da possibilidade de sua imediata determinação, independentemente do esgotamento de buscas por outros bens.	0
STJ	712	R	STJ 96.03.004179-3 - RESP 1.348.923/SP STJ 98.03.101705-5 - RESP 1.352.873/SP STJ 2001.03.99.031975-3 - RESP 1.360.213/SP STJ 2001.61.19.000108-7 - RESP 1.355.431/SP STJ 2002.03.99.022957-4 - RESP 1.353.110/SP	712-Discussão: índice aplicável à correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1989, para fins de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL).	0

STJ	713	R	STJ 96.03.004179-3 - RESP 1.348.923/SP STJ 98.03.101705-5 - RESP 1.352.873/SP STJ 2001.03.99.031975-3 - RESP 1.360.213/SP STJ 2001.61.19.000108-7 - RESP 1.355.431/SP STJ 2002.03.99.022957-4 - RESP 1.353.110/SP	713-Discussão: Índice aplicável à correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1989, para fins de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL).	0
	GR 36	R	STJ 1999.03.99.021626-8 RESP 1.354.508/SP STJ 1999.03.99.004037-3 RESP 1.449.374/SP DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA) TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 545.796/RJ	Dedução de saldo de correção monetária - Lei 8200/91.	0
		R	STJ 2002.61.82.038273-3 RESP 1.368.896/SP	Taxa Municipal de Licença, Localização e Funcionamento - Legitimidade.	0
STJ	691	R	<u>STJ 2009.03.00.013688-9 RESP 1.357.362/SP-AFET</u> STJ 2009.03.00.014663-9 RESP 1.353.313/SP STJ 2009.03.00.012779-7 RESP 1.375.940/SP <u>TEMA CANCELADO</u>	691-Questão referente à necessidade de citação válida de todos os executados, em execução fiscal, a fim de possibilitar a utilização da penhora via BACEN-JUD.	0
		R	STJ 2010.03.00.011769-1 RESP STJ 2009.03.00.042151-1 RESP 1.349.121/SP STJ 2011.03.00.016716-9 RESP 1.349.079/SP	Penhora "on line" de bens do depositário na hipótese de descumprimento do encargo.	0
STJ		R	STJ 2010.03.00.020529-4 RESP 1.358.007/SP STJ 2010.03.00.021656-5 RESP STJ 2010.03.00.030359-0 RESP 1.354.658/SP TEM ASSOCIAÇÃO	Execução fiscal - suficiência do AR negativo para configuração de inatividade e redirecionamento do executivo.	0

STJ		R	<p>STJ 2000.61.19.017816-5 RESP 1.368.750/SP DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)</p> <p>STJ 2007.03.99.037385-3 RESP 1.363.696/SP</p> <p>STJ 2007.61.82.017013-2 RESP 1.351.930/SP DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA</p> <p>STJ 2004.03.99.026041-3 RESP 1.367.701/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)</p>	Honorários advocatícios - Parcelamento da Lei 11.941/09 - cabimento da condenação em honorários em execuções fiscais de débitos previdenciários, onde não incide o encargo do DL 1025/69.	0
STJ	612	R	<p>STJ 2011.03.00.023525-4 RESP 1.363.163/SP-AFET (Paradigma)</p> <p>STJ 2011.03.00.033926-6 RESP 1.363.164/SP</p> <p>STJ 2012.03.00.011996-9 RESP 1.363.195/SP</p> <p>STJ 2012.03.00.012017-0 RESP 1.363.300/SP</p> <p>STJ 2011.03.00.028159-8 RESP 1.363.203/SP</p> <p>STJ 2012.03.00.000587-3 RESP 1.365.511/SP</p> <p>STJ 2011.03.00.028139-2 RESP 1.363.194/SP</p> <p>STJ 2012.03.00.012035-2 RESP 1.363.197/SP</p>	612-Questão referente à possibilidade de aplicação do artigo 20 da Lei 10.522/2002, que determina o arquivamento provisório das execuções de pequeno valor, às execuções fiscais propostas pelos Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional.	0
STJ	GR41	R	<p>STJ 2007.61.00.001686-6 RESP 1.351.581/SP</p> <p>STJ 2005.61.00.028976-0 RESP 1.367.517/SP</p> <p>STJ 2006.61.00.007420-5 RESP 1.336.214/SP</p> <p>STJ 1999.61.00.029595-1 RESP 1.354.520/SP</p> <p>STJ 2000.61.00.047705-0 RESP 1.401.081/SP</p> <p>STJ 2006.61.00.014851-1 RESP 1.378.304/SP</p> <p>TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 609.096/RS</p>	PIS e COFINS - Lei 9.718/98 - base de cálculo - Instituição Financeira e equiparadas.	0
STJ		R	<p>STJ 2010.03.00.026385-3 RESP 1.349.443/SP</p> <p>STJ 2010.03.00.026386-5 RESP 1.349.123/SP</p> <p>STJ 2010.03.00.017133-8 RESP 1.349.446/SP</p>	Execução Fiscal - exigência de natureza tributária do débito para redirecionamento ao sócio.	0
		R	<p>STJ 1999.61.14.003925-6 RESP 1.367.699/SP</p>	Contribuição previdenciária sobre a gratificação semestral, ajuda de custo alimentação, ajuda de custo supervisor de contas, ajuda de custo transporte/dias de repouso e prêmio de produtividade.	0

STJ	714	R	STJ 2009.03.00.041922-0 RESP 1.377.507/SP-AFET (Paradigma) STJ 2011.03.00.029332-1 RESP 1.367.867/SP STJ 2011.03.00.019261-9 RESP 1.377.004/SP STJ 2011.03.00.021533-4 RESP 1.367.702/SP	714-Cinge-se o debate trazido nos autos em saber se, para que o juiz determine a indisponibilidade dos bens e direitos do devedor, na forma do art. 185-A do CTN, faz-se necessária a comprovação do exaurimento dos meios disponíveis para localização de bens penhoráveis por parte do credor. Não se trata, simplesmente, da penhora on-line, mas da necessidade de esgotamento das diligências para a adoção das medidas previstas no art. 185-A do CTN.	0
		R	STJ 2006.61.00.016340-8 RESP STJ 2007.61.05.007541-6 RESP STJ 2008.61.10.011350-3 RESP 1.352.795/SP	Contribuição Previdenciária - incidência sobre salário maternidade e férias.	0
		R	STJ 2009.61.00.013708-3 RESP 1.513.297/SP	Contribuição Previdenciária - incidência sobre o auxílio-acidente, salário maternidade e férias.	0
		R	STJ 2010.03.00.037563-1 RESP 1.409.979/SP STJ 2010.03.00.027410-3 RESP 1.421.580/SP STJ 2011.03.00.036165-0 RESP 1.421.622/SP	Parcelamento - Necessidade de manutenção da penhora, artigo 11, I, Lei 11.941/2009	0
		R	STJ 2004.03.00.004842-5 RESP 1.393.655/SP STJ 2006.03.00.057226-3 RESP 1.389.892/SP STJ 2006.03.00.082074-0 RESP 1.389.885/SP STJ 2006.03.00.095174-2 RESP 1.389.879/SP	Suspensão do curso de Execução Fiscal e exclusão do CADIN	0
STJ	GR 48	R	STJ 2000.61.19.024928-7 - RESP 1.349.082/SP STJ 2001.03.99.006918-9 - RESP 1.349.080/SP STJ 2004.03.99.010448-8 - RESP 1.358.585/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM O Resp 1.201.993/SP	Multa do art. 538, CPC - exigibilidade quando de recurso interposto para prequestionamento da matéria.	0
STJ	GR 49	R	STJ 2004.61.00.005655-3 - RESP 1.350.133/SP STJ 2003.61.00.038231-2 - RESP 1.350.137/SP TEM ASSOCIAÇÃO RE 598.085/RJ, RESP 1.141.667/RS, RESP 1.164.716/MG, RE 672.215/CE E PROC 2004.61.12.002124-4 (STJ)	CSL, PIS e COFINS - Retenção art. 30, Lei 10.833/03 - Empresas em Geral.	0

STJ	GR 50	R	STJ 2004.61.00.011491-7 - RESP 1.350.184/SP STJ 2004.61.00.027848-3 - RESP 1.350.262/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 570.122/RS, RE 607.642/RJ E PROCS. 2004.61.14.004370-1, 2003.61.00.002522-9 E 2009.61.00.004642-9 (STJ)	COFINS - Lei 10.833/03	0
STJ	GR 51	R	STJ 2004.61.14.004370-1 RESP 1.330.193/SP STJ 2003.61.00.002522-9 RESP 1.330.675/SP STJ 2009.61.00.004642-9 RESP 1.330.192/SP STJ 2003.61.00.002401-8 RESP 1.354.883/SP TEM ASSOCIAÇÃO C RE 570.122/RS E 607.642/RJ	PIS - Lei 10637/02.	0
STJ	634	R	STJ 2009.61.00.002714-9 RESP 1.330.737/SP-AFET (Paradigma) STJ 2010.61.00.012638-5 - RESP 1.370.874/SP STJ 2010.61.00.012330-0 - RESP 1.349.930/SP STJ 2010.61.00.012445-5 - RESP 1.351.264/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 574.706/PR, RE 592.616/RS, REsp 1.330.737/RS e REsp 1.269.570	634-Discute-se a inclusão do ISS na base de cálculo da COFINS/PIS.	52
STJ	GR 52	R	STJ 2004.61.00.017268-1 RESP 1.377.002/SP STJ 2005.61.19.004677-5 RESP 1.377.506/SP STJ 2004.61.04.014134-8 RESP 1.376.492/SP TEM ASSOCIAÇÃO C RE 565.886/PR	PIS-COFINS Importação - Lei 10865/04.	0
		R	STJ 2007.61.82.032250-3 RESP 1.381.276/SP STJ 2007.61.82.017173-2 RESP 1.350.263/SP TEM ASSOCIAÇÃO C 2002.61.82.044128-2 RE 736.446/SP	Taxa Municipal de Fiscalização, Localização e Funcionamento - Base de cálculo que tem por critério o número de empregados.	0

STJ	GR 54	R	STJ 2005.61.02.006658-1 RESP 1.349.929/SP STJ 2004.61.12.002124-4 RESP 1.425.966/SP STJ 2004.61.00.000844-3 RESP 1.352.903/SP STJ 2004.61.00.008094-4 RESP 1.350.177/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM REsp 1.141.667/RS, RE 598.085/RJ e RE 672.215/CE	CSL, PIS e COFINS - Retenção art. 30, Lei 10.833/03 especificamente na hipótese de Cooperativas.	0
STJ	595	R	STJ 2006.61.00.023882-2 RESP 1.354.506/SP-AFET	595-Reconhecido o direito à repetição de indébito com base na inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei n. 9.718/98, deve ser reconhecido o mesmo direito após a vigência das Leis n. 10.637/2002 e 10.833/2003 para as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado, diante da aplicação do art. 8º, II, da Lei n. 10.637/2002 e do art. 10, II, da Lei n. 10.833/2003, que excluem tais pessoas jurídicas da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS.	0
STJ		R	STJ 2001.61.19.005008-6 RESP 1.434.456/SP(DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA) STJ 2002.03.99.022508-8 RESP 1.554.585/SP STJ 2003.61.00.007987-1 RESP 1.476.646/SP	IRPJ e CSSL, correção monetária de balanço - artigo 4º Lei n.º 9.249/95.	0
		R	STJ 2011.03.00.012596-5 RESP 1.442.295/SP STJ 96.03.056069-3 RESP 1.435.523/SP STJ 2001.61.02.004443-9 RESP 1.435.487/SP STJ 1999.61.12.000299-9 RESP 1.433.850/SP STJ 2002.61.15.000677-7 RESP 1.435.488/SP STJ 2008.03.00.034856-6 RESP 1.435.519/SP	Responsabilidade tributária do sócio, cujo nome consta da CDA, a conflitar com o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 13, da Lei 8.620/93	0

STJ	987	T	<p>STJ 2012.03.00.002408-9 RESP 1.408.519/SP STJ 2012.03.00.006435-0 RESP 1.408.517/SP STJ 2012.03.00.004262-6 RESP 1.408.518/SP STJ 2012.03.00.004269-9 RESP 1.408.512/SP (DEIXARAM DE SER REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA) STJ 2015.03.00.016292-0 RESP 1.694.316/SP - DESAFET STJ 2015.03.00.030009-4 RESP 1.694.261/SP - DESAFET RESP 1.712.484/SP-DESAFET RESP 1.757.145/RJ-DESAFET RESP 1.760.907/RJ-DESAFET RESP 1.765.854/RJ-DESAFET RESP 1.768.324/RJ-DESAFET TEMA CANCELADO</p>	987- Possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal.	298
STJ	687	R	<p>STJ 2009.61.00.006873-5 RESP 1.358.281/SP (Paradigma) TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 565.160/SC, RE 576.967/PR, RE593.068/SC, RE 611.505/SC, RESP 1.230.957/RS E PROCS. 1999.61.17.004309-2 E 2001.03.99.033531-0 (STJ).</p>	687 -Discussão acerca da incidência de contribuição previdenciária sobre a seguinte verba trabalhista: horas extras.	0
STJ	688	R	<p>STJ 2009.61.00.006873-5 RESP 1.358.281/SP (Paradigma) TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 565.160/SC, RE 576.967/PR, RE593.068/SC, RE 611.505/SC, RESP 1.230.957/RS E PROCS. 1999.61.17.004309-2 E 2001.03.99.033531-0 (STJ).</p>	688-Discussão acerca da incidência de contribuição previdenciária sobre a seguinte verba trabalhista: adicional noturno.	0
STJ	689	R	<p>STJ 2009.61.00.006873-5 RESP 1.358.281/SP (Paradigma) TEM ASSOCIAÇÃO COM O RE 565.160/SC, RE 576.967/PR, RE593.068/SC, RE 611.505/SC, RESP 1.230.957/RS E PROCS. 1999.61.17.004309-2 E 2001.03.99.033531-0 (STJ).</p>	689 -Discussão acerca da incidência de contribuição previdenciária sobre a seguinte verba trabalhista: adicional de periculosidade.	0
		R	<p>STJ RESP 1.481.361/PR STJ 2012.03.00.021979-4 RESP 1.481.403/SP STJ 2012.03.00.023282-8 RESP 1.481.721/SP STJ 2012.03.00.019608-3 RESP 1.484.361/SP STJ 2012.03.00.022917-9 RESP 1.510.006/SP STJ 2012.03.00.020729-9 RESP 1.481.402/SP MATÉRIA TRATADA NO 2011.03.00.019261-9 (RESP 1.377.004/SP)</p>	Indeferimento do pedido de decretação de indisponibilidade de bens dos executados, em razão da ausência de comprovação, por parte do credor, da utilidade e eficácia da medida, uma vez que não foram encontrados bens passíveis de constrição.	0

STJ	734	R	STJ 2013.03.00.004615-6 RESP 1.439.104/SP	734-Discussão: responsabilidade da Caixa Econômica Federal, na condição de credora fiduciária, pelos tributos incidentes sobre os imóveis que integram o fundo financeiro privado destinado ao Programa de Arrendamento Residencial.	0
STJ	768	R	STJ 2004.03.00.036980-1 RESP 1.494.493/SP	768-Discute-se se a ordem de preferência prevista no art. 11 da LEF é rígida, ou não, e se a penhora de faturamento é medida excepcional.	0
STJ	769	T	STJ 2005.03.00.094557-9 RESP 1.494.033/SP RESP 1.112.647/SP STJ 2012.03.00.011916-7 RESP 1.668.201/SP STJ 2012.03.00.010693-8 RESP 1.668.203/SP RESP 1.666.542/SP-AFET RESP 1.835.864/SP-AFET RESP 1.835.865/SP-AFET	769-Definição a respeito: i) da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; ii) da equiparação da penhora de faturamento à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei 6.830/1980; e iii) da caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação do princípio da menor onerosidade.	368
		R	STJ 2008.61.05.012737-8 RESP 1.347.483/SP	Afronta aos arts. 3º, I e II e 12, § 5º, da Lei 10.833/03 e aos arts. 3º, I e II e 11 § 3º, da Lei 10.637/02, almejando a diferença de crédito - a ser utilizado mediante escrituração ou compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - sobre o estoque de abertura, de que tratam referidas leis, diferença esta obtida ante a aplicação das alíquotas de 1,65 e 7,6 %.	0
STJ	946	R	STJ 2012.61.82.045865-2 RESP 1.564.340/SP CONCLUSÃO A PEDIDO-PROCESSO DESAFETADO 2015.03.00.003927-6 RESP 1.614.158/SP 2015.03.00.008232-7 RESP 1.614.228/SP 2015.03.00.005499-0 RESP 1.614.156/SP ESSE TEMA FOI CANCELADO E OS PROCESSOS FORAM VINCULADOS AO TEMA 962	TEMA CANCELADO 946-Definir a identificação do sócio-gerente contra quem pode ser redirecionada a Execução Fiscal em caso de dissolução irregular, isto é, se contra o responsável à época do fato gerador ou à época do encerramento ilícito das atividades empresariais.	0
DIVERSOS					

		ADI	5090/DF	Incidência da TR como índice de correção monetária das contas vinculadas ao FGTS	145
		ADI	5161/DF	Impugnação de dispositivos de leis que versam sobre distribuição de lucros e dividendos em empresas, no caso, o art. 32 da Lei nº4357/64, com redação dada pelo art. 17 da Lei 11.051/2004, sob o argumento de que tal dispositivo fere o princípio da livre iniciativa.	1
		ADI	7064/DF	Suspensão dos efeitos das Emendas Constitucionais nº 113/2021 e nº 114/2021, que instituem o novo regime de precatórios	1
		ADI	6119/DF	(a) confira interpretação conforme à Constituição ao requisito da efetiva necessidade, presente no art. 4º, caput, da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer a interpretação segundo a qual a posse de armas de fogo só pode ser autorizada às pessoas que demonstrem, por razões profissionais ou pessoais, possuir efetiva necessidade; e (b) por arrastamento, declare a inconstitucionalidade do art. 12, § 7º, IV, do Decreto n. 5.123, de 1º de julho de 2004, preceito incluído pelo Decreto nº 9.685, de 2019	1
		ADI	6139/DF	Interpretação conforme à Constituição da República do art. 4º, § 2º, do art. 10, § 1º, I, e do art. 27 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, bem como a declaração de inconstitucionalidade integral do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019. Subsidiariamente, requeria-se a declaração de inconstitucionalidade do art. 11, § 3º, II; do art. 19, §§ 1º, e 2º, II; do art. 20, § 3º, no tocante ao termo "inativos"; do art. 20, § 3º, III, "e", "g" e "h", V, VI, VII, VIII e IX do Decreto 9.875/2019; bem como a aplicação da técnica da interpretação conforme à Constituição do art. 20, § 3º, I, II, III, IV, § 4º, do art. 26, § 8º, e do art. 36, § 3º, todos do Decreto 9.875/2019.	1
		ADI	6279/DF	Constitucionalidade de dispositivos da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), por descumprimento do procedimento previsto no art.60 da Constituição Federal.	2
		ADI	4822/PE	Constitucionalidade da Resolução CNJ 133/2011 e a Resolução TJ/PE 311/2011 que concedem vale-alimentação aos magistrados.	
		ADC	85/DF	Constitucionalidade, legalidade ou eficácia do Decreto 11366/2013, do Presidente da República	1

		ADPF	165/DF	Reparar eventuais lesões a preceitos fundamentais consubstanciadas nas "decisões que consideram os dispositivos dos Planos Econômicos como tendo violado a garantia constitucional que assegura o direito adquirido e ao ato jurídico perfeito implicam violação ao art. 5, XXXVI, da Constituição, dado que incluem no campo de aplicação desse preceito hipótese nele não contemplada (a existência de direito adquirido a regime monetário revogado) e aos arts. 21, VII e VIII, 22, VI, VII e XIE e 48, XIII e XIV, da CF, por desconsiderarem a constitucionalidade do exercício do poder monetário pela União e pelo Congresso Nacional"	1
		IRDR	5016497-47.2021.4.03.0000 (NUT: IRDR: nº)	Nº 5/TRF - Validade da exigência de apresentação, no ato da realização da inscrição no exame REVALIDA, do diploma do curso de medicina realizado no exterior.	0
	120	GR	0017037-39.2009.4.03.6100	"Possibilidade de retroação de lei não penal sancionadora, quando menos gravosa, à luz do art. 5º, XL, da Constituição Federal".	0
	126	GR	0005815-80.2014.4.03.6106 RE 1.437.410/SP 5000282-77.2018.4.03.6118 RE 1.412.600/SP NÃO HÁ REPERCUSSÃO GERAL	Transferência de ativos de iluminação pública. "Compatibilidade entre a Resolução ANEEL n. 414/2010, que impõe a transferência de ativos de iluminação pública das concessionárias de energia elétrica para os municípios, e a Constituição Federal, notadamente à luz da autonomia municipal e do princípio da legalidade".	0
	131	R	5006683-50.2017.4.03.0000 RE 1.375.400/SP	Aplicação da tese do Tema 374/STF às ações de Mandado de Segurança. "definir se a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 627.709/DF (Tema 374 da repercussão geral), relativamente ao artigo 109, § 2º, da Constituição Federal, aplica-se ou não às ações de mandado de segurança".	0
		R	RE 556.520/SP TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 627.106/PR	Direito Civil. Coisas, Hipoteca	0
	22	R	RE 560.900/DF-RG	22 - Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	0
STF	5	R	RE 561.836/RN-RG	5 - Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	0

STF	18	R	RE 564.132/RS-RG	18 - Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	0
STF	19	R	RE 565.089/SP-RG	19 - Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	0
STF	6	T	RE 566.471/RN-RG	6 - Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	136
STF	62	R	RE 573.232/SC-RG	82- Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.	0
STF	45	R	RE 573.872/RS-RG	45 - Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	0
STF	57	R	RE 576.464/GO-RG	57 - Possibilidade de servidor público militar transferido ingressar em universidade pública, na falta de universidade privada congênere à de origem.	0
STF	156	R	RE 596.962/MT - RG	156 - Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	0
STF	231	R	RE 597.092/RJ-RG	231 - Sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	0
STF	96	R	RE 579.431/RS-RG	96 - Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	0

STF	93	R	RE 580.108/SP-RG	93 - Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	0
STF	106	T	RE 590.880/CE-RG	106 - a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores.	1
STF	315	R	RE 592.317/RJ-RG	315 - Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	0
STF	33	R	RE 592.377/RS-RG	33 - Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. SUBSTITUIU O RE 568.396	0
STF	135	R	RE 594.116/SP-RG	135-Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	0
STF	167	T	RE 595.107/PR-RG	167-Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	101
STF	258	R	RE 595.332/PR-RG	258 - Competência para processar e julgar execuções ajuizadas pela OAB contra advogados inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades.	0
STF	345	R	RE 597.064/RJ-RG	345 - Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de	0
STF	161	R	RE 598.099/MS-RG	161 - Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	0
STF	775	R	RE 598.650/MS-RG	775 - Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação rescisória proposta pela União, na qualidade de terceira interessada, visando rescindir decisão proferida por juiz estadual.	0

STF	121	R	RE 600.885/RS-RG	121 - Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	0
STF	370	R	RE 601.182/MG-RG	370 - Suspensão dos direitos políticos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito.	0
STF	225	R	RE 601.314/SP-RG	225 - a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	0
STF	57	R	RE 601.580/RS-RG	57 - Possibilidade de servidor público militar transferido ingressar em universidade pública, na falta de universidade privada congênera à de origem.	0
STF	279	R	RE 602.381/AL-RG	279 - Natureza das leis n. 2.123/93 e 4.069/62 que garantem aos procuradores federais direito a férias de sessenta dias por ano.	0
STF	359	R	RE 602.584/DF-RG	359 - Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	0
STF	703	T	RE 603.116/RS-RG	703 - Reserva de lei para instituir sanções de detenção e prisão disciplinares aplicáveis aos militares.	7
STF	396	R	RE 603.580/RJ-RG	396 - Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	0
STF	266	T	RE 605.481/SP-RG	266 - Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	1
STF	262	R	RE 605.533/MG-RG	262 - Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	0

STF	257	R	RE 606.358/SP-RG	257 - Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após Emenda Constitucional nº 41/2003.	0
	289	T	RE 607.582/RS-RG	289 - Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	1
STF	476	R	RE 608.482/RN-RG	476- Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	0
	656	T	RE 608.588/SP-RG	656 - Limites da atuação legislativa local para disciplinar as atribuições das guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município.	1
STF	373	R	RE 608.898/DF-RG	373 - Expulsão de estrangeiro cuja prole brasileira foi concebida posteriormente ao fato motivador do ato expulsório.	0
STF	360	R	RE 611.503/SP-RG	360 - Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do inciso II do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	0
STF	386	R	RE 611.874/DF-RG	386 - Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	0
STF	499	R	RE 612.043/PR-RG	499 - Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	0
STF	28	R	RE 1.205.530/SP-RG Substituto do RE 614.819/DF-RG	28 - Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	0
	704	R	RE 627.432/RS-RG	704 - Constitucionalidade da denominada "cota de tela", consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e das sanções administrativas	0
STF	374	R	RE 627.709/DF-RG	374- Aplicação do art. 109, § 2º, da Constituição Federal aos entes da Administração Indireta.	0
STF	485	R	RE 632.853/CE	485 - Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	0

STF	376	R	RE 635.739/AL-RG	376- Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público	0
STF	351	R	RE 631.389/CE - RG	351 - Extensão a inativos e pensionistas da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE.	0
STF	403	R	RE 635.648/CE-RG	403 - Requisitos para contratação de professor substituto no âmbito de instituições federais de ensino superior.	0
STF	445	R	RE 636.553/RS-RG	445 - Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	0
STF	899	R	RE 636.886/AL-RG	899 - Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	0
STF	395	R	RE 638.115/CE-RG	395 - Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	0
STF	465	R	RE 642.890/DF-RG	465 - Alteração da fórmula do cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares.	0
STF	850	R	RE 643.978/SE-RG	850 - Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	0
STF	484	R	RE 650.898/RS-RG	484 - a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	0
STF	309	T	RE 656.558/SP-RG	309 - Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	3
STF	511	R	RE 657.686/DF-RG	511 - Compensação de débitos tributários com requisições de pequeno valor – RPV.	0
STF	500	R	RE 657.718/MG-RG	500 - Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	0

	627	R	RE 658.999/SC-RG	627 - Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	0
STF	514	R	ARE 660.010/PR-RG	514-Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.	0
STF	441	T	RE 660.968/RS-RG	441 - Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	12
STF	837	T	RE 662.055/SP-RG	837 - Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	1
STF	666	R	RE 669.069/MG-RG	666 - Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	0
STF	582	R	RE 673.707/MG-RG	582 - Cabimento de habeas data para fins de acesso a informações incluídas em banco de dados denominado SINCOR – Sistema de Conta-Corrente de Pessoa Jurídica, da Receita Federal.	0
STF	558	T	RE 678.360/RS-RG	558 - Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	101
STF	574	T	RE 680.871/RS-RG	574 - Desligamento voluntário do serviço militar, antes do cumprimento de lapso temporal legalmente previsto, de oficial que ingressa na carreira por meio de concurso público.	3
STF	698	R	RE 684.612/RJ-RG	698 - Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	2
STF	576	R	RE 976.566/PA-RG SUBSTITUTO DO ARE 683.235/PA	576 - Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	0

STF	355	R	RE 693.112/MG-RG AI 812.687/MG SUBSTITUÍDO PELO RE 693.112/MG	355 A)Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União;b)Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária.	0
STF	531	R	RE 693.456/RJ-RG	531 - Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	0
STF	632	T	RE 699.535/RS-RG	632 - Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da Administração.	14
STF	600	R	RE 710.293/SC-RG	600 - Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	0
STF	635	T	ARE 721.001/RJ-RG	635 - Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.	0
STF	697	R	RE 740.008/RR-RG	697 - Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	0
STF	6	T	RE 566.471/RN-RG (SUBSTITUTO DOS RE 768.221/RN, ARE 759.036/SP e RE 741.126/SE)	6 - Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	136
STF	449	R	RE 754.276/RS-RG	449 - Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente.	0
STF	782	R	RE 778.889/PE-RG	782 - Possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes.	0
STF	855	R	RE 806.339/SE-RG	855 - Definição do alcance do art. 5º, XVI, da Constituição Federal, notadamente da exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião.	0

STF	757	R	RE 808.424/PR-RG	757 - Possibilidade de cancelamento automático da inscrição em conselho profissional em decorrência de inadimplência da anuidade, sem prévio processo administrativo.	0
STF	774	R	RE 827.538/MG-RG	774 - Competência legislativa, se privativa da União ou concorrente, para adoção de política pública dirigida a compelir concessionária de energia elétrica a promover investimentos, com recursos de parcela da receita operacional auferida, voltados à proteção e à preservação ambiental de mananciais hídricos em que ocorrer a exploração.	0
STF	784	R	RE 837.311/PI-RG	784 - Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	0
STF	542	T	RE 842.844/SC-RG	542 - Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	8
STF	624	R	RE 843.112/SP-RG ARE 701.511/SP REAUTUADO COMO RE 843.112/SP	624 - Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	0
STF	897	R	RE 852.475/SP-RG	897 - Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	0
STF	793	R	RE 855.178/SE-RG	793 - Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	0
STF	810	R	RE 870.947/SE-RG	810 - Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	0
STF	826	R	ARE 884.325/DF-RG	826 - Verificação da ocorrência de dano e conseqüente responsabilidade da União pela eventual fixação de preços dos produtos do setor sucroalcooleiro em valores inferiores ao custo de produção.	0
STF	831	R	RE 889.173/MS-RG	831 - Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	0

STF	838	R	RE 898.450/SP-RG	838 - Constitucionalidade da proibição, contida em edital de concurso público, de ingresso em cargo, emprego ou função pública para candidatos que tenham certos tipos de tatuagem em seu corpo.	0
STF	969	R	RE 902.261/SP-RG	969 - Limites do poder regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários - CVM quanto à atividade profissional de auditor independente e às pessoas naturais ou jurídicas a ele vinculadas, dispondo sobre infrações e punições.	0
STF	864	R	RE 905.357/RR-RG	864 - Existência, ou não, de direito subjetivo a revisão geral da remuneração dos servidores públicos por índice previsto apenas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária do respectivo ano.	0
	865	T	RE 922.144/MG-RG	865 - Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	1
STF	123	T	RE 948.634/RS-RG	123 - Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	3
	976	T	RE 968.646/SC-RG	976 - Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	3
STF	983	R	ARE 1.052.570/PR-RG Tem associação	983 - Gratificações federais de desempenho: (I) termo final do pagamento equiparado entre ativos e inativos e (II) redução do valor pago aos aposentados e pensionistas e princípio da irredutibilidade de vencimentos.	0
STF	999	R	RE 654.833/AC-RG	999 - Imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.	0
STF	1002	R	RE 1.140.005/RJ-RG	1002 - Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada.	142
	968	T	RE 1.007.271/PE-RG	968 - Competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária no que diz respeito ao descumprimento da Lei 9.717/1998 e do Decreto 3.778/2001 pelos demais entes federados.	9

STF	1031	T	RE 1.017.365/SC-RG	1031 - Definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional.	0
	1036	T	RE 1.188.352/DF-RG	1036 - Competência legislativa para editar norma sobre a ordem de fases de processo licitatório, à luz do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal.	0
STF	1039	R	RE 1.026.923/SP-RG	1039 - Obrigatoriedade de retransmissão do programa "A Voz do Brasil" em horário impositivo.	0
STF	1063	R	RE 929.886/SC-RG	1063 - Constitucionalidade dos arts. 5º e 18 da Lei nº 9.527/97, os quais estabeleceram que as férias dos advogados da União são de trinta dias por ano.	0
	1071	T	RE 1.050.597/RS-RG	1071 - Definição do termo "ingressado no serviço público", à luz do art. 40, § 16, da Constituição Federal, para fins de definição do alcance temporal do direito de opção do servidor público federal, oriundo de cargo público de outro ente da federação, ao novo regime de previdência complementar.	6
	1072	T	RE 1.211.446/SP-RG	1072 - Possibilidade de concessão de licença-maternidade à mãe não gestante, em união estável homoafetiva, cuja companheira engravidou após procedimento de inseminação artificial.	1
	1074	R	RE 1.240.999/SP-RG	1074 - Exigência de inscrição de Defensor Público nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas.	0
STF	1075	R	RE 1.101.937/SP-RG	1075 - Constitucionalidade do art. 16 da Lei 7.347/1985, segundo o qual a sentença na ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.	0
	1156	T	RE 1.326.178/SC-RG	1156 - Pagamento da parcela de natureza superpreferencial, prevista no artigo 100, § 2º, da Constituição Federal, por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).	1
	1170	T	RE 1.317.982/ES-RG	1170 - Validade dos juros moratórios aplicáveis nas condenações da Fazenda Pública, em virtude da tese firmada no RE 870.947 (Tema 810), na execução de título judicial que tenha fixado expressamente índice diverso.	350

	1195	T	RE 1.335.293/SP-RG	1195 - Possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada, em montante superior a 100% (cem por cento) do tributo devido.	4
	1199	R	ARE 843.989/PR-RG	1199 - Definição de eventual (IR)RETROATIVIDADE das disposições da Lei 14.230/2021, em especial, em relação: (I) A necessidade da presença do elemento subjetivo – dolo – para a configuração do ato de improbidade administrativa, inclusive no artigo 10 da LIA; e (II) A aplicação dos novos prazos de prescrição geral e intercorrente.	0
	1234	T	RE 1.366.243/SC-RG	1234 - Legitimidade passiva da União e competência da Justiça Federal, nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS.	3
	1244	T	ARE 1.409.059/SP-RG	1244 - Possibilidade de fixação de multa em múltiplos de salários mínimos.	100
	1255	T	RE 1.412.069/PR-RG	1255 - Possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes.	67
			ADC 11/DF	Fazenda Pública. Prazo Processual. Embargos À Execução. Prazos Previstos No Art. 730 do CPC.	0
		R	STF 2006.61.00.027731-1 - RE 768.135/SP STF 2006.61.00.027733-5 - RE 769.102/SP STF 2003.03.99.016813-9 - RE 769.108/SP STF 2007.61.83.001295-0 - RE 769.254/SP STF 2009.61.00.011833-7 - RE 768.103/SP STF 2007.61.00.026597-0 - RE 756.697/SP STF 2006.61.00.027836-4 - RE 793.067/SP	Advogado - atendimento junto ao INSS - prévio agendamento e limite de protocolos.	0

		R	STF 2009.61.00.011672-9 - RE 736.454/SP STF 2009.61.00.024528-1 STF 2009.61.00.021522-7 STF 2009.61.00.021490-9 - RE 747.774/SP (REAUTUADO ARE 924.452/SP) STF 2009.61.00.021537-9 - RE 747.751/SP (REAUTUADO ARE 924.447/SP) STF 2009.61.00.013714-9 - RE 747.760/SP (REAUTUADO ARE 924.777/SP) STF 2009.61.00.018430-9 - RE 747.737/SP (REAUTUADO COMO ARE 921.325/SP)	Aumento da carga horária de servidores do INSS, sem aumento proporcional da remuneração	0
STF	96	R	STF 2003.03.00.000848-4 - RE 797.432/SP STF 2004.03.00.036468-2 - RE 797.381/SP STF 2004.03.00.050867-9 - RE 824.160/SP STF 2008.03.00.047137-6 - RE 895.780/SP (DEVOLUÇÃO NO RE 579.431)	96 - Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	0
STF	355	R	STF 2009.03.00.018134-2 RE 796.363/SP STF 2010.03.00.014494-3 RE 815.820/SP STF 2007.03.00.088614-6 RE 820.732/SP STF 2008.03.00.019121-5 RE 789.414/SP	355 - a) Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União; b) Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária.	0
STF	877	R	STF 2014.03.00.012657-0 - RE 938.837/SP-RG (Paradigma)	877 - Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios.	0
STF	890	R	ARE 950.787/SP-RG	890 - Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	0
RESP SUSPENSOS					
STJ		AR	6436/DF	Natureza jurídica da GAT – gratificação de desempenho de atividade tributária criada pela lei 10910/04.	210
STF	119	GR	0003737-46.2015.4.03.6311 RESP 1.957.603/SP 5028625-40.2018.4.03.6100 RESP 1.956.378/SP 5002458-10.2019.4.03.6113 RESP 1.956.379/SP VINCULADO A CONTROVÉRSIA 369/STJ VINCULADO AO TEMA 1129/STJ	Progressão funcional de servidores da carreira do Seguro Social. "i) interstício a ser observado na progressão funcional de servidores da carreira do Seguro Social: 12 (doze) ou 18 (dezoito) meses; ii) legalidade da progressão funcional com efeitos financeiros em data distinta daquela de entrada do servidor na carreira (início do exercício funcional); iii) exigibilidade de eventuais diferenças existentes em favor dos servidores quanto ao período de exercício da função até 01.01.2017, considerada a redação do art. 39 da Lei n. 13.324/2016".	210

	121	GR	<p>5014252-67.2019.4.03.6100 RESP 1.954.046/SP 5015920-73.2019.4.03.6100 RESP 1.954.023/SP 5030750-78.2018.4.03.6100 RESP 1.991.399/SP 5014251-82.2019.4.03.6100 RESP 1.989.688/SP 5026017-69.2018.4.03.6100 RESP 2.008.720/SP 5018240-96.2019.4.03.6100 RESP 2.088.262/SP 5006972-79.2018.4.033.6100 RESP 2.086.350/SP 5027433-38.2019.4.03.6100 RESP 2.086.363/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 346/STJ</p>	<p>Concessão de autorização para residência de estrangeiro no Brasil. “Possibilidade de mitigação das exigências constantes da Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) para a concessão, ao estrangeiro, de autorização para residência no Brasil visando à reunião familiar”.</p>	73
	122	GR	<p>5003232-79.2019.4.03.6100 RESP 1.956.006/SP 5017923-69.2017.4.03.6100 RESP 1.954.050/SP 5018160-35.2019.4.03.6100 RESP 1.957.161/SP 5010375-56.2018.4.03.6100 RESP 1.951.346/SP 5011638-26.2018.4.03.6100 RESP 1.952.093/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 387/STJ</p> <p>VINCULADO AO TEMA 1142/STJ</p>	<p>Cobrança prevista no art. 47, § 1º, da Lei n. 9.636/98. “Definir se a hipótese de inexigibilidade de cobrança prevista na parte final do art. 47, § 1º, da Lei n. 9.636/98 abrange ou não os créditos da União relativos a receitas esporádicas, notadamente as receitas referentes ao laudêmio”.</p>	0
	123	GR	<p>5004528-73.2018.4.03.6100 RESP 1.973.080/SP 0011098-34.2016.4.03.6100 RESP 2.014.023/SP 5001788-40.2021.4.03.6100 RESP 2.015.612/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 457/STJ</p> <p>VINCULADO AO TEMA 1179/STJ</p>	<p>Cobrança de anuidades de sociedades de advogados. “Possibilidade, à luz do art. 46 da Lei n. 8.906/94, de a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) proceder à cobrança de anuidades de sociedades de advogados”.</p>	73
	124	GR	<p>5002462-52.2020.4.03.6100 RESP 1.971.274/SP 5023577-03.2018.4.03.6100 RESP 2.020.878/SP</p> <p>VINCULADO A CONTROVÉRSIA 460/STJ</p> <p>CONTROVÉRSIA CANCELADA</p>	<p>Inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dos ocupantes de cargos técnico-administrativos. “Possibilidade, à luz do art. 28, incs. III e VII, da Lei n. 8.906/94, de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dos ocupantes de cargos técnico-administrativos no serviço público, em especial o cargo de Técnico do Seguro Social”.</p>	0

	125	GR	5000702-33.2020.4.03.6144 RESP 1.959.824/SP 5003442-92.2017.4.03.6103 RESP 1.966.023/SP 5000021-40.2016.4.03.6100 RESP 1.963.805/SP VINCULADO A CONTROVÉRSIA 364/STJ VINCULADO AO TEMA 1149/STJ	Inscrição de profissionais em conselho de classe. "Definir, à luz dos arts. 2º, III, e 3º da Lei n. 9.696/98, se os professores, instrutores, técnicos ou treinadores de tênis devem ser inscritos no conselho profissional da classe dos profissionais de educação física".	0
STJ	84	R	RESP 1.069.810/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO COM PROC 2005.61.19003340-9 E 2005.61.00.017471-2 (STF)	84-Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação.	0
STJ	106	R	RESP 1.102.457/RJ-DESAFET RESP 1.657.156/RJ-AFET	106-Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS.	0
STJ	462	R	RESP 1.102.467/RJ -AFET	462-No agravo do artigo 522 do CPC, entendendo o Julgador ausente peças necessárias para a compreensão da controvérsia, deverá ser indicado quais são elas, para que o recorrente complemente o instrumento.	0
STJ	483	R	RESP 1.110.906/SP-AFET 2007.61.04.011033-0= 1.246.082/SP 2009.61.11.001135-5= 1.246.081/SP 2000.03.99.026366-4= 1.246.078/SP 2002.61.00.024969-3= 1.246.662/SP 2009.03.99.013694-3= 1.246.614/SP	483-Demanda relativa à necessidade, ou não, nos termos da legislação vigente, da atuação de farmacêutico em dispensário de medicamentos, mantido por clínica e/ou unidades hospitalares, negou provimento ao recurso de apelação do recorrente.	0

STJ	572	R	RESP 1.124.552/RS-AFET	<p>572 - A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.</p> <p>É exatamente por isso que, em contratos cuja capitalização de juros seja vedada, é necessária a interpretação de cláusulas contratuais e a produção de prova técnica para aferir a existência da cobrança de juros não lineares, incompatíveis, portanto, com financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação antes da vigência da Lei n. 11.977/2009, que acrescentou o art. 15-A à Lei n. 4.380/1964.</p> <p>Em se verificando que matérias de fato ou eminentemente técnicas foram tratadas como exclusivamente de direito, reconhece-se o cerceamento, para que seja realizada a prova pericial.</p>	0
STJ	369	T	RESP 1.131.360/RJ-AFET	369 - CONTROVÉRSIA: "índices de correção monetária aplicáveis aos depósitos judiciais."	9
STJ	321	R	RESP 1.133.689/PE-AFET	321-O prazo do art. 284 do Código de Processo Civil não é preempatório, mas dilatatório, ou seja, pode ser reduzido ou ampliado por convenção das partes ou por determinação do juiz.	0
STJ	244	R	RESP 1.133.696/PE-AFET	244 - "O prazo prescricional, para a cobrança da taxa de ocupação de terrenos de marinha, é de cinco anos, independentemente do período considerado".	0
STJ	405	R	RESP 1.133.965/BA-AFET	405 - Discute-se a possibilidade da liberação de veículo de carga, legalmente apreendido pelo transporte de madeira sem a competente autorização para transporte - ATPF - (Lei nº 9.605/98, art. 46, Parágrafo único) mediante pagamento de multa ou oferecimento de defesa administrativa, com respaldo no disposto no art. 2º, § 6º, inciso VIII, do Decreto nº 3.179/99.	0
STJ	291	R	RESP 1.143.677/RS (Substituto do REsp 933.081/RJ)	291 - Questão referente à incidência de juros moratórios entre a data da expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV e seu efetivo pagamento.	0
STJ	292	R	RESP 1.143.677/RS (Substituto do REsp 933.081/RJ) AGUARDA JULGAMENTO DO RE 579.431/RS	292 -Questão referente à incidência de correção monetária entre a data da expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV e seu efetivo pagamento.	0

STJ	799	R	RESP 1.144.382/AL TEM ASSOCIAÇÃO COM RE 566.471/RN	799 - Solidariedade passiva de União, Estados e Municípios, para figurar no pólo passivo de demanda concernente ao fornecimento de medicamentos.	0
STJ	493	R	RESP 1.179.057/AL-AFET	493 - Nas demandas que envolvem a discussão sobre a conversão da tabela de ressarcimentos de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS de cruzeiro real para real, (...) por se tratar de relação de trato sucessivo, prescrevem apenas as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedeu ao ajuizamento da ação (Súmula 85/STJ).	0
STJ	494	R	RESP 1.179.057/AL-AFET	494 - Nas demandas que envolvem a discussão sobre a conversão da tabela de ressarcimentos de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS de cruzeiro real para real, (...) deve ser adotado como fator de conversão o Valor de Cr\$ 2.750,00, nos termos do art. 1º, § 3º, da MP 542/95, convertida na Lei 9.096/95.	0
STJ	425	R	RESP 1.184.765/PA-AFET	425-A utilização do Sistema BACEN-JUD, no período posterior à vacatio legis da Lei 11.382/2006 (21.01.2007), prescinde do exaurimento de diligências extrajudiciais, por parte do exequente, a fim de se autorizar o bloqueio eletrônico de depósitos ou aplicações financeiras.	0
STJ	417	R	RESP 1.186.513/RS-AFET	417-Questão referente à convocação de estudantes de MFDV, mesmo dispensados por excesso de contingente, para a prestação do serviço militar obrigatório após um ano do término do curso superior.	0
STJ	418	R	RESP 1.186.513/RS	418-Questão referente à convocação de estudantes de MFDV, mesmo dispensados por excesso de contingente, para a prestação do serviço militar obrigatório após um ano do término do curso superior.	0
STJ	434	R	RESP 1.198.108/RJ-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	434-O agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.	0

STJ	491	R	RESP 1.205.946/SP-AFET (AGUARDA JULGAMENTO RE 870.947/SE-RG)	491-Discute a possibilidade de aplicação imediata da Lei 11.960/09, que veio alterar o critério de cálculo dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, às ações ajuizadas antes de sua vigência.	0
STJ	492	R	RESP 1.205.946/SP-AFET (AGUARDA JULGAMENTO RE 870.947/SE-RG)	492-Discute a possibilidade de aplicação imediata da Lei 11.960/09, que veio alterar o critério de cálculo dos juros moratórios devidos pela Fazenda Pública previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, às ações ajuizadas antes de sua vigência.	0
STJ	615	R	RESP 1.215.550/PE-AFET	615-A Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Diploma de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 66/77 e promulgada pelo Decreto Presidencial n.º 80.419/77, possui nítido caráter programático ao determinar que os países signatários criem mecanismos para torná-la efetiva, inexistindo, portanto, determinação específica de reconhecimento automático dos diplomas. Concluiu-se, no presente julgado, que o Decreto nº 80.419/77: 1) não foi revogado pelo Decreto n. 3.007/99; 2) não traz norma específica que vede o procedimento de revalidação dos diplomas que têm respaldo nos artigos 48 e 53, V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.	0
STJ	562	R	RESP 1.230.532/DF-AFET (AGUARDA JULGAMENTO RE 638.115/CE)	562-As parcelas incorporadas aos vencimentos dos servidores cedidos a outro Poder deve observar o valor da função efetivamente exercida, sendo vedada a redução dos valores incorporados sob o fundamento de ser necessário efetuar a correlação entre as funções dos diferentes Poderes.	0
STJ	817	R	RESP 1.235.982/RN-AFET	817 - Questão em que se discute a incidência do reajuste de 28,86% sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação – GEFA, tendo em vista se tratar de parcela remuneratória que tem por base de cálculo o vencimento básico do servidor.	0
STJ	727	R	RESP 1.243.994/MG-AFET	727-Possibilidade de técnicos de farmácia assumirem a responsabilidade técnica por drogaria.	0

STJ	507	R	RESP 1.250.739/PA-AFET	507 - A multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil tem caráter eminentemente administrativo - punindo conduta que ofende a dignidade do tribunal e a função pública do processo -, sendo possível sua cumulação com a sanção prevista nos artigos 17, VII e 18, § 2º, do Código de Processo Civil, de natureza reparatória.	0
STJ	503	T	RESP 1.261.020/CE-AFET (AGUARDA JULGAMENTO RE 638.115/CE)	503 - "A Medida Provisória n. 2.225-45/2001, com a revogação dos artigos 3º e 10 da Lei n. 8.911/94, autorizou a incorporação da gratificação relativa ao exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, transformando tais parcelas, desde logo, em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada."	0
STJ	524	R	RESP 1.267.995/PB-AFET	524-Após o oferecimento da contestação, não pode o autor desistir da ação, sem o consentimento do réu (art. 267, § 4º, do CPC), sendo que é legítima a oposição à desistência com fundamento no art. 3º da Lei 9.469/97, razão pela qual, nesse caso, a desistência é condicionada à renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação.	0
STJ	529	R	RESP 1.270.439/PR-AFET	529-No caso, o direito à incorporação dos quintos surgiu com a edição da MP n. 2.225-45/2001. Portanto, em 04 de setembro de 2001, quando publicada a MP, teve início o prazo prescricional quinquenal do art. 1º do Decreto 20.910/32. A prescrição foi interrompida em 17 de dezembro de 2004 com a decisão do Ministro Presidente do CJF exarada nos autos do Processo Administrativo n.º 2004.164940, reconhecendo o direito de incorporação dos quintos aos servidores da Justiça Federal. Ocorre que este processo administrativo ainda não foi concluído. Assim, como ainda não encerrado o processo no bojo do qual foi interrompida a prescrição e tendo sido pagas duas parcelas de retroativos, em dezembro de 2004 e dezembro de 2006, está suspenso o prazo prescricional, que não voltou a correr pela metade, nos termos dos art. 9º c/c art. 4º, ambos do Decreto 20.910/32. Prescrição não configurada.	0
STJ		R	1999.03.99.094990-9 (RESP 1.316.269/SP) (DEIXOU DE SER REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA)	Questão referente a legitimidade da pena de perdimento em casos de falsidade na declaração de conteúdo, conforme artigo 105 do Decreto-lei nº 37/66.	0
STJ	880	R	RESP 1.336.026/PE-AFET	880 - Discute o prazo prescricional de execução de sentença em caso de demora no fornecimento de documentação requerida ao ente público.	0

STJ	616	R	STJ 2005.61.00.019815-7 RESP 1.338.942/SP-AFET (Paradigma) STJ 2003.61.00.013040-2 RESP 1.339.243/SP STJ 2009.61.00.024907-9 RESP 1.338.951/SP STJ 2009.61.00.007584-3 RESP 1.338.898/SP	616-Cinge-se a discussão em saber se estabelecimentos comerciais que vendem animais vivos e medicamentos veterinários estão, ou não, obrigados a efetuar o registro no respectivo Conselho de Medicina Veterinária.	0
STJ	617	R	STJ 2005.61.00.019815-7 RESP 1.338.942/SP-AFET (Paradigma) STJ 2003.61.00.013040-2 RESP 1.339.243/SP STJ 2009.61.00.024907-9 RESP 1.338.951/SP STJ 2009.61.00.007584-3 RESP 1.338.898/SP	617-Cinge-se a discussão em saber se estabelecimentos comerciais que vendem animais vivos e medicamentos veterinários estão, ou não, obrigados a contratar médicos veterinários para assumir a responsabilidade técnica sobre as atividades realizadas.	0
STJ	636	R	RESP 1.343.591/MA-AFET	636-"O disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002 não se aplica às execuções de créditos das autarquias federais cobrados pela Procuradoria-Geral Federal."	0
STJ	608	R	RESP 1.347.736/RS-AFET	608-Não há impedimento constitucional, ou mesmo legal, para que os honorários advocatícios, quando não excederem ao valor limite, possam ser executados mediante RPV, ainda que o crédito dito 'principal' observe o regime dos precatórios.	0
STJ	647	R	RESP 1.361.900/SP -AFET 2007.61.00.024788-8	647-Questão referente à possibilidade, ou não, de profissional formado no curso de três anos de educação física, licenciatura plena, exercer a sua profissão em toda e qualquer área relacionada à educação física, sem a restrição imposta pelo Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo.	0
STJ	701	T	RESP 1.366.721/BA-AFET	701-É possível a decretação da "indisponibilidade de bens do promovido em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, quando ausente (ou não demonstrada) a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento futuro."	0
STJ	936	R	RESP 1.370.191/RJ-AFET	936-Definir, em demandas envolvendo revisão de benefício do regulamento do plano de benefícios de previdência privada complementar, se o patrocinador também pode ser acionado para responder solidariamente com a entidade fechada.	0
STJ	630	R	RESP 1.371.128/RS-AFET	630-Em execução fiscal de dívida ativa tributária ou não-tributária, dissolvida irregularmente a empresa, está legitimado o redirecionamento ao sócio-gerente.	0

STJ	639	R	RESP 1.373.292/PE-AFET	<p>639-Ao crédito rural cujo contrato tenha sido celebrado sob a égide do Código Civil de 1916, aplica-se o prazo prescricional de 20 (vinte) anos (prescrição das ações pessoais - direito pessoal de crédito), a contar da data do vencimento, consoante o disposto no art. 177, do CC/16, para que dentro dele (observado o disposto no art. 2º, §3º da LEF) sejam feitos a inscrição e o ajuizamento da respectiva execução fiscal. Sem embargo da norma de transição prevista no art. 2.028 do CC/2002.</p> <p>Também para os efeitos próprios do art. 543-C, do CPC: "para o crédito rural cujo contrato tenha sido celebrado sob a égide do Código Civil de 2002, aplica-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos (prescrição da pretensão para a cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular), a contar da data do vencimento, consoante o disposto no art. 206, §5º, I, do CC/2002, para que dentro dele (observado o disposto no art. 2º, §3º da LEF) sejam feitos a inscrição em dívida ativa e o ajuizamento da respectiva execução fiscal</p>	0
STJ	731	T	RESP 1.381.683/PE-DESAFET RESP 1.614.874/SC-AFET	731-Discute-se a aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS.	6
STJ	715	R	RESP 1.382.751/MG-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C RESP 1.243.994/MG	715-Os Conselhos Regionais de Farmácia possuem competência para fiscalização e atuação das farmácias e drogarias, quanto ao cumprimento da exigência de manterem profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos, sob pena de incorrerem em infração passível de multa. Inteligência do art. 24 da Lei n. 3.820/60, c/c o art. 15 da Lei n. 5.991/73.	0
STJ	719	R	RESP 1.388.768/PE-AFET	719 - Ccabimento (possibilidade jurídica do pedido) de ação rescisória para discutir verba honorária exorbitante ou irrisória fixada pela sentença / acórdão rescindendo.	0
STJ	879	R	RESP 1.389.750/RS-AFET	879 - Questão atinente ao interesse jurídico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para figurar no pólo passivo de ação revisional e de repetição de indébito relativa a contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado entre usuário do serviço e concessionária do serviço público".	0
STJ	98	R	RESP 1.474.665/RS-AFET	98 - Possibilidade de ser imposta a multa a que alude o art. 461 do CPC, nos casos de descumprimento da obrigação de fornecer medicamentos, imposta ao ente estatal.	0

STJ	925	R	RESP 1.479.864/SP-AFET TEMA CANCELADO	925 - Discute-se: a "(i) distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual em danos causados por acidentes ferroviários;" e o "(ii) termo inicial dos juros de mora incidentes na indenização por danos morais nas hipóteses de responsabilidade contratual e extracontratual".	0
STJ	905	R	RESP 1.492.221/PR-AFET RESP 1.495.144/RS-AFET RESP 1.495.146/MG-AFET	905-Discussão: aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora.	0
STJ	587	R	RESP 1.520.710/SC-AFET	587 - Discute-se a possibilidade ou não de cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com aquela arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, vedada a sua compensação.	0
STJ	929	T	RESP 1.585.736/RS-DESAFET RESP 1.823.218/AC-AFET RESP 1.963.770/CE-AFET	929 - Discussão quanto às hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC.	6
	948	T	RESP 1.438.263/SP-AFET RESP 1.361.872/SP-DESAFET RESP 1.362.022/SP-AFET ELETRÔNICO	948 - Legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual.	1

STJ	954	T	RESP 1.525.174/RS-AFET RESP 1.525.131/RS-AFET	<p>954 - A indevida cobrança de valores referentes à alteração do plano de franquia / plano de serviços sem a solicitação do usuário, com o consequente pedido de indenização por danos morais, em contrato de prestação de serviços de telefonia fixa;</p> <p>- ocorrência de dano moral indenizável, em virtude da cobrança de serviços advindos da alteração do plano de franquia / plano de serviços de telefonia fixa sem a solicitação do usuário, bem como, se configurado o dano, seria aplicável o reconhecimento "in re ipsa" ou a necessidade de comprovação nos autos;</p> <p>- prazo prescricional incidente em caso de pretensão à repetição de valores supostamente pagos a maior ou indevidamente cobrados em se tratando de serviços não contratados de telefonia fixa advindos da alteração do plano de franquia / plano de serviços sem a solicitação do usuário, - se decenal (artigo 205 do Código Civil), trienal (artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil) ou outro prazo;</p> <p>- repetição de indébito simples ou em dobro e, se em dobro, se prescinde, ou não, da comprovação de dolo ou má-fé do credor (artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor) ou da sua culpa (imprudência, negligência e imperícia);</p> <p>- abrangência da repetição de indébito - se limitada aos pagamentos documentalmente comprovados pela autora na fase instrutória ou passível de o quantum ser apurado em sede de liquidação de sentença, mediante determinação à parte ré de apresentação de documentos.</p>	1
	636	R	STJ 2011.03.00.024552-1 RESP 1.365.252/SP STJ 2011.03.00.028821-0 RESP 1.365.253/SP STJ 2012.03.00.000803-5 RESP 1.365.518/SP STJ 2012.03.00.000587-3 RESP 1.365.511/SP MATÉRIA ESTÁ SENDO TRATADA NO RESP 1.343.591/MA	636-O disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002 não se aplica às execuções de créditos das autarquias federais cobrados pela Procuradoria-Geral Federal.	0
		R	STJ 2000.03.99.070517-0 RESP 1.330.552/SP	Obrigatoriedade de profissional farmacêutico em Distribuidor de Medicamentos.	0
STJ	GR20	R	STJ 1999.61.00.030661-4 - RESP 1.430.744/SP STJ 1999.61.00.045053-1 - RESP 1.351.176/SP STJ 1999.03.99.109291-5 - RESP 1.383.793/SP STJ 2000.03.99.040045-0 - RESP 1.353.312/SP STJ 2001.03.99.002729-8 - RESP 1.353.191/SP	Correção monetária - artigo 38, Lei nº 8.880/94.	0

STJ	580	R	STJ 2011.03.00.025158-2 RESP 1.330.473/SP-AFET (Paradigma) STJ 2011.03.00.024181-3 RESP 1.330.368/SP STJ 2011.03.00.025449-2 RESP 1.330.364/SP STJ 2011.03.00.025164-8 RESP 1.330.190/SP	580- Discute-se a prerrogativa de o procurador de Conselho de Fiscalização ser intimado pessoalmente nos autos de execução fiscal, nos termos do art. 25 da Lei 6.830/80.	0
STJ		R	STJ 2009.03.00.035776-6 RESP 1.330.371/SP	Agravo de Instrumento - Ação civil pública - ingresso como litisconsorte facultativo do IBAMA	0
		R	STJ 2011.03.00.022360-4 - RESP 1.358.054/MS STJ 2011.03.00.023330-0 - RESP 1.357.298/SP STJ 2011.03.00.023331-2 - RESP 1.357.296/MS STJ 2011.03.00.023332-4 - RESP 1.357.303/MS	Processual - conhecimento da apelação face decisão proferida em Embargos a Execução Fiscal, proferido quanto a uma parcela dos litisconsortes-exequentes, prosseguindo a demanda em relação aos demais.	0
STJ		R	STJ 2008.60.00.009648-7 RESP 1.349.445/SP -AFET(Paradigma) STJ 2007.60.00.000696-2 RESP 1.350.136/MS STJ 2007.60.00.001905-1 RESP 1.352.883/MS STJ 2007.60.00.009348-2 RESP 1.358.835/MS STJ 2008.60.00.004426-8 RESP 1.330.558/MS	599-O art. 53, inciso V, da Lei 9394/96 permite à universidade fixar normas específicas a fim de disciplinar o referido processo de revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, não havendo qualquer ilegalidade na determinação do processo seletivo para a revalidação do diploma, porquanto decorre da necessidade de adequação dos procedimentos da instituição de ensino para o cumprimento da norma, uma vez que de outro modo não teria a universidade condições para verificar a capacidade técnica do profissional e sua formação, sem prejuízo da responsabilidade social que envolve o ato.	0
		R	STJ 2009.61.00.014711-8 - RESP 1.391.393/SP STJ 2007.61.00.024787-6 - RESP STJ 2008.61.00.001038-8 - RESP STJ 2008.61.00.016582-7 - RESP 1.362.528/SP STJ 2008.61.00.016596-7 - RESP 1.361.589/SP STJ 2008.61.00.017426-9 - RESP 1.381.814/SP STJ 2008.61.00.017569-9 - RESP 1.364.180/SP STJ 2008.61.00.017425-7 - RESP 1.364.181/SP Matéria tratada no RESP 1.361.900/SP	Questão referente à possibilidade, ou não, de profissional formado no curso de três anos de educação física, licenciatura plena, exercer a sua profissão em toda e qualquer área relacionada à educação física, sem a restrição imposta pelo conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo.	0

		R	2006.61.00.027731-1 RESP 1.358.140/SP e RE 2006.61.00.027733-5 RESP 1.358.138/SP e RE 2003.03.99.016813-9 RESP 1.358.139/SP e RE 2007.61.83.001295-0 RESP 1.358.141/SP e RE 2009.61.00.011833-7 RESP 1.357.930/SP e RE 2007.61.00.026597-0 RESP 1.357.951/SP e RE 2006.61.00.027836-4 RESP 1.347.190/SP e RE TEM ASSOCIAÇÃO	Advogado - atendimento junto ao INSS - prévio agendamento e limite de protocolos.	0

		R	STJ 2007.61.00.019163-9 RESP 1.385.558/SP STJ 2008.03.00.019119-7 RESP 1.385.553/SP STJ 2008.03.00.032039-8 RESP 1.400.613/SP STJ 2008.03.00.019121-5 RESP 1.400.614/SP STJ 2008.03.00.017678-0 RESP 1.401.341/SP STJ 2007.03.00.088614-6 RESP 1.398.202/SP STJ 2010.03.00.014494-3 RESP 1.413.863/SP STJ 2009.03.00.018134-2 RESP 1.420.542/SP	RFFSA - impenhorabilidade de bens.	0
STJ	GR83	R	STJ 2003.03.00.000848-4 - RESP 1.423.713/SP STJ 2004.03.00.036468-2 - RESP 1.420.893/SP STJ 2004.03.00.050867-9 - RESP 1.420.894/SP STJ 2008.03.00.047137-6 - RESP 1.420.885/SP	Aplicação de juros moratórios no período anterior entre a elaboração da conta e a inscrição do precatório/requisitório por constar de decisão transitada em julgado.	0
		R	STJ 2006.03.00.026984-0 - RESP 1.413.521/MS	Processual - contagem do prazo da União - juntada do mandado cumprido pelo Oficial de Justiça X data da vista pessoal dos autos.	0
		R	STJ 2002.03.00.051794-5 RESP 1.389.209/SP STJ 2005.03.00.075943-7 RESP 1.389.206/SP STJ 2010.03.00.025968-0 RESP 1.397.894/SP STJ 2007.03.00.096164-8 RESP 1.389.600/SP STJ 2008.03.00.021446-0 RESP 1.389.178/SP STJ 2009.03.00.002218-5 RESP 1.389.179/SP STJ 2009.03.00.038923-8 RESP 1.389.180/SP STJ 2007.03.00.032933-6 RESP 1.389.181/SP	Processual - Agravo de Instrumento - Ausência de peças obrigatórias (cópia de procuração)	0
STJ	623	R	STJ 2001.03.00.000017-8 RESP 1.360.212/SP-AFET (Paradigma) STJ 2001.03.00.005925-2 RESP 1.363.301/SP-AFET STJ 2002.03.00.010576-0 RESP 1.359.988/SP-AFET STJ 2003.03.00.019200-3 RESP 1.356.849/SP STJ 2004.03.00.048448-1 RESP 1.371.153/MS STJ 2001.03.00.035766-4 RESP 1.369.833/MS STJ 2003.03.00.007989-2 RESP 1.370.828/SP STJ 2005.03.00.063762-9 RESP 1.369.836/MS	623-Questão referente à necessidade de ajuizamento de ação autônoma para discutir os encargos incidentes sobre depósitos judiciais.	0

STJ	973	R	STJ 1.648.238/RS - AFET STJ 1.648.498/RS - AFET STJ 1.650.588/RS - AFET	973-Análise acerca da aplicabilidade da Súmula 345 do STJ diante da superveniência do art. 85, § 7º, do CPC/2015.	0
STJ	974	R	RESP 1.617.086/PR-AFET RESP 1.612.778/RS-AFET	974 - Aferir se a Lei 12.855/2013 - que prevê, em seu art. 1º, indenização destinada aos servidores públicos federais, mencionados em seu § 1º, em exercício em unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços ('indenização de fronteira') - tem eficácia imediata, suficiente a permitir o pagamento da referida indenização, ou se necessita de ato normativo regulamentador de seu art. 1º, § 2º, a fim de definir tais localidades estratégicas para a percepção de referida indenização.	0
STJ	985	R	RESP 1.667.842/SC-AFET RESP 1.667.843/SC-AFET	985 - Definir se o reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o preenchimento de seus requisitos específicos, pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal.	0
STJ	699	T	RESP 1.381.222/RS-DESAFET RESP 1.412.433/RS-AFET RESP 1.412.435/MT-AFET	699 - Discussão quanto à possibilidade de o prestador de serviços públicos suspender o fornecimento de energia elétrica em razão de débito pretérito do destinatário final do serviço.	0
STJ	988	R	RESP 1.696.396/MT-AFET RESP 1.704.520/MT-AFET	988 - Definir a natureza do rol do art. 1015 do CPC/2015 e verificar possibilidade de sua interpretação extensiva, para se admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente versadas nos incisos do referido dispositivo do Novo CPC.	0
STJ	1004	R	RESP 1.750.624/SC-AFET RESP 1.750.656/SC-DESAFET RESP 1.750.660/SC-AFET	1004 - Análise acerca da subrogação do adquirente de imóvel em todos os direitos do proprietário original, inclusive quanto à eventual indenização devida pelo Estado, ainda que a alienação do bem tenha ocorrido após o apossamento administrativo.	0
STJ	1009	R	RESP 1.769.306/AL-AFET RESP 1.769.209/AL-AFET	1009 - O Tema 531 do STJ abrange, ou não, a devolução ao Erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público quando pagos indevidamente por erro operacional da Administração Pública.	0

STJ	1010	R	RESP 1.770.760/SC-AFET RESP 1.770.808/SC-AFET RESP 1.770.967/SC-AFET	1010 - Extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, I, da Lei n. 12.651/2012 (equivalente ao art. 2º, alínea 'a', da revogada Lei n. 4.771/1965), cuja largura varia de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, ou ao recuo de 15 (quinze) metros determinado no art. 4º, caput, III, da Lei n. 6.766/1979.	0
	1015	T	RESP 1.362.038/SP-AFET RESP 1.361.869/SP-AFET	1015 - Legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S/A, em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras.	0
	1033	T	RESP 1.801.615/SP-AFET RESP 1.774.204/RS-AFET	1033 - Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas.	2
	1039	T	RESP 1.799.288/PR-AFET RESP 1.803.225/PR-AFET ELETRÔNICO	1039 - Fixação do termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória em face de seguradora nos contratos, ativos ou extintos, do Sistema Financeiro de Habitação.	18
STJ	1046	T	RESP 1.812.301/SC-DESAFET RESP 1.822.171/SC-DESAFET ELETRÔNICO TEMA CANCELADO	1046 - A possibilidade de fixação de honorários advocatícios com fundamento em juízo de equidade, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015.	0
	1050	R	RESP 1.847.860/RS-AFET RESP 1.847.731/RS-AFET RESP 1.847.766/SC-AFET RESP 1.847.848/SC-AFET	1050 - Possibilidade de computar as parcelas pagas a título de benefício previdenciário na via administrativa no curso da ação na base de cálculo para fixação de honorários advocatícios, além dos valores decorrentes de condenação judicial.	0
	1055	R	RESP 1.862.792/PR-AFET RESP 1.862.797/PR-AFET	1055 - Definir se é possível - ou não - a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada na ação de improbidade administrativa, inclusive naquelas demandas ajuizadas com esteio na alegada prática de conduta prevista no art. 11 da Lei 8.429/1992, tipificador da ofensa aos princípios nucleares administrativos.	0
	1059	T	RESP 1.865.553/PR-AFET RESP 1.865.223/SC-AFET RESP 1.864.633/RS-AFET ELETRÔNICO	1059 - (Im) Possibilidade de majoração, em grau recursal, da verba honorária fixada em primeira instância contra o INSS quando o recurso da entidade previdenciária for provido em parte ou quando o Tribunal nega o recurso do INSS, mas altera de ofício a sentença apenas em relação aos consectários da condenação.	89

	1064	R	RESP 1.860.018/RJ-AFET RESP 1.852.691/PB-AFET	1064 - Possibilidade de inscrição em dívida ativa para a cobrança dos valores indevidamente recebidos a título de benefício previdenciário: verificação da aplicação dos §§3º e 4º, do art. 115, da Lei n. 8.213/91 aos processos em curso.	0
	1076	T	RESP 1.850.512/SP-AFET RESP 1.877.883/SP-AFET RESP 1.906.623/SP-AFET RESP 1.906.618/SP-AFET	1076 - Definição do alcance da norma inserta no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil nas causas em que o valor da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados.	0
	1080	T	RESP 1.880.238/RJ-AFET RESP 1.871.942/PE-AFET RESP 1.880.246/RJ-AFET RESP 1.880.241/RJ-AFET	1080 - Definir se há direito de pensionista de militar à assistência médico-hospitalar por meio do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA). Os processos afetados tratam de instituidores falecidos antes da vigência da Lei nº 13.954/2019, razão pela qual a discussão da tese está adstrita à legislação vigente antes das alterações promovidas pelo referido diploma legal.	7
	1081	T	RESP 1.882.236/RS-AFET RESP 1.893.709/RS-AFET RESP 1.894.666/SC-AFET	1081 - Definir se a demanda previdenciária cujo valor da condenação seja aferível por simples cálculos aritméticos deve ser dispensada da remessa necessária, quando for possível estimar que será inferior ao montante previsto no artigo 496, § 3º, inc. I do Código de Processo Civil.	86
	1086	R	RESP 1.854.662/CE-AFET RESP 1.881.324/PE-AFET RESP 1.881.283/RN-AFET RESP 1.881.290/RN-AFET	1086 - a) "definir se o servidor público federal possui, ou não, o direito de obter a conversão em pecúnia de licença-prêmio por ele não gozada e nem contada em dobro para fins de aposentadoria; b) em caso afirmativo, definir se a referida conversão em pecúnia estará condicionada, ou não, à comprovação, pelo servidor, de que a não fruição ou contagem da licença-prêmio decorreu do interesse da Administração Pública".	0
	1088	T	RESP 1.872.008/RS-AFET RESP 1.878.406/RJ-AFET RESP 1.901.989/RS-AFET	1088 - Definir se o militar diagnosticado como portador do vírus HIV tem direito à reforma ex officio por incapacidade definitiva, independentemente do grau de desenvolvimento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS, com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau imediatamente superior ao que possuía na ativa.	0
	1096	T	RESP 1.912.668/GO-AFET RESP 1.914.458/PI-AFET	1096 - Definir se a conduta de frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente configura ato de improbidade que causa dano presumido ao erário (in re ipsa).	3

	1102	T	RESP 1.925.194/RO-AFET RESP 1.925.190/DF-AFET RESP 1.925.176/PA-AFET	1102 - Definir se é possível a comprovação de transação administrativa, relativa ao pagamento da vantagem de 28,86%, por meio de fichas financeiras ou documento expedido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, conforme art. 7º, § 2º, da MP nº 2.169-43/2001, inclusive em relação a acordos firmados em momento anterior à vigência dessa norma.	2
	1104	T	RESP 1.908.497/RN-AFET RESP 1.913.392/MG-AFET	1104 - Definir a possibilidade de imposição de tutela inibitória, bem como de responsabilização civil por danos materiais e morais coletivos causados pelo tráfego com excesso de peso em rodovias.	6
	1105	T	RESP 1.883.715/SP-AFET RESP 1.883.722/SP-AFET RESP 1.884.091/SP-DESAFET RESP 1.880.529/SP-AFET	1105 - Definição acerca da incidência, ou não, da Súmula 111/STJ, ou mesmo quanto à necessidade de seu cancelamento, após a vigência do CPC/2015 (art. 85), no que tange à fixação de honorários advocatícios nas ações previdenciárias.	0
	1109	T	RESP 1.925.192/RS-AFET RESP 1.925.193/RS-AFET RESP 1.928.910/RS-AFET	1109 - Definição acerca da ocorrência, ou não, de renúncia tácita da prescrição, como prevista no art. 191 do Código Civil, quando a Administração Pública, no caso concreto, reconhece o direito pleiteado pelo interessado.	0
	1122	T	RESP 1.908.738/SP-AFET	1122 - (a) responsabilidade (ou não) das concessionárias de rodovia por acidente de trânsito causado por animal doméstico na pista de rolamento; e (b) caráter objetivo ou subjetivo dessa responsabilidade à luz do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.	1
	1127	T	RESP 1.945.851/CE-AFET RESP 1.945.879/CE-AFET	1127 - Possibilidade de menor de 18 (dezoito) anos que não tenha concluído a educação básica se submeter, a despeito do previsto no art. 38, § 1º, II, da Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ao sistema de avaliação diferenciado de jovens e adultos - normalmente oferecido pelos Centros de Jovens e Adultos (CEJA's) - de modo a adquirir diploma de conclusão de ensino médio para fins de matrícula em curso de educação superior.	1
	1128	T	RESP 1.942.196/PR-AFET RESP 1.953.046/PR-AFET RESP 1.958.567/PR-AFET	1128 - Definir o termo inicial dos juros e da correção monetária da multa civil prevista na Lei de Improbidade Administrativa, isto é, se devem ser contados a partir do trânsito em julgado, da data do evento danoso - nos termos das Súmulas 43 e 54/STJ -, ou de outro marco processual.	4

	1130	T	RESP 1.966.058/AL-AFET RESP 1.966.059/AL-AFET RESP 1.966.060/AL-AFET RESP 1.966.064/AL-AFET RESP 1.968.286/AL-AFET RESP 1.968.284/AL-AFET	1130 - Definir se a eficácia do título judicial de ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da respectiva categoria profissional (filiaados ou não) lotados ou em exercício na base territorial da entidade sindical autora.	3
	1133	R	RESP 1.925.235/SP-AFET RESP 1.930.309/SP-AFET RESP 1.935.653/SP-AFET	1133 - Definir se o termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança dos valores pretéritos ao ajuizamento de anterior mandado de segurança, deve ser contado a partir da citação, na ação de cobrança, ou da notificação da autoridade coatora, quando da impetração do mandado de segurança.	0
	1141	T	RESP 1.944.899/PE-AFET RESP 1.961.642/CE-AFET RESP 1.944.707/PE-AFET	1141 - Definir se é prescritível a pretensão de expedição de novo precatório ou RPV, após o cancelamento da requisição anterior, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei 13.463, de 06/07/2017.	10
	1147	T	RESP 1.978.141/SP-AFET RESP 1.978.155/SP-AFET	1147 - Definir: 1) qual o prazo prescricional aplicável em caso de demanda que envolva pedido de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde na hipótese do art. 32 da Lei n.º 9.656/98: se é aplicável o prazo quinquenal previsto no art. 1º do Decreto n.º 20.910/32, ou o prazo trienal prescrito no art. 206, §3º do Código Civil; 2) qual o termo inicial da contagem do prazo prescricional: se começa a correr com a internação do paciente, com a alta do hospital, ou a partir da notificação da decisão do processo administrativo que apura os valores a serem ressarcidos.	118
	1150	R	RESP 1.895.936/TO-AFET RESP 1.895.941/TO-AFET RESP 1.951.931/DF-AFET SIRD R 9/STJ	1150 - a) O Banco do Brasil possui, ou não, legitimidade passiva ad causam para figurar no polo passivo de demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto a conta vinculada ao PASEP, saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo Conselho Diretor do referido programa; b) A pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao PASEP se submete ao prazo prescricional decenal previsto pelo artigo 205 do Código Civil ou ao prazo quinquenal estipulado pelo artigo 1º do Decreto nº 20.910/32; c) O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular toma ciência dos desfalques ou a data do último depósito efetuado na conta individual vinculada ao PASEP.	0

	1153	T	RESP 1.954.380/SP-AFET RESP 1.954.382/SP-AFET	1153 - Definir se os honorários advocatícios de sucumbência, em virtude da sua natureza alimentar, inserem-se ou não na exceção prevista no § 2º do art. 833 do Código de Processo Civil de 2015 - pagamento de prestação alimentícia	1
	1169	T	RESP 1.978.629/RJ-AFET RESP 1.985.037/RJ-AFET RESP 1.985.491/RJ-AFET	1169 - Definir se a liquidação prévia do julgado é requisito indispensável para o ajuizamento de ação objetivando o cumprimento de sentença condenatória genérica proferida em demanda coletiva, de modo que sua ausência acarreta a extinção da ação executiva, ou se o exame quanto ao prosseguimento da ação executiva deve ser feito pelo Magistrado com base no cotejo dos elementos concretos trazidos aos autos.	12
	1178	T	RESP 1.988.687/RJ-AFET RESP 1.988.697/RJ-AFET RESP 1.988.686/RJ-AFET	1178 - Definir se é legítima a adoção de critérios objetivos para aferição da hipossuficiência na apreciação do pedido de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural, levando em conta as disposições dos arts. 98 e 99, § 2º, do Código de Processo Civil.	21
	1190	T	RESP 2.029.636/SP-AFET RESP 2.029.675/SP-AFET RESP 2.030.855/SP-AFET RESP 2.031.118/SP-AFET	1190 - Possibilidade de fixação de honorários advocatícios sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, independentemente de existência de impugnação à pretensão executória, quando o crédito estiver sujeito ao regime da Requisição de Pequeno Valor - RPV.	19
	1193	T	RESP 2.030.253/SC-AFET RESP 2.029.970/SC-AFET RESP 2.029.972/RS-AFET RESP 2.031.023/RS-AFET RESP 2.058.331/RS-AFET	1193 - Aplicabilidade das alterações promovidas pela Lei 14.195/2021, no art. 8º da Lei 12.514/2011, às execuções fiscais propostas por conselhos profissionais, antes de sua entrada em vigor.	3
	1203	T	RESP 2.037.317/RJ-AFET RESP 2.007.865/SP-AFET RESP 2.037.787/RJ-AFET RESP 2.050.751/RJ-AFET	1203 - Definir se a oferta de seguro-garantia ou de fiança bancária tem o condão de suspender a exigibilidade de crédito não tributário.	1
	1207	T	RESP 2.039.614/PR-AFET RESP 2.039.616/PR-AFET RESP 2.045.596/RS-AFET	1207 - Definir se, no caso de compensação de prestações previdenciárias, recebidas na via administrativa, quando de levantamento de cálculos em cumprimento de sentença concessiva de outro benefício, com elas não acumulável, nos meses em que houver o recebimento (na via administrativa) de importância maior que a estabelecida na via judicial, a dedução deverá abranger todo o quantum recebido pelo beneficiário ou ter como teto o valor referente à parcela fruto da coisa julgada.	3

			CEF		
STF	116	R	RE 581.160/MG-RG	116 - Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS.	0
STF	265	T	RE 591.797/SP-RG	265 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	32
STF	264	T	RE 626.307/SP-RG	264 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	35
STF	249	R	RE 627.106/PR-RG	249 - Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	0
STF	284	T	RE 631.363/SP-RG	284 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	34
STF	285	T	RE 632.212/SP-RG	285-Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	31
STF	1011	R	RE 827.996/PR-RG	1011 - Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.	0
STF	982	T	RE 860.631/SP-RG	982 - Discussão relativa à constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial nos contratos de mútuo com alienação fiduciária de imóvel, pelo Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, conforme previsto na Lei n. 9.514/1997.	47
STF	1016	T	RE 1.141.156/RJ-RG	1016 - Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.	15

		R	STF 2010.61.05.008163-4 RE 855.026/SP	Legitimidade passiva da CEF - IPTU e Taxas - Programada de arrendamento residencial - Lei 10.188/2001 - Titularidade dos bens - Alegada violação ao art. 150, VI, "a", CF.	0
				RESP SUSPENSOS	
STF	118	GR	5016110-37.2018.4.03.0000 REsp 1.914.384/SP 5011127-58.2019.4.03.0000 REsp 1.921.534/SP 5013669-49.2019.4.03.0000 REsp 1.921.709/SP	Definir se o julgamento do RE 827.996/PR, pelo Supremo Tribunal Federal, sob o regime de repercussão geral (Tema 1011/STF), acarretou a superação ("overruling") do entendimento do STJ fixado no RESP 1.091.363/SC, resolvido sob o regime dos recursos repetitivos.	0
STJ	744	R	RESP 880.026/RS (Substituído pelo grupo abaixo) STJ 2001.03.99.013434-0 RESP 1.490.916/SP STJ 2001.60.00.004158-3 RESP 1.490.187/MS STJ 2002.61.00.004132-2 RESP 1.493.791/SP	744 - Incidência do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES no cálculo do reajuste do encargo mensal subjacente aos contratos de mútuo do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, antes da edição da Lei 8.692, de 29 de julho de 1993.	0
STJ	909	R	RESP 951.894/DF-DESAFET	909-Discute a existência de capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/33 na própria fórmula matemática da Tabela Price, o que implicaria, inevitavelmente, e em abstrato, a ilegalidade de seu emprego como forma de amortização de financiamentos no sistema jurídico brasileiro em contratos bancários diversos anteriores à edição da MP 1.963-17/00 e em financiamentos habitacionais anteriores à Lei 11.977/2009.	0
STJ	50	T	ERESP 1.091.363/SC ERESP 1.091.393/SC - AFET	50- Discussão sobre a necessidade de participação da Caixa Econômica Federal nos feitos que envolvam contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional e que não tenham relação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).	0
STJ	51	T	ERESP 1.091.363/SC ERESP 1.091.393/SC - AFET	51-Discussão sobre a necessidade de participação da Caixa Econômica Federal nos feitos que envolvam contratos de seguro habitacional vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional e que não tenham relação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).	0

STJ	298	T	RESP 1.107.201/DF-AFET	298 -A instituição financeira depositária é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se pretende o recebimento das diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II.	307
STJ	299	T	RESP 1.107.201/DF-AFET	299-A instituição financeira depositária é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se pretende o recebimento das diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II; com relação ao Plano Collor I, contudo, aludida instituição financeira depositária somente será parte legítima nas ações em que se buscou a correção monetária dos valores depositados em caderneta de poupança não bloqueados ou anteriores ao bloqueio.	307
STJ	300	T	RESP 1.107.201/DF-AFET	300-É vintenária a prescrição nas ações individuais em que são questionados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, sendo inaplicável às ações individuais o prazo decadencial quinquenal atinente à Ação Civil Pública.	307
STJ	301	T	RESP 1.107.201/DF-AFET	301-Quanto ao Plano Bresser (junho/1987), é de 26,06%, percentual estabelecido com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), índice de correção monetária para as cadernetas de poupança iniciadas ou com aniversário na primeira quinzena de junho de 1987, não se aplicando a Resolução BACEN n.º 1.338/87, de 15/06/87, que determinou a atualização dos saldos, no mês de julho de 1987, pelo índice de variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).	307
STJ	302	T	RESP 1.107.201/DF-AFET	302-Quanto ao Plano Verão (janeiro/1989), é de 42,72%, percentual estabelecido com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), índice de correção monetária das cadernetas de poupança com período mensal iniciado até 15 de janeiro de 1989, não se aplicando a Medida Provisória n. 32/89 (Plano Verão), que determinava a atualização pela variação das Letras Financeiras do Tesouro (LFT).	307

STJ	442	R	RESP 1.110.897/PR - DESAFET TEM ASSOCIAÇÃO RE 627.106/PR	442-Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação. Súmula 450/STJ	0
STJ	497	R	RESP 1.130.397/RJ-AFET	497-Discute-se a legitimidade do representante da Caixa Seguradora figurar no pólo passivo de mandado de segurança em que se discute o indeferimento da cobertura securitária nos contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.	0
STJ	303	R	RESP 1.147.595/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	303-Quanto ao Plano Collor I (março/1990), é de 84,32% fixado com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme disposto nos arts. 10 e 17, III, da Lei 7.730/89, o índice a ser aplicado no mês de março de 1990 aos ativos financeiros retidos até o momento do respectivo aniversário da conta; ressalva-se, contudo, que devem ser atualizados pelo BTN Fiscal os valores excedentes ao limite estabelecido em NCz\$ 50.000,00, que constituíram conta individualizada junto ao BACEN, assim como os valores que não foram transferidos para o BACEN, para as cadernetas de poupança que tiveram os períodos aquisitivos iniciados após a vigência da Medida Provisória 168/90 e nos meses subsequentes ao seu advento (abril, maio e junho de 1990).	0
STJ	304	R	RESP 1.147.595/RS-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	304-Quanto ao Plano Collor II, é de 20,21%* o índice de correção monetária a ser aplicado no mês de março de 1991, nas hipóteses em que já iniciado o período mensal aquisitivo da caderneta de poupança quando do advento do Plano, pois o poupador adquiriu o direito de ter o valor aplicado remunerado de acordo com o disposto na Lei n. 8.088/90, não podendo ser aplicado o novo critério de remuneração previsto na Medida Provisória n. 294, de 31.1.1991, convertida na Lei n. 8.177/91.	0
STJ	520	R	RESP 1.150.429/CE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	520-Discute-se a legitimidade do adquirente de imóvel por meio de "contrato de gaveta" para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira.	0

STJ	521	R	RESP 1.150.429/CE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	521-Discute-se a legitimidade do adquirente de imóvel por meio de "contrato de gaveta" para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira.	0
STJ	522	R	RESP 1.150.429/CE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	522-Questão referente à legitimidade do adquirente de imóvel por meio de "contrato de gaveta" para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira.	0
STJ	523	R	RESP 1.150.429/CE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO	523-Questão referente à legitimidade do adquirente de imóvel por meio de "contrato de gaveta" para demandar em juízo a revisão de cláusulas pactuadas em contrato de mútuo habitacional, firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, se realizada a cessão sem a anuência da instituição financeira.	0
STJ	460	R	RESP 1.167.146/PE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C RE 627.106/PR	460-Discute-se a legalidade ou não da cobrança da taxa de administração prevista em contratos de financiamento imobiliário com recursos oriundos do FGTS.	0
STJ	461	R	RESP 1.167.146/PE-AFET TEM ASSOCIAÇÃO C RE 627.106/PR	461-Discute-se a legalidade ou não da cobrança da taxa de risco de crédito prevista em contratos de financiamento imobiliário com recursos oriundos do FGTS.	0
STJ	573	R	RESP 1.175.089/MG-AFET TEMA CANCELADO	573-Discute-se o alcance da hipoteca constituída pela construtora em benefício do agente financeiro, como garantia do financiamento do empreendimento, precisamente se o gravame prevalece em relação aos adquirentes das unidades habitacionais.	0
STJ	833	R	RESP 1.194.490/PR	TEMA CANCELADO 833-Discussão sobre o prazo de prescrição para que o mutuário de contrato habitacional requeira a cobertura securitária, ou seja, se incide a regra específica do art. 206, § 1º, inciso II, letra "b", ou a regra geral do art. 205, ambas do Código Civil.	0
STJ	653	R	RESP 1.216.536/GO-AFET	653-Discussão: ilegalidade da aplicação do IPC de março de 1990 (índice de 84,32%) na correção do saldo devedor.	0

STJ	480	R	RESP 1.243.887/PR-AFET	480-A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).	0
STJ	481	R	RESP 1.243.887/PR-AFET	481-"A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97."	0
STJ	557	R	RESP 1.331.273/DF-DESAFET TEMA CANCELADO	557-Questiona-se o critério legal para fixação dos honorários advocatícios devidos pela Caixa Econômica Federal nas causas em que é condenada a proceder à correção monetária de contas vinculadas ao FGTS.	0
STJ		R	STJ 2004.03.00.026419-5 RESP 1.522.288/SP STJ 2004.03.00.041969-5 RESP 1.397.729/SP	CEF. Cabimento de denúncia da lide na hipótese de contrato de financiamento firmado com a COHAB. Ofensa ao art. 70, III, CPC e divergência jurisprudencial.	0
		R	STJ 2003.61.05.012359-4 RESP 1.338.924/SP STJ 2000.61.11.006584-1 RESP 1.339.079/SP STJ 1999.61.05.016781-6 RESP 1.338.925/SP STJ 2001.61.05.009572-3 RESP 1.339.232/SP STJ 1999.61.00.043336-3 RESP 1.355.090/SP	Penhor de jóias - indenização, pela CEF, de 1,5 do valor da avaliação	0
		R	STJ 96.03.000533-9 RESP 1.334.655/SP STJ 98.03.102483-3 RESP 1.373.013/SP	SFH - obrigatoriedade da anuência da instituição financeira nos "contratos de gaveta".	0
		R	STJ 2010.61.26.000645-8 RESP 1.338.732/SP STJ 2010.61.26.000213-1 RESP 1.338.902/SP STJ 2010.61.06.002553-6 RESP 1.339.823/SP STJ 2008.61.12.001409-9 RESP 1.338.897/SP	FGTS - Juros Progressivos - aplicabilidade nas hipóteses em que a regência contratual é ditada pela Lei 5.107/66.	0

STJ	900	R	STJ 2006.61.20.001777-1 RESP 1.349.060/SP STJ 2007.61.00.018439-8 RESP 1.349.058/SP STJ 2005.61.04.000195-6 RESP 1.349.306/SP	TEMA CANCELADO 900-Discussão: aplicabilidade do IPC de março de 1990 no cálculo da correção monetária dos saldos de contas vinculadas ao FGTS.	0
STJ	711	R	STJ 2007.61.04.012635-0 RESP 1.349.059/SP-AFET (Paradigma) STJ 2004.61.04.013697-3 RESP 1.349.055/SP STJ 2007.61.04.008007-5 RESP 1.349.078/SP STJ 2009.61.04.001584-5 RESP 1.349.056/SP-AFET	711-Discute-se a aplicação de juros progressivos nas contas de FGTS dos trabalhadores avulsos.	0
STJ		R	STJ 2002.03.00.010622-2 RESP 1.330.706/SP STJ 2008.61.06.011249-9 RESP 1.330.450/SP	Honorários advocatícios - art. 29-C, Lei 8.036/90 - possibilidade de condenação da CEF, em atenção da alteração de entendimento do C. STF.	0
STJ	648	R	STJ 2009.60.00.001363-0 - RESP 1.349.453/MS-AFET(Paradigma) STJ 2010.61.00.011769-4 - RESP 1.349.119/SP STJ 2010.61.00.004840-4 - RESP 1.349.117/SP STJ 2007.61.00.012061-0 - RESP 1.349.075/SP STJ 2007.61.26.003659-2 - RESP 1.354.667/SP STJ 2008.61.06.010453-3 - RESP 1.354.720/SP STJ 2007.60.00.004096-9 - RESP 1.354.504/SP	648-Discussão envolvendo ação cautelar de exibição de documentos, em que se questiona o interesse de agir da parte, alegando-se que o pedido de exibição de documentos deveria ser feito no bojo da própria ação principal.	0
STJ		R	STJ 2008.61.20.005891-5-RESP 1.355.477/SP STJ 2008.61.20.007641-3-RESP 1.355.478/SP STJ 2008.61.20.009121-9-RESP 1.355.479/SP STJ 2008.61.20.010981-9-RESP 1.355.506/SP STJ 2009.61.17.000324-7-RESP 1.355.476/SP	Planos Econômicos - legitimidade ativa dos herdeiros do titular da conta para pleitear a diferença na correção monetária das poupanças.	0
	1132	R	RESP 1.951.888/RS-AFET RESP 1.951.662/RS-AFET	1132 - Definir se, para a comprovação da mora nos contratos garantidos por alienação fiduciária, é suficiente, ou não, o envio de notificação extrajudicial ao endereço do devedor indicado no instrumento contratual, dispensando-se, por conseguinte, que a assinatura do aviso de recebimento seja do próprio destinatário.	0
			CRIMINAIS		

		ADPF	347/DF	Reconhecimento do estado de coisas inconstitucional relativamente ao sistema penitenciário brasileiro, com a consequente adoção de providências estruturais em face de lesões a preceitos fundamentais dos presos, decorrentes de ações e omissões imputadas aos Poderes Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal.	1
STF	59	R	RE 579.167/AC-RG	59 - Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007	0

STF	129	R	RE 591.054/SC-RG	129 - Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	0
STF	184	R	RE 593.727/MG-RG	184 - Poder de investigação do Ministério Público.	0
STF	150	R	RE 593.818/SC-RG	150 - Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	0
STF	225	R	RE 601.314/SP-RG	225 - a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	0
STF	280	R	RE 603.616/RO - RG	280 - Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	0
STF	661	R	RE 625.263/PR-RG	661 - Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	0
STF	649	R	RE 626.531/SP-RG	649-Competência da Justiça Federal para processar e julgar crime de violação de sigilo de informações contidas em bancos de dados de órgãos federais, ainda que os fatos atinjam apenas a esfera jurídica de particulares.	0
STF	393	R	RE 628.624/MG-RG	393-Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	0
STF	169	R	RE 600.817/MS-RG Substitui o RE 719.405/PR-RG Substituiu o ARE 653.222/SP-RG que Substituiu o RE 596.152/SP	169 - Aplicação retroativa do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 sobre pena cominada com base na Lei nº 6.368/76.	0
STF	788	R	ARE 848.107/DF-RG	788 - Termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória do Estado: a partir do trânsito em julgado para a acusação ou a partir do trânsito em julgado para todas as partes.	0

STF	1003	R	RE 979.962/RS-RG	1003 - Discussão relativa à constitucionalidade do art. 273 do Código Penal, para aqueles que importam medicamento sem registro sanitário.	0
	1138	T	RE 1.318.520/RS-RG	1138 - Consideração do alcance, ante o princípio constitucional da não culpabilidade, do termo "decisão criminal" contido no artigo 5º, § 1º, da Lei nº 13.254/2016, no que prevista a possibilidade de ser reconhecida a extinção da punibilidade em decorrência de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária.	3
	1148	T	RE 1.301.250/RJ-RG	1148 - Limites para decretação judicial da quebra de sigilo de dados telemáticos, no âmbito de procedimentos penais, em relação a pessoas indeterminadas.	2
	1158	T	RE 1.323.708/PA-RG	1158 - Constitucionalidade da diferenciação das condições de trabalho necessárias à tipificação do trabalho como degradante em razão da realidade local em que realizado e o standard probatório para condenação pelo crime de redução a condição análoga à de escravo.	1
	1185	T	RE 1.177.984/SP-RG	1185 - Obrigatoriedade de informação do direito ao silêncio ao preso, no momento da abordagem policial, sob pena de ilicitude da prova, tendo em vista os princípios da não auto-incriminação e do devido processo legal.	1

STF	990	R	RE 1.055.941/SP-RG	990 - Possibilidade de compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pela Receita Federal no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem autorização prévia do Poder Judiciário.	0
				RESP SUSPENSO	
	137	GR	0009763-57.2014.4.03.6000 RESP 2.072.978/MS VINCULADO A CONTROVÉRSIA 544/STJ VINCULADO AO TEMA 1222/STJ	"Possibilidade de agentes da Polícia Federal criarem sites/fóruns de internet para apuração de crimes, identificação e localização de pessoas que compartilhem arquivos pedopornográficos".	
	138	GR	0003960-69.2014.4.03.6105 RESP 2.078.417/SP VINCULADO A CONTROVÉRSIA 547/STJ	"Continuidade delitiva entre os crimes dos arts. 168-A e 337-A do Código Penal".	
STJ	190	R	RESP 1.117.068/PR-AFET	190 -O critério trifásico de individualização da pena, trazido pelo art. 68 do Código Penal, não permite ao Magistrado extrapolar os marcos mínimo e máximo abstratamente cominados para a aplicação da sanção penal. 191-É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da utilização da Lei 6.368/76, sendo vedada a combinação de leis.	0
STJ	191	R	RESP 1.117.068/PR-AFET	190 -O critério trifásico de individualização da pena, trazido pelo art. 68 do Código Penal, não permite ao Magistrado extrapolar os marcos mínimo e máximo abstratamente cominados para a aplicação da sanção penal. 191-É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da utilização da Lei 6.368/76, sendo vedada a combinação de leis.	0
STJ	916	R	RESP 1.483.810/RJ-AFET E RESP 1.499.050/RJ-AFET	916 - Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.	0